

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A Persuasão Comportamental na Ciência Política: História,
Filosofia e Crítica.**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor. Área de concentração: Teoria
Política

Daniel Mano

Orientação: Prof. Renato Lessa

NITERÓI 2014

G635 Gonçalves, Daniel Soares Mano.
A persuasão comportamental na ciência política : história,
filosofia e crítica / Daniel Soares Mano Gonçalves. – 2017.

164 f. : il.
Orientador: Renato Lessa.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense.
Departamento de Ciência Política, 2017.

Bibliografia: f. 156 -164.

1. Behaviorismo. 2. Positivismo. 3. Democracia. 4. Teoria. 5.
Hermenêutica. 6. Sociologia política. I. Lessa, Renato. II. Universidade
Federal Fluminense. Departamento de Ciência Política. III. Título.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renato Lessa (Orientador)

Prof. Dra. Celia Kerstenetzky (Examinadora externa - UFRJ)

Prof. Dra. Cristina Buarque (Examinadora externa – IESP/UERJ)

Prof. Dr. Cesar Kiraly (Examinador interno)

Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto (Examinador interno)

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (Suplente interno)

Prof. Dra. Daniela Patti do Amaral (Suplente externa - UFRJ)

Resumo

Esta investigação aborda a reconfiguração ocorrida no campo da ciência política com a emergência do behaviorismo ao longo dos anos 50 e 60, empregando, para tanto, uma perspectiva filosófica pós-positivista. O behaviorismo, sustento, não se reduz à sua dimensão tecnológica, a uma inovadora coleção de métodos e técnicas de pesquisa; tampouco a um movimento concreto, institucionalizado, na forma de fóruns, *think-tanks* e comitês científicos. É como tendência intelectual pervasiva, como um sistema de ideias, crenças e aspirações relativas à natureza do conhecimento, da natureza humana e das relações políticas, em suma, como um *frame of reference*, na expressão de Nelson Goodman, que apresento o fenômeno behaviorista. Além de traçar as linhas gerais desse enquadramento, busco ainda interrogar quais foram os principais resultados involuntários - científicos e políticos - ocasionados pelas práticas intelectuais características da tendência e os desdobramentos do intenso debate em que os adeptos da tendência se engajaram com seus críticos.

Palavras-chave: behaviorismo, pós-positivismo, teoria democrática contemporânea, hermenêutica, sociologia política

Abstract

This research deals with the reconfiguration that took place in the field of political science with the emergence of behaviorism during the 50s and 60s, using a post-positivist philosophical perspective. Behaviorism, I sustain, is not limited to its technological dimension, to an innovative collection of methods and research techniques; nor to a concrete, institutionalized movement in the form of forums, think tanks and scientific committees. It is as a pervasive intellectual tendency, as a system of ideas, beliefs and aspirations relative to the nature of knowledge, human nature and political relations, in short, as a frame of reference, in the expression of Nelson Goodman, that I present the behaviorist phenomenon. In addition to outlining the

general principles of this framework, I also seek to investigate the main involuntary results - scientific and political - caused by the intellectual practices characteristic of the trend and the unfolding of the intense debate in which trend followers engaged with their critics.

Key-words: behavioralism, post-positivism, contemporary democratic theory, hermeneutics, political sociology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: A HERANÇA DO CIENTISMO	23
1.1 - TRADIÇÃO E REFORMA	23
1.2 - WALLAS E BENTLEY: ATENÇÃO À EXPERIÊNCIA	34
1.3 - A CIÊNCIA IMPURA	44
CAPÍTULO 2: A TENDÊNCIA COMPORTAMENTAL NA CIÊNCIA POLÍTICA	53
2.1 - A PERSUASÃO PROGRESSISTA	53
2.1.1 - BEHAVIORISMO COMO MOVIMENTO	53
2.1.2 - BEHAVIORISMO COMO TENDÊNCIA INTELECTUAL	59
2.1.3 - ESTAGNAÇÃO E PROGRESSO LATERAL	67
2.2 - A PERSUASÃO DEPURADORA	71
2.2.1 - REDUÇÃO AO INDIVÍDUO	71
2.2.2 - SIMPLICIDADE E SISTEMATIZAÇÃO	79
2.2.3 - A ANTROPOLOGIA COMPORTAMENTAL	88
2.2.4 - A DESFIGURAÇÃO DO HOMEM POLÍTICO: O HIATO ENTRE MUNDOS	93
2.3 - A PERSUASÃO PLURALISTA	96
2.3.1 - TEORIA MORAL	96
2.3.2 - TEORIA POLÍTICA	102
2.3.3 - O DESVIO TECNOCRÁTICO	114
CAPÍTULO 3: PARADIGMA E PARADOXO	120
3.1 - ANTI-CIENTISMO, ANTI-BEHAVIORISMO	120
3.2 - O DEBATE SEM FIM	126
3.3 - A ASCENSÃO DO PARADIGMA	132
3.4 - O PARADOXO	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148

Agradecimentos

Não é por força de expressão que afirmo: sem o prof. Renato Lessa, esta pesquisa não teria sido possível. Isto porque o próprio tema que ora investigo foi literalmente por ele inventado, em textos como *Por que rir da filosofia política?*, *Da Filosofia Política e da Crença*, *Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil* e em muitas de suas aulas e intervenções públicas. Sem sua interpelação original sobre o *status* da ciência política contemporânea, provavelmente o experimento behaviorista restaria proscrito como objeto elegível à investigação em ciência política. Quando muito, poderia ser considerado, talvez, uma curiosidade histórica, algo obsoleta em vista dos recentes avanços técnicos e metodológicos na disciplina.

Devo ao prof. Renato não apenas a generosa orientação que tive ao longo dos últimos sete anos, mas também a crença de que a vida intelectual deve ser vivida, e de que ela pouco vale sem autêntico engajamento existencial. Os anos de convívio com o prof. Renato transformaram não só minha forma de pensar, mas também minha forma de viver.

À profa. Celia Kerstenetzky, de quem tive o privilégio de ter sido aluno e estagiário docente. Desde o início de minha trajetória na UFF, pude contar com sua leitura sempre atenta e rigorosa de meus escritos e com comentários, sugestões e críticas, sem os quais eles seriam certamente muito mais pobres.

Ao prof. Cesar Kiraly, com quem tive a ventura de trabalhar no Laboratório de Estudos Hum(e)anos, e de ter sido seu aluno por diversas ocasiões, nas quais encontrei, além de inúmeras referências intelectuais, abertura incondicional ao diálogo, envolta na gentileza que lhe é característica.

À profa. Cristina Buarque, com quem vivi a profícua e marcante experiência de organizar o IV Fórum Brasileiro de Ciência Política, e que sempre se dispôs, generosamente, a avaliar meus escritos, incluindo esta pesquisa.

Ao prof. Bruno Sciberras de Carvalho, a quem devo as contribuições apresentadas por ocasião da defesa de projeto. Na leitura de sua tese de doutoramento, sobre a teoria da escolha racional, encontrei inspiração e encorajamento.

Ao prof. Claudio de Farias Augusto, de cuja cortesia desfrutei ao longo de minha passagem pelo PPGCP, inclusive ao gentilmente se dispor a integrar a banca avaliadora desta tese.

Aos profs. John Gunnell, Joan Wallach Scott e a Louise Klein, da Sage Publications, pela gentil e expedita cessão de textos fundamentais para a escrita desta tese.

Aos amigos de sempre e aos novos, que fiz durante essa jornada: no PPGCP – UFF, no L(e)H, na organização épica do IV Forum Brasileiro de Ciência Política, no GSO – UFF, Departamento que tão bem me acolheu no ano e meio em que lá lecionei.

À CAPES, pelo providencial auxílio financeiro proporcionado durante a pesquisa.

À Letícia, Amor que me transcorre por veias e artérias, e me transborda por boca, olhos, poros, alma. Ela, que teve ao longo dessa jornada a firmeza de Antígona, a paciência de Penélope e a astúcia de Ariadne para me livrar de tantos e tantos labirintos.

À minha família e, especialmente, meus pais, Simone e Gustavo, por tudo.

*

Esta tese é dedicada à pequena Cecília.

“Em ti bendigo o amor das coisas simples”

we'll have shown again the stone determinacy of everything, of every soul. There will be precious little room for any hope at all.

Thomas Pynchon, Gravity`s Rainbow

Surge daí uma pergunta nova: esse processo de desencantamento, realizado ao longo dos milênios da civilização ocidental e, em termos mais gerais, esse “progresso” do qual participa a ciência, como elemento e motor, tem significação que ultrapasse essa pura prática e essa pura técnica?

Max Weber, Ciência como Vocação

Introdução

A aproximação externalista

A história e a prática do conhecimento científico têm sido compreendidas de diversos ângulos, mas duas disposições básicas e antagônicas, em geral, estruturam essas percepções. Uma delas, de cunho internalista, considera parâmetros de racionalidade próprios às ciências (regras, métodos, parâmetros de observação e experimentação) como fiadores da certeza do conhecimento, isto é, da apreensão direta do mundo exterior tal como é. Seus traços principais podem ser assim resumidos:

- (I) A concepção do conhecimento científico como *optimum* de racionalidade e o conseqüente rebaixamento de outros registros a coleções de erros, especulações estéreis ou antecipações fortuitas.
- (II) A crença no progresso cumulativo do conhecimento, através do jogo incessante entre hipóteses e seus respectivos testes.
- (III) O papel central da descoberta como empresa individual, heroica, explicada, em regra, pelo acaso.

O fundamento epistemológico dessa disposição pode ser identificado naquilo que John Dewey denominou “teoria do conhecimento do espectador”¹, segundo a qual o acesso dos homens aos fragmentos do mundo exterior - ou a seu simulacro fenomênico - pode ser-lhes franqueado sem qualquer tipo de interferência subjetiva, desde que se adotem os métodos apropriados para tal empresa. A posição do espectador, para Dewey, assenta-se sobre uma metáfora ótica: o processo de conhecimento é concebido por

¹ Dewey, John. *The Quest for Certainty: A study of the relation of knowledge and action*. New York: Minton, Balch & Co., 1929, p. 26.

analogia à concepção newtoniana do processo da visão , segundo a qual objetos luminosos emitem corpúsculos (raios) recepcionados pelo olho, e transmitidos pelo órgão à mente. O olho assemelha-se, nesta perspectiva, a um objeto inanimado, como uma lente ou prisma, carente de atributos orgânicos e biológicos. Suas funções restringem-se à recepção e condução. Os saberes - científico, artístico, religioso, etc -, quando plasmados nesse molde tomam a forma de canais de acesso transparentes à realidade objetiva. A aproximação internalista ao conhecimento científico assumiu diversas formas ao longo da história, apelando tanto à razão como à empiria², todas caracterizadas por pronunciado otimismo quanto à natureza do empreendimento científico.

Nas ciências sociais, uma notável interpretação internalista de sua história foi articulada pelo sociólogo americano Robert Merton. Em *Sociologia: Teoria e Estrutura*, Merton identificou a tendência nas ciências sociais à fusão entre a história de suas ideias e sua sistemática teórica corrente. Essa fusão teria sido responsável pela degeneração de ambas, impedindo o pleno desenvolvimento de cada uma. Merton afirma que os sociólogos de seu tempo

Conservam uma concepção provinciana [...] da história da teoria sociológica que, para eles, não é mais que uma coleção de críticas sumárias de antigas teorias, apimentadas com breves biografias dos grandes teóricos. [...]Mas esse conceito da história da teoria não é nem história nem sistemática, apenas um produto híbrido, muito mal engendrado.³

Entregues à erudição estéril, ocupados em grande parte em reiterar e comentar argumentos clássicos, os sociólogos estariam, ao revisitar o passado da disciplina, ocupando o lugar dos historiadores, despidos, porém, de suas técnicas e treinamento para pesquisa junto a fontes primárias. Estariam, sobretudo, ignorando documentos não-públicos – cartas, cadernos de anotações, etc – que poderiam esclarecer os caminhos percorridos pelos autores até chegarem às formas acabadas de suas teorias,

² Kerstenetzky, Célia. *A Lógica da Situação da Economia*. In: *Economia, Selecta*, Brasília, Vol.7, n.4, pp.189–208, (dez.2006).

³ Merton, Robert. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970, p.18.

suas intenções, o contexto da escrita, todos os elementos que a história das ideias posteriormente elegeu como necessários para a reconstrução do contexto da autoria.

Por outro lado, a fixação nos textos antigos, na análise e interpretação das teorias canônicas, e de seus possíveis significados estaria associada àquilo que Raymundo Faoro definiu como *preconceito intelectualista*⁴, a crença nas ideias como antecessoras e causas precípua das ações, como elemento privilegiado para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos, além de base para possíveis intervenções bem-sucedidas nessas esferas. A crítica mertoniana atingiu especialmente este último ponto: a crença nas ideias como motores de ações sociais e políticas seria, além de empiricamente falsificável, também, um óbice ao desenvolvimento da sistemática sociológica, de um acervo teórico passível de incrementos e descartes proporcionados por testes empíricos adequados.

A aproximação de Merton à história da ciência compartilha a crença internalista a que aludi anteriormente, de que o passado de uma disciplina “madura” compõe-se de erros, imprecisões e antecipações visionárias daquilo que se comprovou posteriormente verdadeiro. O enfoque histórico, segundo Merton, deveria dedicar-se a esclarecer o contexto em que “doutrinas que se revelaram arcaicas, os erros frutíferos ou infrutíferos do passado [...] destruídos por testes empíricos inapeláveis”⁵ se desenvolveram, e o processo de sua substituição por teorias mais adequadas.

Merton ocupa-se de avaliar quais seriam as proposições, nas ciências sociais, que corresponderiam aos paradigmas das ciências naturais, ou seja, que tornassem possível um saber cumulativo e progressivo nas primeiras. O requisito básico seria a capacidade da proposição de não se deixar contaminar por elementos extra-empíricos, tal como nos grandes sistemas metafísicos e nas teorias épicas sobre o homem e a sociedade – o materialismo histórico, o idealismo hegeliano, etc. Segundo Merton, “o paradigma reduz a tendência dos teóricos a empregarem suposições e conceitos tácitos”, desde que empregue conceitos rigorosamente definidos, aumentando seu grau de proximidade em relação aos referenciais empíricos, sem prejuízo do uso de generalizações parciais. Sob esse ângulo, os resultados de pesquisa deveriam transmitir-se codificados em uma linguagem clara, depurada de ambiguidades. O uso

⁴ Faoro, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. Estud. av., São Paulo, v. 1, n. 1, Dec. 1987.

⁵ Merton, op. cit. p. 19

proveitoso das teorias clássicas estaria também vinculado a essa codificação: ao olhar para o passado, o sociólogo deveria procurar, em meio à prolixidade de seus antecessores, a substância, o núcleo sistemático de suas asserções, extraindo daí hipóteses testáveis sobre problemas específicos da realidade social em que se encontram.

A outra abordagem, de viés externalista, tem por fundamento a ideia de que não há privilégios epistêmicos inerentes a qualquer modo de observar e interpretar o mundo, inclusive o científico. As verdades produzidas no âmbito de cada registro possuem validade relativa apenas ao interior de seus limites. Enquanto a visão internalista apostou no que Celia Kerstenetzky definiu como “progressiva eliminação da ignorância”⁶, através do acúmulo de fatos e teorias validadas pela experiência, o registro externalista inspirou-se, de outro modo, no argumento weberiano sobre a carência de sentido da ciência, e de sua ampliação da ignorância humana, não de sua sabedoria⁷. Trata-se de um modo particular de interpretação assentado em (e regulado por) princípios exteriores àqueles sedimentados no interior do cânone científico.

“A descrição de um campo de conhecimento (...) pressupõe que nos situemos, ainda que de forma imaginária, em algum ponto localizado no seu exterior”⁸. A proposição de Renato Lessa é esclarecedora da distinção internalismo-externalismo aqui ensaiada; o adepto do primeiro recusa-se a deixar os limites do campo, talvez por fatalismo, por pressupor a impossibilidade do ato; perscruta o panorama do campo como a contemplar uma “coleção de objetos”⁹, desatento aos critérios de disposição e seleção destes últimos. A adesão ao segundo ponto de vista, em contraste, investe-se de maior atenção a esses critérios estruturais e é depositária de uma aposta na possibilidade de estranhamento daquilo que nos é singularmente familiar e evidente.

Nessa perspectiva, a testabilidade das teorias encontra algumas importantes objeções. Uma delas, apontada por Michael Polanyi, deriva da observação de que “a belief always works in the eyes of the believer”¹⁰. Um sistema de crenças, quando em pleno vigor, dispõe de mecanismos capazes de justificar suas possíveis falhas,

⁶ Kerstenetzky, op. cit. p.192.

⁷ Ibid. e Weber, Max. *A Ciência como Vocação* In : Weber, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.

⁸ Lessa, Renato. *O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista*. Revista Estudos Hum(e)anos, Rio de Janeiro, nº 2, jan. 2011, p. 4.

⁹ Ibid.

¹⁰ Polanyi, Michael. *Science, Faith and Society*. London: Oxford University Press, 1946, p. 47

preservando a integridade sistêmica. Willard V. O. Quine enxergou nos homens uma “tendência natural de perturbar [os sistemas] o mínimo possível”¹¹. Pelo engenhoso reajuste de algumas proposições, uma experiência “rebelde” pode ser acomodada ao sistema de referência. Um exemplo esclarecedor dessa acomodação encontra-se no curioso caso do “canal de Galeno”, relatado por Bernard Cohen¹². O polímata romano Galeno de Pérgamo havia postulado, no século II, a existência de canais ligando os ventrículos cardíacos, tornando possível a circulação do sangue na região. O anatomista Andreas Vesalius, no século XVI, tendo pesquisado a estrutura do coração através de dissecções, e sem ter encontrado os canais previstos por Galeno, declarou-os existentes, porém imperceptíveis ao sentido da visão. A solução de Vesalius realça a estruturação simbólica da realidade e sua firmeza e permanência, mesmo diante de eventos que, teoricamente, a comprometeriam.

Outra objeção a ser considerada refere-se ao horizonte de problemas abertos por um paradigma emergente. Não é possível prever se as respostas concebidas no interior de um paradigma serão bem-sucedidas, e muitas conjecturas restarão mesmo sem a possibilidade de ser verificadas. Michael Polanyi, a esse respeito, observou a possibilidade de recorrentes “conceivable doubts”¹³, mesmo após um agregado de hipóteses ter se confirmado através de procedimentos experimentais criteriosos. Embora não negue a importância desses procedimentos, Polanyi indicou sua insuficiência como *último recurso* para o julgamento das teorias. A racionalidade, levada às últimas consequências, teria efeitos corrosivos sobre a convicção¹⁴. Esta seria fixada somente a partir de um salto de fé, pela consciência individual do pesquisador. Por razões próximas às de Polanyi, Thomas Kuhn associou as revoluções científicas antes a uma *aposta* do que a uma *seleção*. A adesão paradigmática estaria vinculada às promessas¹⁵ postas em jogo por um paradigma. Para Kuhn, “o sucesso de um paradigma é em grande parte, uma *promessa* de sucesso que pode ser descoberta

¹¹ Quine, Willard Van Orman. *Dois dogmas do empirismo In: Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p.253

¹² Cohen, Bernard. *Revolution in Science*. Cambridge: Harvard University Press, 1985, p. 180

¹³ Polanyi, op. cit. p.16

¹⁴ Sobre a corrosividade da razão, Cf. Hume, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Unesp, 2001. pp. 213-220 (do ceticismo quanto à razão)

¹⁵ Nas ciências sociais, o tema de sua promessa originária foi desenvolvido por Charles Wright Mills, no clássico *A Imaginação Sociológica*. Aquela consistiria, basicamente, em possibilitar a percepção dos nexos entre a vida íntima, a biografia, e as circunstâncias amplas, de ordem histórica e social que as envolvem. O próprio Mills reconhece que essa promessa de aguçamento da imaginação sociológica é extensível à antropologia e à ciência política.

em exemplos selecionados e ainda incompletos”¹⁶. Esse aspecto pode ser percebido com clareza nas recorrentes promessas embutidas em teorias da biogenética e da medicina contemporâneas. Tem-se aqui, portanto, um duplo movimento em torno da fé: sua perda e seu depósito, como motores do desenvolvimento científico.

As narrativas externalistas tomaram inúmeras direções no século XX, tais como a sociologia do conhecimento e a história das ideias, tendências atentas ao influxo de elementos sociais sincrônicos e diacrônicos sobre a composição dos modelos científicos. A investigação que se segue, porém, inspira-se em outra manifestação do espírito externalista, a filosofia da ciência pós-positivista. A vagueza do termo, que se define por seu antecessor - o positivismo - indica a natureza multiforme dessa tendência, que abrange desde as críticas ao empirismo *naive* das ciências naturais, encontrada nas obras de Michael Polanyi e Thomas Kuhn àquelas direcionadas à pretensa neutralidade política do conhecimento, como em Michel Foucault. A abrangência da categoria pós-positivismo, que em outro contexto poderia representar uma deficiência ou imprecisão, parece-me conveniente nesta investigação, visto que evita a sugestão de compromissos inflexíveis com qualquer abordagem específica, e abre espaço para combinações originais.

Alguns princípios da filosofia da ciência pós-positivista, no entanto, orientarão manifestamente esta investigação:

- (I) A noção de que a filosofia tem algo a dizer sobre a realidade, ou seja, é capaz de produzir conhecimento, e não apenas desfazer confusões linguísticas, limpando o terreno para as ciências empíricas, supostos eixos exclusivos do conhecimento. Esta última posição foi designada por Peter Winch “underlabourer conception”¹⁷ da filosofia, e associada a nomes como Locke, Ayer e Ryle. Na aproximação de Winch, filosofia e ciência não são consideradas polos antinômicos, mas modos distintos de conhecimento, diferenciados, por convenção, pela natureza dos problemas com que lidam – a filosofia, no enquadramento de Winch, toma por objeto problemas de natureza não-factual.

¹⁶ Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 44

¹⁷ Winch, Peter. *The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy*. London: Routledge, 1990, p.3.

- (II) Como corolário do primeiro princípio, revela-se a crença de que aquilo que se pode conhecer não se reduz aos fatos. Tanto quanto estes últimos, os significados por eles assumidos no interior dos inúmeros “frames of reference” ou “sistemas de descrição”¹⁸ formados na experiência social aparecem como objetos legítimos e relevantes de investigação. Tais significados são sujeitos à compreensão, segundo Winch, pela consideração das regras informais (*rules of thumb*) que regem seu uso - sejam palavras, objetos, ações - socialmente construídas e partilhadas. Considerada a natureza social desses sistemas de significação, parece apropriado concluir, como o faz Winch, que a filosofia pós-positivista confunde-se com a ciência social pós-positivista.
- (III) Além dos significados, convém elucidar os “undesigned results”¹⁹ das ações agregadas, a composição de ordenamentos que transcendem os desígnios originários dos atores e, por sua vez, conferem novos sentidos a essas mesmas ações.

A tarefa do filósofo/cientista social não se esgota, segundo Winch, na identificação das regras de uso acima aludidas. Fosse esse o caso, a noção de indivíduo resultante seria a de um refém do hábito, um seguidor cego e irreflexivo de regras misteriosamente preestabelecidas, inacessíveis a sua compreensão. Diante das dificuldades oriundas dessa concepção, sobretudo para explicar a adaptabilidade e a mudança comportamental, Winch endossa a noção de reflexividade, de que os indivíduos compreendem as regras e são capazes de agir conscientemente, baseados em princípios, valores e ideias. Assim, conclui Winch, as ações e interações humanas “embody ideas”²⁰, não há padrão de interação sem a mediação de ideias, e estas não se dão a conhecer, senão pelas regras que as encarnam. As *rules of thumb* constituem,

¹⁸ Goodman, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978, p. 2.

¹⁹ Hayek, Friedrich. *The Counter-Revolution of Science*. London: Collier-Macmillan, 1955, p. 37.

²⁰ Winch, op. cit. p.128.

desse modo, índices para se entender o que Hayek²¹ definiu como o mundo construído pelos homens, formado por suas ideias, crenças e opiniões.

A investigação que se segue, atentando a esses índices, debruçar-se-á sobre um objeto teórico, o behaviorismo, compreendido como *frame of reference*, no qual inúmeros conceitos, técnicas, métodos e práticas adquiriram sentidos muito particulares, especialmente na ciência política das décadas de 1950 e 1960. Será ensaiada uma interpretação da visão aí construída quanto ao conhecimento científico, à natureza humana e à experiência política e dos efeitos imprevistos que a aposta disciplinar nesse enquadramento produziu.

Behaviorismos e o new rigorism

Why is it that today in political theory we must turn to the past in order to find inspiration and genuine freshness? An axiom in political theory has always declared that political ideas flourish in the soil of social conflict and change”²²

O *casus belli* pronunciado por David Easton abre seu clássico ensaio de 1951, *The Decline of Modern Political Theory*. O texto apresenta, em linhas gerais, uma crítica à influência do historicismo - o estudo dos contextos históricos em que as ideias políticas floresceram - e do relativismo cultural sobre a teoria política²³ americana do início do século XX. Merton, como vimos, defendia o emprego utilitário das teorias sociológicas clássicas, a conversão dos *insights* dos clássicos em proposições verificáveis. Seria, de certo modo, sua absorção em um esquema teórico e metodológico contemporâneo. Easton, por sua vez, argumenta em defesa da retomada do *modo clássico de teorização política*, cuja marca distintiva seria o engajamento na atividade de formulação e resolução dos problemas políticos correntes, desde os

²¹ Hayek, op. cit. p. 23.

²² Easton, David. *The Decline of Modern Political Theory*. *The Journal of Politics*, Vol. 13, No. 1. (Feb., 1951), p. 36

²³ O emprego do termo “teoria política”, em vez de “filosofia política” parece indicar a existência, aos olhos de Easton, de um modo científico de aproximação ao fenômeno político em paralelo à tradição filosófica, e em grande medida ofuscada por esta última.

gregos até Hegel e Marx²⁴. Segundo Easton, essa tarefa fora abandonada pelos historiadores das ideias, muito mais preocupados com a reconstrução dos nexos explicativos entre texto e contexto. A vocação prática da teoria política se estruturaria em três dimensões:

- (I) A concepção de uma ordem política desejável, ou uma *value theory*
- (II) A postulação dos meios apropriados à realização da ordem desejada, ou *causal theory*
- (III) A observação de regularidades factuais, ou *factual statements*

O juízo de Easton sobre a vocação da teoria política sugere a incompatibilidade desta última com a tendência internalista descrita anteriormente, uma vez que elenca entre as dimensões da teoria política a lida com os valores, elementos subjetivos por excelência, óbices à apreensão positiva da realidade. A aproximação inicial de Easton, no entanto, cede lugar a outra em obras posteriores, cuja ênfase recai não mais sobre a necessidade de formular teorias políticas normativas, mas visa recompor a continuidade entre estas últimas e os fatos (*factual statements*), refutada, no âmbito da ciência política, desde as objeções metodológicas expostas por Max Weber.²⁵ A construção de *value-theories*, na nova formulação de Easton, distingue-se da prescrição metodológica weberiana, segundo a qual os valores subjetivos do pesquisador deveriam ser explicitados; antes se orienta por uma crença inversa: de anulação dos valores subjetivos quando da elaboração de teorias normativas, a fim de que se constituam como teorias objetivas.

Na *doxa* behaviorista, que o próprio Easton tardiamente incorpora, as três dimensões do conhecimento político reproduzidas acima não estariam arrançadas em ordem hierárquica, nem deveriam ser interpretadas como isoladas entre si, mas configurariam distintas faces do mesmo conhecimento, em relação mútua e apreensíveis pelos mesmos critérios: a observação metódica, criteriosa, científica. Se o terreno dos valores fora deixado intocado pelo internalismo de inspiração positivista,

²⁴ Easton analisa o texto de John Locke, *Of civil Government*, tomando-o como modelo da vocação clássica da teoria política.

²⁵ Weber, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” em Oliveira, Paulo. (org.). *A Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998.

nas reflexões posteriores de Easton e outros behavioristas, os valores são tomados como fatos, tornando-se, igualmente, objetos da nova ciência. A excomunhão dos valores *qua* valores é nítida na expressão cunhada por Maurice Duverger, para designar sua afluência inexorável, porém indesejável no âmbito da pesquisa científica: coeficiente de deformação pessoal²⁶; a acolhida dos valores enquanto fatos é celebrada por Eulau:

behavioral science cannot and must not avoid dealing with the preferences, values and goals of men. It does not follow that science cannot investigate preferences, values, or policy objectives because it cannot tell us what goal is best or what action is just²⁷

A emergência do movimento behaviorista ao longo do século XX representou o triunfo dos princípios internalistas sobre a ciência política. Nas humanidades, esse fenômeno remonta ao início do século XX, e tem por epicentro a psicologia, com a sistematização empreendida por John Watson, no manifesto de 1913 *A psicologia como um behaviorista a vê*. O comportamento individual é elevado à categoria central nas análises psicológicas, e tornam-se proscritos elementos de ordem subjetiva, tais como desejos, afetos e sentimentos. Os padrões de conduta, nessa chave, explicitam as fontes causadoras de prazer e dor em uma situação específica. George Homans, ao analisar a influência exercida pelo behaviorismo sobre as ciências sociais, definiu-o da seguinte forma:

As proposições da psicologia behaviorista dizem respeito àquilo que os comportamentos dos membros individuais de uma espécie têm em comum [...] não quer dizer isto que todo indivíduo se comporta como qualquer outro [...] Em linguagem matemática, as equações permanecem as mesmas, os parâmetros variam²⁸

²⁶ Duverger, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.37.

²⁷ Eulau, Heinz. *The Behavioral Persuasion in Politics*. New York: Random House, 1963, pp. 134-135.

²⁸ Homans, George. *Behaviorismo e pós-behaviorismo*. In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999 p. 103.

Quais seriam essas equações (fixas) e esses parâmetros (variáveis)? Segundo Homans, fixos são a busca do prazer e a aversão à dor. Variáveis são os modos pelos quais a configuração social distribui “prêmios” e “castigos”, isto é, a maneira pela qual as situações atendem - ou não - ao princípio básico do prazer. Os comportamentos são concebidos como respostas (ou reflexos) a determinados estímulos ambientais.

Essa concepção de indivíduo estabeleceu-se, em grande medida como reação ao conceito freudiano de sujeito, um obstáculo, na ótica behaviorista, à demarcação do campo científico da psicologia em sua especificidade. Era preciso, segundo Watson, afastar-se da especulação filosófica, do essencialismo e do método introspectivo e, ao mesmo tempo, dotar a disciplina de um objeto empiricamente apreensível e manipulável - o comportamento -, tarefa empreendida por Watson.

A homonímia entre o behaviorismo psicológico de Watson e o behaviorismo em ciência política foi responsável por uma compreensão equívoca da natureza deste último, segundo Easton.²⁹ A diferença do behaviorismo psicológico, seu homônimo político, salvo raríssimas exceções, não visava reduzir os comportamentos ao esquema estímulo-resposta. A associação do termo behaviorismo aos estudos de “political behavior”, mostrava-se, portanto indevida e implicitamente pejorativa, uma vez que no âmbito da psicologia, o velho behaviorismo sofrera diversas e contundentes críticas. O esquema estímulo-resposta, observa Easton, fora amplamente substituído pelo *estímulo-organismo-resposta*, de Robert Woodworth, no qual o *status* corporal desempenha função vital de mediação entre os dois polos do comportamento. Esse modelo afirma-se pela capacidade de lidar com o problema das respostas distintas a estímulos semelhantes, não previstos por seu antecessor. Por consequência, o behaviorismo político tenderia a contornar tendências etnocêntricas de seu congêneres psicológico, atentando às diversas possibilidades de estímulo e resposta de acordo com variações não apenas de *organismo*, mas de *cultura*. Easton propõe, de modo a distanciar as análises comportamentais em política do velho modelo de Watson, o emprego do termo *behavioralismo*. A avaliação de Easton, contudo, omite as afinidades acentuadas que permanecem entre behaviorismo psicológico e político.

²⁹ Easton, David. *Introduction: The Current Meaning of "Behavioralism" in Political Science* In: James S. Charlesworth (ed.), *The Limits of Behaviorism in Political Science*. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962.

Em primeiro lugar, ambas as tendências compartilharam, na prática, a aspiração a desconsiderar os estados de consciência, a subjetividade em suas investigações. Não deixa de ser verdadeiro que o behaviorismo político incorporou vocabulário mais acolhedor aos estados subjetivos que sua variação psicológica; entretanto, essa acolhida se deu de forma superficial, pois valores, crenças, ideias, em suma, elementos considerados inobserváveis não figuraram entre os objetos de investigação, mas como fatores intervenientes, secundários, ofuscados pelo comportamento, este sim, por sua “concretude”, o protagonista de ambas as tendências. Em segundo, a tentativa de descolamento de Easton perde força se levada em consideração a advertência de Lindblom: “dependency of political science on other disciplines is noteworthy”³⁰, que, por sua vez, se relaciona a outra proposição, próxima de um truísmo: as disciplinas não se desenvolvem em isolamento. Suas trajetórias muitas vezes convergem dentro de um mesmo plano, ainda que de maneira errática, descoordenada e não-deliberada.

O behaviorismo político parece participar de uma dessas convergências epistemológicas que o transcende e alcança outros campos, como a economia, a filosofia, a literatura, a sociologia e demais humanidades. Carl Schorske intitulou-a *new rigorism*³¹ e identificou a academia norte-americana do pós-guerra como seu *habitat* e centro irradiador. O rigor a que Schorske se refere remete à focalização analítica e opõe-se à amplitude, ao escopo normativo e pouco especializado que caracterizara o pensamento social e político norte-americano até então. O *more rigorista* reduz gradualmente o escopo das abordagens, prescreve a demarcação e o respeito às fronteiras disciplinares e enseja parcimoniosa renúncia à consideração das complexidades inerentes à realidade social, em nome dos ideais de simplicidade, clareza e precisão analítica.

Em paralelo à influência psicológica e ao movimento multidisciplinar em direção ao rigor, Robert Dahl identificou alguns fatores sociais que ajudaram a consolidar na ciência política o paradigma comportamental³². Entre eles, destacam-se as os traumas ocasionados pela Segunda Guerra (e as ameaças contratadas pela Guerra Fria) por

³⁰ Lindblom, Charles. *Political Science in the 1940s and 1950s*. In: Bender, Thomas; Schorske, Carl (eds.) *American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 245.

³¹ Schorske, Carl. *The new rigorism in the human sciences* In: Bender, Thomas; Schorske, Carl, op. cit.

³² Dahl, Robert. *The behavioral approach in political science: Epitaph for a monument to a successful protest*. *The American Political Science Review*, Vol. 55, Nº 4 (Dec. 1961), pp 763 – 772, p. 764

impelir os *scholars* a lidarem com problemas imediatos, relativos à conservação e aperfeiçoamento da ordem democrática, isto é, a deixarem suas torres de marfim nas cátedras universitárias e assumir a condição de intelectuais públicos, submetidos às demandas e flutuações dos humores sociais e políticos. A ciência política passa, então, a subsidiar a formulação de políticas públicas (*public policies*), levadas a cabo pelos órgãos de governo – e a ciência comportamental mostra-se notavelmente compatível com o novo papel público do cientista político, como se verá ao longo dos capítulos 1 e 2. Registre-se, por exemplo, a criação de um Comitê de Comportamento Político no prestigioso *think-tank* americano, o *Social Science Research Council*, em 1945, devotado a formular e testar hipóteses relacionadas a regularidades no comportamento político, em diferentes contextos institucionais.

Eulau traduziu os princípios behavioristas aos estudos políticos na seguinte fórmula minimalista “the root is man”.³³Todas as questões relacionadas à vida pública, desde as prosaicas associações de bairro aos centros burocráticos de tomada de decisão deveriam ser consideradas do ponto de vista dos homens, de suas necessidades e preferências. Careceria de qualquer sentido tomar como unidade de análise da política uma classe social, uma instituição ou uma ideia, sem a consideração daqueles que as criam e as encarnam. Assim como Easton, Eulau concebe a ciência comportamental como um retorno aos fundamentos clássicos da disciplina:

The behavioral persuasion in politics, as I understand it, is the return to the bases of man’s political experience in which the great theorists of the past found nurture and sustenance. What makes the so-called classic theories great are their sometimes explicit, sometimes implicit assumptions about human nature in politics³⁴

Desenho de Pesquisa

³³ Eulau, op. cit. p. 3.

³⁴ Ibid. p. 7.

A investigação se estruturará em três grandes capítulos, sub-divididos em seções. O capítulo primeiro abordará a matriz intelectual da qual o behaviorismo se originou, de modo a contornar a impressão de que esta tenha sido uma tendência de emergência abrupta, por geração espontânea, sem ascendentes teóricos. No bojo dessa matriz, o cientismo, surgiram os primeiros estudiosos do comportamento, orientados à empiria e entusiasmados pelas conquistas obtidas nas ciências naturais. Cumpre observar que nesse capítulo, o cientismo não será analisado exaustivamente e por si só. O enfoque será direcionado ao esclarecimento de suas contribuições para o estabelecimento da tendência comportamental e dos laços que vinculam ambas as tendências.

O segundo capítulo tratará do behaviorismo propriamente dito, visando distinguir o behaviorismo como *movimento* do behaviorismo como *tendência*. Nesta parte, serão apresentadas as principais características do modelo, suas prescrições teóricas e metodológicas, e a visão de seus adeptos em relação à natureza do empreendimento científico e da teoria política. Serão investigados, ainda, os desdobramentos imprevistos da tendência, os *undesigned results* referidos por Hayek, tanto em relação às práticas científicas quanto políticas.

“Não há modo melhor”, observa Norberto Bobbio “para compreender as linhas essenciais de um movimento de pensamento que considerá-lo do ponto de vista das teses que ele negou”³⁵. Calcado nessa prescrição interpretativa, o terceiro capítulo retrata o debate que os behavioristas travaram com pensadores das ciências sociais céticos quanto à possibilidade de se alcançar alguns elementos do *desiderata* comportamental, principalmente a fixação de leis causais duráveis no tempo e amplamente generalizáveis no espaço. Esse debate passou, gradualmente, a ser considerado um embaraço para o progresso cumulativo da tendência comportamental, e será analisado o expediente encontrado por seus adeptos para deixar o debate – e justificar tal saída.

Como sugere o título da pesquisa, os três capítulos, serão entremeados por considerações críticas em relação à tendência comportamental. Essas considerações afastam-se, porém, do pendor anti-científico e irracionalista apresentado por algumas notáveis reações à tendência; pelo contrário, a aposta aqui feita é de que uma ciência da

³⁵ Bobbio, Norberto; Bovero, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 15.

política é possível e desejável, isto é, de que o universo político é cognoscível, e de que esse conhecimento não se resume a *insights* e intuições oriundas do gênio dos observadores, tampouco deve subordinar-se a imperativos morais apriorísticos – embora a moralidade e os valores compareçam, inexoravelmente, a qualquer interpretação, por mais desapaixonada que se pretenda, da experiência política.

Por último, um esclarecimento conceitual: há considerável confusão envolvendo os termos *behaviorismo* e *behavioralismo*. A adoção do segundo, defendida, como vimos, por Easton, não se tornou pacífica na ciência política³⁶, e o primeiro, mais simples e familiar, será empregado nesta pesquisa. Quando utilizado em português, o termo será traduzido como “ciência” ou “tendência” comportamental”, de modo a evitar o extenso “comportamentalismo”.

³⁶ Farr, James. *Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science*, in James Farr, John S. Dryzek and Stephen T. Leonard (eds.), *Political Science in History. Research Programs and Political Traditions*. Cambridge University Press, Cambridge, 1995, p.222

CAPÍTULO 1: A Herança do Cientismo

1.1: Tradição e reforma

O uso de termos como “movimento” e “tradição” pode gerar a impressão de que houve, por parte dos atores que protagonizarão este capítulo uma espécie de ação coordenada - o movimento - visando reconfigurar um campo disciplinar previamente organizado e nitidamente identificável – a tradição. Nada mais falso. John Gunnell³⁷ examina a ideia usualmente aceita da existência de uma substantiva “Tradição ocidental da teoria política” e sua mobilização no âmbito da filosofia política contemporânea. Uma indicação sintética das fronteiras cronológicas dessa tradição encontra-se na afirmação de Hannah Arendt: “Our tradition of political thought had its definite beginnings in the teachings of Plato and Aristotle. I believe it came to a no less definite end in the theories of Karl Marx”³⁸. A Tradição, como usualmente concebida, configura um diálogo intertemporal entre pensadores, orbitando em torno da imemorial questão: qual é, ou quais são as estruturas políticas mais desejáveis, do ponto de vista ético/moral? Ou, em outros termos, que modos de governo são capazes de gerar maior grau de felicidade e bem-estar coletivo? Não se trata, contudo, de um diálogo qualquer. O historiador político George Sabine cuidou de diferenciar a Tradição de opiniões e pensamentos ordinários sobre o bem comum, definindo-a como “a collection of writings (...) product of philosophical writers and their disciplined investigation of political problems”,³⁹ ou seja, a Tradição assenta-se sobre a investigação filosófica rigorosa acerca da natureza humana e a explicitação dos desdobramentos políticos daí oriundos, de modo a constituir um diálogo intertemporal entre sistemas filosóficos-políticos.

³⁷ Gunnell, John. *Political Theory: Tradition and Interpretation*. Cambridge: Winthrop Publishers, 1979

³⁸ Arendt, Hannah. *Between Past and Future*. New York: Viking Press, 1961, p. 17

³⁹ Sabine, George *apud* Gunnell, John, op. cit. p. 19

Segundo Gunnell, a ideia de Tradição foi empregada como instrumento de crítica, por diversos filósofos políticos⁴⁰, à crise da civilização ocidental e seus valores, expressa, sobretudo, na primazia do conhecimento racional e utilitário sobre registros de caráter costumeiro e intuitivo. A cultura ocidental, julgam esses filósofos, conforma-se progressivamente a um padrão de conhecimento ancorado na técnica, no cálculo, na razão – um conjunto de disposições que almeja aproximar o conhecimento político à exatidão da engenharia, conforme sugeriu Michael Oakeshott⁴¹. Essa transformação inicia-se, conforme este último, no século XVI, com Maquiavel, cujo *O Príncipe* teria como propósito oferecer aos novos soberanos, conquistadores arrojados, mas estranhos às tradicionais casas-reais europeias, príncipes carentes de ascendência e, portanto, do cultivo das qualidades práticas propícias ao êxito nos negócios de Estado, um guia sinóptico de técnicas capazes de compensar essa notável lacuna, ainda que de maneira bastante parcial e limitada, pois guia nenhum poderia revogar as tramas imponderáveis da *fortuna*. No século XVII, afigura-se como índice cardinal da transformação o *Novum Organum* de Francis Bacon, equipado de “infallible rules of discovery”,⁴² de aplicabilidade universal. O roteiro baconiano ambicionava, diz Oakeshott, suplementar a razão natural do homem, que, por si só se mostrara insuficiente para o alcance de certezas sobre o mundo físico. Embora assumidamente inconclusiva, a obra de Bacon expressava a crença na conveniência e na possibilidade de que um roteiro completo fosse futuramente elaborado.

Os novos *mores*, porém, não configuram um problema *per se*; eles pressagiam, sobretudo, a negação de um modo de conhecimento até então inseparável do conhecimento técnico e complementar a este último: o conhecimento prático, irredutível à formulação verbal e à sumarização em um corpo de regras, apreensível apenas pelo exemplo, isto é, o contato direto com aqueles que o exercem no presente, ou indireto, com aqueles que o exerceram no passado, como assinala Oakeshott⁴³. Ante esse diagnóstico, a Tradição é vista como repositório, por excelência, do conhecimento prático, o terreno propício a seu cultivo, pela observação da lida de pensadores exemplares com os problemas políticos atinentes às suas circunstâncias.

⁴⁰ Gunnell refere-se, explicitamente aos filósofos Hannah Arendt, Sheldon Wolin, Leo Strauss e Eric Voegelin.

⁴¹ Oakeshott, Michael. *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis: Liberty Press, 1991, p. 9

⁴² *Ibid.* p. 20

⁴³ *Ibid.* p.15

Uma das principais formas de transmissão do conhecimento prático, para Oakeshott⁴⁴, é a relação entre o mestre e o aprendiz, na qual, para além de regras e métodos, este último apreende hábitos, um estilo, um parâmetro de atitudes, em suma, uma praxe. O pensador clássico, nesse enquadramento, assume papel aproximado ao de um mestre, responsável pela transmissão do conhecimento prático, ou, nos termos de Sheldon Wolin, a faculdade da *sabedoria política*. O filósofo a define da seguinte forma:

Taken as a whole, this composite type of knowledge presents a contrast with the scientific type. Its mode of activity is not so much the style of the search as of reflection. It is mindful of logic, but more so of the incoherence and contradictoriness of experience. And for the same reason, it is distrustful of rigor. (...) Knowledge of this type tends, therefore, to be suggestive and illuminative rather than explicit and determinate.⁴⁵

O virtual desaparecimento do cânone tradicional na filosofia política, desse ângulo, seria sintoma e efeito do *malaise* mais amplo, concernente à civilização ocidental, e sua investigação poderia iluminar os fatores históricos causadores e aguçadores do decaimento. A emergência dessa narrativa nostálgica e pessimista, de acordo com Gunnell, teve por consequência a subordinação da filosofia política (e sua história) ao “mito da Tradição”; as diversas filosofias passam a ter seus sentidos conferidos pela inserção na trama épica da Tradição, não mais por seus termos próprios. Na formulação pigmaleônica de Gunnell, “the problem is (...) that those who employ this form of analysis have sometimes become captives of their own invention”.⁴⁶ As ideias e conceitos de cada integrante da Tradição, para Gunnell, são eclipsadas pela narrativa mítica; a ênfase maior das análises recai sobre o papel desempenhado por cada autor no enredo : Maquiavel é, com frequência, anátema – gênio substituído⁴⁷ para

⁴⁴ Ibid. pp 15-16

⁴⁵ Wolin, Sheldon. *Political theory as a vocation* In: American Political Science Review, vol. 63, no 4, (Dec. 1969) pp. 1062-1082, p. 1070

⁴⁶ Gunnell, op. cit. p.70.

⁴⁷ Oakeshott, op. cit. p. 30.

Oakeshott, “teacher of evil”⁴⁸ para Strauss; Platão e Aristóteles, os instituidores; Marx, o último sopro da Tradição.

A crítica de Gunnell se dirige à hipostasia da Tradição, à confusão ocorrida na filosofia política entre Tradição como entidade histórica concreta, espontânea, viva, e Tradição como ferramenta analítica retrospectiva, de natureza artificial, à maneira das “tradições inventadas”⁴⁹ examinadas por Eric Hobsbawm. Estas, segundo o historiador, distinguem-se das tradições genuínas por se orientarem, de forma deliberada, ao passado, como forma de resgatá-lo, revivê-la e afirmar a continuidade dos valores e práticas atuais em relação àqueles de um período remoto; buscam a invariabilidade e a conservação⁵⁰. As genuínas, por sua vez, definem-se pela natureza irrefletida e pela ausência de um acordo explícito quanto à fixidez das práticas e comportamentos costumeiros; se os modos antigos de vida estão ativos e rotinizados, argumenta Hobsbawm, não há necessidade de reativá-los e preservá-los; daí decorre outro atributo deste tipo de tradição: a adaptabilidade, contraposta à rigidez premeditada das tradições artificiais.

Embora alguns dos integrantes da Tradição de fato tenham dialogado entre si, e buscado responder a questões muito semelhantes, Gunnell avalia que assumir de forma literal a ideia de um diálogo intertemporal espontâneo entre filósofos políticos revela nada mais que um erro histórico, uma mistificação cujos efeitos mais nocivos julgo serem: (a) A inaptidão para a relatividade cognitiva: adentrar os sistemas conceituais e valorativos alheios, explorá-los em sua lógica própria. Aqui, a advertência de Oswaldo Porchat parece adequada: “Não é por outra razão que os filósofos criadores se fazem, muito frequentemente, maus historiadores da filosofia, unicamente preocupados em ler as outras filosofias através dos prismas desenhados pelos esquemas e métodos de suas próprias doutrinas”⁵¹(b) O cultivo da inclinação nostálgica na filosofia política. O passado, nessa chave, é exaltado como tempo idílico, idade de ouro, e os problemas e perturbações do presente têm não mais como resposta soluções e propostas situadas no presente – nas circunstâncias efetivas em

⁴⁸ Strauss, Leo *apud* Gunnell, John, op. cit. p. 40.

⁴⁹ Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵⁰ Exemplos valiosos desse tipo de tradição podem ser encontrados no O 18 Brumário, de Marx: a adoção da máscara do apóstolo Paulo por Lutero; o emprego de usos e costumes romanos pelos revolucionários franceses de 1789 e o vocabulário do Velho Testamento por Cromwell e os revolucionários ingleses de 1641.

⁵¹ Porchat, Oswaldo. *Ceticismo e Vida comum*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 11.

que se dão. Eis a fórmula nuclear dessa condição: *para problemas circunstanciais, só há respostas fora dessas mesmas circunstâncias*. Embora o pendor nostálgico não constitua em si um problema e não seja portador necessário de efeitos nocivos, sua derivação anti-circunstancial encerra uma impossibilidade existencial, apresentada por Sexto Empírico⁵² no quarto modo de Enesidemo: da imunidade humana às contingências objetivas e subjetivas de estar-no-mundo. Segundo Lessa,⁵³ a crença nessa possibilidade é a marca distintiva do dogmático, e os desdobramentos deletérios desse auto-engano podem ser presumidos de seu caráter idiossincrático, indiferente aos impasses imediatos da vida comum.

Para evitar as inconveniências da confusão entre conceitos analíticos e históricos, inventados e espontâneos, convém estabelecer que as ideias aqui empregadas de tradição (filosofia política tradicional) e de movimentos reformadores (cientismo e behaviorismo) são construtos analíticos retrospectivos, e pouco se assemelham a formações históricas, dotadas de coesão, organização, diretrizes e objetivos comuns. O próprio behaviorismo dos anos 50 e 60 não contou com essas características de aglutinação, como se verá mais adiante.

O enfoque deste capítulo, porém, será direcionado a outro movimento, que o antecede e em certa medida antecipa suas realizações: trata-se do *cientismo*, movimento reformador dos estudos sociais e políticos, originado na última quadra do século IX. Somit e Tanenhaus o definem como emulação dos valores e métodos das ciências naturais para análise de assuntos humanos, especialmente a procura por regularidades e leis explanatórias preditivas e generalizáveis. Outros atributos, de igual importância são:

- (a) the necessity of avoiding confusion between facts on the one hand and what is good or desirable in the other; (b) the importance of maintaining a close relationship between data and theory; and (c) the need to use the utmost precision in collecting and analyzing data. ⁵⁴

⁵² Empiricus, Sextus. *Outlines of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 27-30.

⁵³ Lessa, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, p. 215.

⁵⁴ *Ibid.* pp.27 - 28

Essa definição se mostra convergente e complementar àquela oferecida por Friedrich Hayek, um dos intelectuais que, no século XX, mais se ocupou de investigar e criticar a aplicação do modelo científico naturalista ao universo social. Segundo a definição canônica de Hayek, o cientismo significou “slavish imitation of the method and language of Science” e “mechanical and uncritical application of habits of thought to fields different from those in which they have been formed”⁵⁵

A ideia da tradição, como se verá, desempenhou função notavelmente ambígua no imaginário tanto do cientismo como de seu sucedâneo dos anos 50, o behaviorismo: de referência negativa, isto é, aquilo que se quer negar com as teorias e métodos reformadores, e também como referência positiva: aquilo que legitima e fundamenta os novos protocolos.

O cientismo pode ser considerado um movimento distante, em certos aspectos, do behaviorismo. Convém, por isso, esclarecer o sentido da continuidade aqui proposta entre os movimentos. Em primeiro lugar, não se trata, no estado da arte dos estudos sobre o behaviorismo, de uma aproximação casual: os cientistas que serão aqui considerados foram constantemente celebrados como pioneiros, fundadores, antecipadores e inspiradores do behaviorismo⁵⁶. Essa constatação isolada, no entanto, não parece suficiente, posto que se apoia na autoridade do estado da arte. Além da afinidade intuitiva percebida pelos historiadores da ciência política, é preciso identificar claramente as propriedades teóricas comuns que aproximam os dois movimentos.

A interpretação de Easton⁵⁷ sobre o desenvolvimento da ciência política americana oferece valiosa contribuição para o esclarecimento desse ponto. Easton, um dos primeiros a empregar o termo “behavioralismo”, em primeiro momento distingue os estudos tradicionais dos comportamentais. Não há menção explícita ao cientismo, e o desenvolvimento histórico da disciplina é abordado pelo prisma genérico da dicotomia behaviorismo / tradição. Esta última aparenta ser um bloco compacto e indiviso, contra o qual o behaviorismo teria se insurgido. Versões que enfatizam o caráter

⁵⁵ Hayek, op. cit. pp 15-16.

⁵⁶ Cf. Farr, James, op. cit. e Dahl, Robert, op. cit. entre outros.

⁵⁷ Easton, David. *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

insurgente do behaviorismo não são incomuns; quase sempre produzem a impressão de que o movimento teria sido produzido por geração espontânea, sem qualquer antecedência intelectual⁵⁸. À primeira vista, a narrativa de Easton compartilha essa inclinação, ao contrapor, em termos muito vagos, análises tradicionais e comportamentais.

Easton, no entanto, opera uma importante distinção no interior da abordagem tradicional, entre *legalismo* e *realismo*⁵⁹. O primeiro orienta-se pela preocupação com os aspectos formais da estrutura política, sua face oficial. Trata-se de uma propensão observada, desde o pós-guerra civil, nos estudos sobre a política americana, que elegeu como um de seus objetos centrais a Constituição e as provisões legais dela oriundas. A crença de fundo das análises legalistas, para Easton, é adquirida d'além-mar: o princípio utilitarista na racionalidade do homem e sua inevitável adaptação, mediante o cálculo auto-interessado, a padrões de interação impostos pelas legislações às quais se encontram sujeitos; daí a importância de conhecer e, quando necessário, reformar as estruturas legais de governo. Essa abordagem aparenta situar-se no limite entre a “tradição ocidental” descrita por Gunnell, e o cientismo. O pendor analítico-descritivo, típico do cientismo coexiste, aí, com juízos de ordem normativa e reformista, inerentes à Tradição. A obra de Woodrow Wilson é característica desse espírito: o autor, no início de *Congressional Government*, descreve a fragmentação de poder ocasionada pela proliferação de comitês setoriais na *House of Representatives*. Essa fragmentação aparece como consequência lógica da disposição formal da Casa, em harmonia com as premissas legalistas, mas além do princípio dedutivo aí contido, o que o aproxima da “tradição ocidental” é a vocação normativa, explicitada na avaliação de Wilson, segundo a qual a fragmentação conduz ao mascaramento de responsabilidades no tocante à autoria e processamento da legislação. Os inúmeros comitês atuam, desse modo, como agentes de confusão, óbices ao entendimento claro da opinião pública. Não obstante esse pressuposto normativo que orienta o restante de sua análise, Wilson afirma estar apenas “pointing out facts – diagnosing, not prescribing remedies”⁶⁰

⁵⁸ É o caso, por exemplo, da versão de Robert Dahl, op. cit.

⁵⁹ Não se deve confundir este realismo descrito por Easton com o realismo filosófico medieval, que postulava a existência de entidades universais, em contraponto ao nominalismo. O realismo de Easton designa uma vaga orientação empírica nos estudos políticos do início do século XX, como reação à abordagem legalista até então predominante no campo.

⁶⁰ Wilson, Woodrow *apud* Easton, David, 1953, p.82.

A aproximação que Easton designa realista, por sua vez, origina-se da percepção de que a aproximação legalista não esgotava *in toto* as possibilidades de interpelar o fenômeno do poder. Seus adeptos, para os realistas, tomavam a parte pelo todo, e mostravam-se incapazes de identificar as fontes efetivas de influência sobre o processo decisório das autoridades legalmente constituídas. Junto às estruturas formais, imprescindíveis para o estudo da política, os proponentes do realismo distinguem estruturas informais de poder, expressas não em códigos, mas em padrões de interação. O poder informal é, assim, divisado nas ações recíprocas dos indivíduos e grupos envolvidos em uma situação de poder; ou melhor, nas *ações e reações*, uma vez que nesse enquadramento de inspiração mecânica, não há ação que não se constitua, ela mesma, em uma reação – seja a outras ações ou a qualquer tipo de fenômeno. A emergência desse esquema analítico coincide, aponta Easton, com o emprego progressivo do conceito de “processo” na ciência política; o realista enxerga a política, conclui Easton, como um processo de interação contínuo e adaptativo.

A natureza contínua e adaptativa dos processos pode ser inferida do conceito de reação: ao reagir, o ator político busca ajustar-se às condições exigidas pelo ambiente físico, social, político e às expectativas em torno de seus atos, por parte dos agentes relevantes em uma situação, i.e, aqueles capazes de exercer algum grau de influência sobre esse agente. Uma notável derivação desse enquadramento é o conceito de pressão, cujo *locus* predominante de exercício são os grupos de interesses organizados. Easton designa essa aproximação ao processo político como “hydraulic theory of power”,⁶¹ visto que as pressões são transmitidas de grupos em grupos – incluídas as autoridades – que atuam para regular e aliviar os excessos de pressão, dando-lhes vazão, ou oferecer resistência quando esta for possível.

O estudo das pressões exercidas por grupos organizados, porém, representa apenas uma parcela da abordagem realista. Os atores não respondem apenas às demandas dos grupos, eles respondem também *em* agrupamentos (*groupings*), isto é, padrões compartilhados de respostas aos desafios do ambiente. Os agrupamentos diferem dos grupos por não configurarem uma coletividade organizada em torno de interesses específicos, mas um agregado disperso de indivíduos cujas ações se espera que convirjam devido a certas condições sociais compartilhadas. A noção weberiana de “classe” é representativa dessa categoria: “Em nossa terminologia, classes não são

⁶¹ Ibid.p.177.

comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e frequentes de ação comunal”⁶². A identificação e o estudo dos agrupamentos revelam fontes de influência sobre os comportamentos individuais e coletivos muito distintas das pressões organizadas.

Tanto a “teoria hidráulica” como esta última, de feitio sociológico, não obstante suas diferenças comungam um princípio fundamental: os indivíduos agem para conservar e expandir seu poder. Não se trata de qualidade exclusiva, mas da qualidade distintiva das interações políticas, e sobre elas o modo realista de análise se debruçou. O propósito realista é compreender não qualquer tipo de ação, mas aquelas englobadas pelos processos políticos: aqueles que impactam a “authoritative allocation of values”⁶³ materiais e imateriais, conforme a clássica definição de Easton sobre a natureza dos sistemas políticos. O comportamento político, nesses termos, tem sentido unívoco: disputa em torno da escassez de valores, e encontra nessa disputa o elemento regulador do processo: se todos - comandados e comandantes - desejam e logram dar vazão às pressões e influxos que sofrem de seu ambiente, o processo político se mantém, se reproduz, e esse é o pressuposto ontológico básico dos realistas: os homens atuam para, no mínimo, conservar sua posição atual de poder.

As características teóricas do arranjo realista, especialmente sua atenção à experiência, não às prescrições legais, fazem-no conciliável com as disposições do cientismo, e distanciam-no sensivelmente da “tradição ocidental”, muito embora os autores realistas formassem um grupo bastante heterogêneo. A ideia de processo, as metáforas mecânicas e hidráulicas e a ênfase na descoberta de influências causais sobre o comportamento político sugerem a atuação do princípio básico do cientismo: a emulação das ciências naturais. Seu caráter francamente descritivo supõe também a separação entre fatos e valores, outro predicado do cientismo, como mencionado anteriormente. Alguns realistas, no entanto, como James Bryce,⁶⁴ se mantiveram resolutamente céticos quanto à possibilidade de que a ciência política pudesse alcançar o grau de certeza das ciências naturais e a fixação de leis universalmente válidas. Se não havia necessária adesão dos realistas aos princípios do cientismo, o

⁶² Weber, Max. *Classe, Estamento, Partido* In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 212.

⁶³ Easton enxerga sua definição de sistema político como em ampla medida “empírica”, isto é, depreendida daquilo que cientistas políticos tomaram como objeto ao longo do tempo, ainda que sem plena consciência disso, o que torna coerente o uso retrospectivo de sua definição.

⁶⁴ Somit e Tanenhaus, op. cit. p. 78.

inverso não pode ser verificado: o cientismo pressupõe a disposição realista e nela se sustenta; sendo o cientismo um método, o realismo é a atitude que o fundamenta e o antecede. Em vista dessa aproximação, cumpre agora interrogar qual é relação do *cluster* cientismo/realismo com a ciência comportamental dos anos 50, quais são seus pontos de intersecção.

Easton adota o termo “behavioralismo” em sentido retrospectivo, para referir-se a um conjunto difuso de estudos políticos nos quais o conceito de “comportamento” mostrara-se relevante. Essa linhagem teórica remonta ao entre-guerras e difere do cientismo, embora esta última lidasse também com ações, reações, decisões, todas, em última análise, formas de comportamento político. O traço singular dos estudos comportamentais, no entanto, é, diz Easton, a atenção às motivações e sentimentos dos agentes, à consideração do peso da personalidade sobre os fenômenos políticos, até então menosprezado pelas tendências correntes na ciência política – e pela própria análise comportamental original – o behaviorismo de Watson, como se observou na Introdução. A novidade do behaviorismo político, para Easton, compunha-se de um lado, pela crítica à reificação das instituições promovida pelos realistas e, de outro, pela introdução do vocabulário psicológico nas análises políticas, como forma de conduzir ao proscênio o ser humano concreto e seus *drives*. O conceito de comportamento, argumenta Easton, assume papel de categoria psicológica; seu uso indica não apenas a observação de padrões comportamentais e a fixação de suas causas, mas a presença de um enquadramento hiper-individualista através do qual os comportamentos são interpretados.

Em suas manifestações mais radicais⁶⁵, a personalidade é tida não como um dos fatores, mas o fator primário, dotado de privilégio explicativo sobre os demais e, ainda, como um fator constante, imune à passagem do tempo e aos processos de socialização de forma geral. Ao questionar a natureza metafísica e inverificável dessa abordagem, Easton sustenta, ecoando as pesquisas antropológicas de seu tempo⁶⁶ que, embora sejam analiticamente discerníveis, personalidade e cultura mantêm contínua articulação, de modo que o recurso a uma dessas categorias constitui-se sempre como recorte parcial da realidade. Mesmo nas variantes comportamentais moderadas, que

⁶⁵ Easton menciona as obras *The Individual and His Society*, de Abraham Kardiner e *Psychopatology and Politics*, de Harold Lasswell como representantes desse paroxismo.

⁶⁶ Refiro-me aos debates em torno da chamada escola de Cultura e Personalidade na antropologia cultural americana.

visavam apenas isolar os elementos pessoais dos demais e aferir seus efeitos políticos, Easton identifica uma grave dificuldade: diferenciar sentimentos, atitudes e disposições transmitidas do indivíduo ao fenômeno político daqueles produzidos por esse mesmo fenômeno sobre os indivíduos aí envolvidos. Com frequência, esses dois elementos acabaram por se confundir, e conquanto as intenções declaradas de pesquisa focalizassem aspectos internos, psicológicos, estas acabavam por analisar traços de personalidade gerados e/ou reforçados pela situação política circundante, i.e, a ação de grupos de pressão, de condições sociais e econômicas ou constrangimentos institucionais concretos, tudo isto sob a rubrica de *behavioral analysis*.

Por essas razões, Easton questiona a pertinência de sua própria definição prévia de análise comportamental, como aquela orientada ao “actual human being”.⁶⁷ Em primeiro lugar, o ser humano é indissociável de suas circunstâncias sócio-culturais e, segundo, os caracteres mais íntimos da personalidade são de difícil isolamento. Insistir na delimitação precisa de fronteiras entre psiquê e cultura, ao menos no âmbito da ciência política parece, aos olhos de Easton, uma discussão bizantina, de pouco proveito para o progresso do conhecimento. O incômodo de Easton com o uso corrente do conceito de comportamento é nítido: “But since behavior has been used to refer both to the impact of personality on the situation as well as to the converse, it has been a term only of general ambiguous reference rather than of clear analytical value”.⁶⁸

Não por acaso, treze anos mais tarde, Easton reformulará sua definição de ciência comportamental, em *The Current Meaning of Behavioralism*, como se verá mais adiante, avançando uma concepção bastante mais abrangente e próxima do cientismo; ademais, a crescente aproximação, no curso dos anos 50, entre o conceito-chave do realismo, “processo” e o de comportamento não passou despercebida a outros estudiosos da ciência comportamental americana, como Farr:

Moreover, the settings and consequences of political behavior were best captured by the idea of the processes of politics - not its fixed formalism or ethical ideals (...) In departments of political science

⁶⁷ Easton, 1953 p. 202.

⁶⁸ Ibid. p.218.

across the country “processes and behavior” came to be the code words for the behavioral studies⁶⁹

Essas observações parecem suficientes para apresentar a linha de continuidade existente entre o cientismo e a ciência comportamental, encontrada por um de seus principais articuladores dos anos 50.

1.2: Wallas e Bentley: A atenção à experiência

As mensagens presidenciais da APSA ao longo do século assumiram, de forma aparentemente casual, a forma de reflexões sobre o *status* epistemológico da ciência política americana. A de 1969, da lavra de Easton, abordou a revolução behaviorista e a configuração de sua promessa:

[behavioralism] has shifted the balance of concern from prescription, ethical inquiry, and action to description, explanation and verification (...) has justified this shift on the grounds that without the accumulation of reliable knowledge, the means for the achievement of goals would be so uncertain as to convert action into a futile game⁷⁰

A construção de um acervo confiável de conhecimento, de catalogação de regularidades empíricas, sem as quais qualquer aplicação tenderia a mostrar-se prematura foi, segundo Easton, o principal argumento legitimador da virada behaviorista e seu insulamento em relação à atividade política corrente, que pode ser descrito também, como processo de separação entre saber político e saber prático. Desse divórcio, originaram-se duas tradições distintas, segundo Easton: a *basic research*, de cunho descritivo-explicativo, formada por experimentos rigorosamente controlados de hipóteses e testes, isolada das demandas sociais mais imediatas, e a *applied research*, endereçada à execução, à colocação em prática do cabedal de

⁶⁹ Farr, op. cit. p. 202.

⁷⁰ Easton, David. *The New Revolution in Political Science*. The American Political Science Review, Vol. 63, Nº4, Dec.1969, p. 1053.

conhecimento disponível na solução de problemas específicos. O êxito da primeira, e sua primazia em relação à segunda durante os anos 50 seriam frutos, em grande parte, dos efeitos persuasivos provocados pela promessa de descobertas futuras, compensadoras das perdas presentes em erudição, relevância e capacidade de intervir em assuntos públicos; uma espécie de pacto, por meio do qual a disciplina alienou sua tradição especulativa em troca da promessa de um conhecimento⁷¹ factual crescente e inesgotável.

Os termos desse pacto podem ser rastreados e identificados nas obras de alguns representantes do cientismo, tradição intelectual antecessora e inspiradora do behaviorismo. É comum, entre os historiadores da ciência política⁷², a identificação de dois cientistas fundadores da tradição de estudos comportamentais, no início do século XX: o britânico Graham Wallas e o americano Arthur F. Bentley. Embora nenhum dos dois tenha empregado o conceito de comportamento político, a análise de suas obras pode ser considerada relevante em diversos aspectos: reconhecer o universo intelectual contra o qual o cientismo se erigiu como resposta e superação, ou seja, seu *aspecto reativo*, identificar as expectativas e esperanças das quais essa forma de investigação foi depositária, ou seja, seu *aspecto construtivo*, e discernir as possíveis afinidades que, desde sua “pré-história”, conectaram a ciência do comportamento à noção de conhecimento peculiar ao cientismo. Em relação ao primeiro aspecto, duas são as características mais salientes dos estudos políticos tradicionais, contra as quais as obras de Wallas e Bentley se direcionaram: (i) o ubíquo obstáculo substancialista e (ii) o formalismo institucional.

O obstáculo substancialista ao desenvolvimento do espírito científico foi definido por Gastón Bachelard⁷³ como o apelo a entidades misteriosas, ocultas, indivisas, situadas no interior dos objetos. Esses entes, à diferença de átomos, nêutrons e forças, elementos recorrentes nos estágios mais avançados do conhecimento científico, não atuam sobre os objetos e são distinguíveis, mas não separáveis destes últimos, isto é, não são suas partes, como os átomos, tampouco agentes externos, como as forças físicas. Segundo Bachelard “de ce centre, on ne peut avoir aucune espèce d'expérience

⁷¹ O sentido de conhecimento aqui utilizado pode ser resumido na formulação de Eulau: “By knowledge I mean, of course, a set of verified statements about reality”.

Eulau, op. cit. p. 9.

⁷² Ver nota 50.

⁷³ Bachelard, Gastón. *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance*. Paris: Vrin, Bibliothèque des Textes Philosophiques – Poche, 1993.

directe et un esprit positif se rend compte tout de suite que toutes les propriétés actives se « superficialisent » nécessairement⁷⁴; a substância, propriamente dita, portanto, é sempre inacessível aos sentidos, pois qualquer ente material, de acordo com a própria lógica substancialista, é dotado de um interior.⁷⁵

Quando utilizadas em chave explicativa, as substâncias não se limitam a um padrão determinado de fenômenos, mas cumprem a função de causas de *todos os fenômenos possíveis* relacionados aos objetos em questão, ou seja, enquanto os elementos não-observáveis das ciências naturais caracterizam-se por sua especificidade, pelo fato de terem sua existência inferida a partir de certas manifestações observáveis específicas, a existência das substâncias é *intuída*; elas são os princípios a partir dos quais todas as ocorrências observáveis são explicadas, o que inclui, certamente, uma “ciência” da interação entre distintas substâncias. Os efeitos perversos do recurso à explicação substancialista sobre o espírito científico devem-se, para Bachelard, a seu caráter presunçoso, falacioso, de petição de princípio: “la réponse substantialiste étouffe toutes les questions”⁷⁶; diante do mundo, o substancialista é um fatalista, refém daquilo que apreende pelos sentidos, alguém que pensa apenas o que vê. Carente de imaginação, suas teorias são sempre construídas *ex post facto*; se suas previsões falham, alterações insondáveis na natureza das substâncias são invocadas, variações abruptas de intensidade substancial, em suma, justificativas e não explicações são apresentadas, pois é da natureza da substância ser polimorfa, e possuir “caractère vague et infiniment tolérant”.⁷⁷

Wallas e Bentley identificam diferentes manifestações desse obstáculo epistemológico na incipiente ciência política das primeiras décadas do século XX, que iniciara a adotar o vocabulário - mas não o espírito - das ciências naturais como recurso de legitimação intelectual. Ambos oferecem, com variações consideráveis de estilo e ênfase, *rationales* para a reconfiguração de suas abordagens. Em 1908, é publicado em Londres *Human Nature in Politics*, quarta obra escrita por Wallas, socialista fabiano e membro à época do Comitê de Educação da recém-criada *London*

⁷⁴Ibid. P. 102

⁷⁵ A inacessibilidade da substância aos sentidos aliada a sua vinculação a objetos materiais específicos a coloca sob a égide do princípio escolástico “o todo está no todo e o todo está em cada parte”. Para uma consideração crítica e pormenorizada deste princípio, ver Hume, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Unesp, 2001.pp. 269-271

⁷⁶ Bachelard, op. cit., p. 103

⁷⁷ Ibid. p.98

School of Economics. Sobre o estilo do autor, Oakeshott definiu-o⁷⁸ como anedótico, infenso à sistematização, e excessivamente empírico, mas no livro de 1908, alguns eixos de argumentação são bastante evidentes. Um deles consiste na crítica a uma forma particular de substancialismo que Wallas designou como “pressuposto intelectualista”, a concepção de toda ação humana como efeito de um cálculo anterior, relativo a meios e fins. Esse modo de psicologia dogmática serviu de fundamento, segundo Wallas, a inúmeras tradições de análise política, e, no século XIX, constituiu-se como a matriz das investigações científicas do homem e da sociedade, condensadas no programa utilitarista. Se Wallas, por um lado, saúda o utilitarismo de Jeremy Bentham como um avanço diante de teorias que negligenciavam o caráter inelutavelmente humano das instituições políticas, por outro, considera-o ainda firmemente aferrado à premissa intelectualista.

O mérito utilitarista, para Wallas, reside na ênfase posta sobre o indivíduo como unidade básica, a partir da qual todo o sistema de reflexão moral, política e institucional deve se erguer; essa particularidade do utilitarismo livra-o de outro pressuposto, ainda mais nocivo ao desenvolvimento de uma lógica científica de análise, o de que os homens agem a partir da consideração de ideais abstratos, de considerações racionais em nada vinculadas a sua condição concreta, material. Bentham e seus epígonos conectam as pontas “homem” e “ideia”, mantendo, contudo intacta a premissa do cálculo egótico como veículo de todas as ações. Wallas ilustra esse ponto fazendo menção à obra do historiador Lord Thomas Macaulay, que, em contexto de crítica à ortodoxia utilitarista se questiona:

What proposition is there respecting human nature which is absolutely and universally true? We know of only one: and that is not only true, but identical; that men always act from self-interest.... *When we see the actions of a man, we know with certainty what he thinks his interest to be.*⁷⁹

A ideia do interesse, segundo Macaulay, embora correta, não é suficiente para o estabelecimento de um efetivo corpo de conhecimento sobre a política; ao truísmo

⁷⁸ Sullivan, Luke (ed.) *Michael Oakeshott Selected Writings Collection*. Exeter: Imprint Academic, 2004.

⁷⁹ Macaulay, Thomas *apud* Wallas, Graham. *Human Nature in Politics*. New York: F.S. Crofts, 1921. p. 46.

segundo o qual os homens agem de acordo com seus interesses, o autor propõe que se incorpore a orientação empírica da qual o conhecimento político carece sensivelmente. Se o interesse é de fato origem e causa de todas as ações, se é sua substância comum, cumpre torna-la aplicável, conhecer todas as direções que os interesses tomam na prática, de modo a catalogá-los, classificá-los e estabelecer seus locais de ocorrência; apenas dessa forma essa ideia passaria a ter alguma utilidade para a formulação e execução de políticas públicas. A conclamação de Macaulay ao estudo dos comportamentos encontra-se, porém, como nota Wallas, ainda subjugada ao obstáculo da determinação substancial, cuja forma, embora não seja a do ideal moral abstrato, encontra-se ainda confinada aos limites inescrutáveis da interioridade individual.

O conceito psicológico de interesse, comum a Bentham e Macaulay deve ser distinguido do interesse como orientação normativa, a que se refere Albert Hirschman em *As Paixões e os Interesses*. O termo, em sua origem, denotava “a totalidade das aspirações humanas”⁸⁰, e não apenas perspectivas de ganhos materiais, “porém revelava um elemento de reflexão e cálculo com respeito à maneira pela qual buscar atingir essas aspirações”.⁸¹ De acordo com Hirschman, a apologia do *interesse* (e seu sinônimo *ragione di stato*) como guia para as condutas dos governantes europeus representou uma ruptura em relação à filosofia política de traços moralizantes anterior a Maquiavel e tomou no século XVI o sentido de síntese da vontade nacional purificada de elementos passionais, intempestivos. Tratava-se, então, de apanágio dos ocupantes do topo da hierarquia política, como indica a máxima do Duque de Rohan: “Les princes commandent aux peuples, et l’intérêt commande aux princes”⁸² Ao longo do século XVII, o termo foi sendo ressignificado, ganhando contornos mais particulares, domésticos, e em alguns casos, tacanho, associando-se ao mero ganho material, mas em ambos os períodos, ele foi concebido como contraponto desejável, mas não necessário, às paixões, responsável por evitar as consequências desastrosas das decisões públicas e privadas tomadas sob seus efeitos, e por ordenar a vida comum, dotando-a de previsibilidade e constância. Segundo Hirschman, apenas na passagem para o XVIII, o termo passou a ser aplicado com o sentido substancial

⁸⁰ Hirschman, Albert. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes do seu Triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.37.

⁸¹ *Ibid.* p. 37.

⁸² *Ibid.* p.38.

atribuído por Bentham e Macaulay, de chave compreensiva das ações humanas, sintetizado no provérbio: “Interest Governs the World”.⁸³

No mesmo ano em que *Human Nature in Politics* era publicado na Inglaterra, saía do prelo, nos Estados Unidos, *The Process of Government*, de Arthur Bentley, que, dentre outras similaridades com a obra de Wallas, dedicava sua primeira parte a uma análise exaustiva de praticamente todas as formas conhecidas pelas quais o pensamento substancialista se manifestara nas ciências sociais. A noção de interesse, enfatizada por Wallas, se faz presente, sobretudo, na análise de Bentley sobre o pensamento do jurista alemão Rudolf Von Jhering, para quem toda lei fundamenta-se em um *zweck* (interesse) originário, seja individual ou coletivo, o qual é responsável por salvaguardar. Também na apreciação da filosofia social de Herbert Spencer, Bentley o encontra; os desejos firmados no correr do processo de evolução social são perseguidos de maneira racional: “guided to its end by the intellect”⁸⁴. Variações do substancialismo, ignoradas por Wallas são mencionadas, como a tendência a explicar os fenômenos sociais a partir da vontade social (*social will*), pela personificação da sociedade, que apenas desloca o truísmo substancialista do escopo individual ao conjunto do corpo social.

O traço distintivo da obra de Bentley, entretanto, e que preenche uma importante lacuna deixada por Wallas, é sua teoria sobre a gênese do erro substancialista no discurso ordinário. Bentley, a propósito, não condena o recurso a atributos substanciais, como “caráteres” e “faculdades” de forma absoluta, apriorística: na fala cotidiana, estes podem ser considerados funcionais: provêm um mapa ou guia prático de expectativas, sujeito a inúmeros acréscimos e revisões e capazes de organizar minimamente a experiência, prevendo os papéis desempenhados pelos demais atores sociais envolvidos em uma situação. Trata-se, nesse caso, do processo que sociólogos da vida cotidiana, como Alfred Schutz e Peter Berger intitularam de “tipificação”. Bentley sugere que grande parte das teorias sociológicas por ele analisadas constituiu-se a partir da codificação desse modo ordinário de fala:

⁸³ Ibid. p.45.

⁸⁴ Spencer, Herbert *apud* Bentley, Arthur. *The Process of Government*. Chicago: University of Chicago Press, 1908, p.41.

We put the main weight then upon the character, or the motives of the actors in the social drama.(...)All this in the current life of one man, judging the others around him. Out of material of this kind we have built up many theories of the causes of man`s activities in society.⁸⁵

As teorias construídas dessa maneira podem, com justiça, ser interpretadas como continuação do senso comum, sua reformulação conceitual em vocabulário prolixo e, sobretudo, seu detalhamento empírico. Tais práticas podem ser ilustradas pela classificação palavrosa de Albion Small⁸⁶ dos interesses que regem todas as ações sociais humanas, em maior ou menor medida: (1) saúde; (2) riqueza; (3) sociabilidade; (4) conhecimento; (5) beleza; (6) retidão. Os seis princípios são compreendidos como desejos inatos, e se prestam a explicar os fenômenos mais díspares, consoante a natureza do substancialismo; assim, “works of ugliness and works of beauty both satisfy the same aesthetic feeling, greed acts and benevolence acts are similarly linked together”.⁸⁷ Small propõe, ainda, uma álgebra dos interesses, sua mensuração e o estabelecimento de estimativas de permanência e mudança de acordo com a época e o lugar.⁸⁸ Bentley nota, também, a tendência à idealização da própria sociedade e do próprio tempo como *loci* do florescimento e aguçamento de paixões e interesses superiores, especialmente na filosofia evolucionista de Spencer. O desenvolvimento do sentimento de simpatia é exemplar nesse sentido, pois, para Spencer, a investigação do passado iluminaria a tibieza desse sentimento entre os povos antigos e os selvagens de sua época. O índice principal desse déficit de simpatia, segundo Spencer⁸⁹, é a ausência da instituição do casamento regular, e por consequência, de qualquer forma de apoio por parte do pai a seus filhos biológicos. Bentley observa, porém, que esse caminho o conduz a produzir teorias *ad hoc* para justificar as incontáveis exceções factuais à premissa do maior desenvolvimento simpático na sociedade moderna, civilizada; assim, Spencer lança mão de “especializações” do sentimento, a denotar irregularidades em seu percurso evolutivo; pode-se falar, em um crescimento de simpatia direcionada ao círculo familiar através dos tempos, mas de

⁸⁵ Ibid. p. 5.

⁸⁶ Ibid. p.27.

⁸⁷ Ibid. p.29.

⁸⁸ Small chega a propor uma equação para a Atenas de Péricles, relacionada aos seis desejos.

⁸⁹ Spencer, Herbert. *The Principles of Psychology Vol. 2*. Londres: William and Norgate, 1982. p.569.

sua estagnação ou decréscimo em relação a colonos e estrangeiros, e assim por diante. O princípio que deveria explicar apenas justifica, *ex post facto*.

Bentley e Wallas convergem na avaliação de que, mantido o padrão substancialista de investigação, a ciência política pouco teria a oferecer à sociedade, em comparação com outras ciências. Se as ações humanas vinculam-se, necessariamente, a caracteres individuais, fixos, o cientista político deveria limitar-se à tarefa administrativa de encontrar um arranjo institucional capaz de garantir o equilíbrio entre os interesses que se dão a ver na sociedade; enquanto as ciências naturais ostentavam o controle progressivo da natureza, o cientista político deixava-se controlar pela suposta natureza dos homens. Se alguma relevância era ambicionada pelos estudiosos da política, fazia-se mister romper o dilema substancialista, segundo o qual *o homem assim age pois essa é sua natureza; e essa é sua natureza pois assim ele age*. Bentley é categórico a esse respeito: compara o cientista político a um animista: “if we are going to infer a soul quality from the social fact and then use the quality to explain the fact, we put ourselves on a level with animists in the most savage tribes”⁹⁰

A segunda propriedade da ciência política censurada por Wallas e Bentley foi o destaque concedido a aspectos formais dos regimes políticos, suas regras de funcionamento e organização – dentre as quais a *propensão legalista*, como Easton a intitulava, anteriormente mencionada. Esse enfoque tornou-se conhecido, posteriormente, como “velho institucionalismo”⁹¹, representado por estudiosos como Woodrow Wilson, John Burgess e Theodore Woolsey. Na narrativa de David Ricci⁹² sobre os anos iniciais da ciência política americana, o embrionário programa da Escola de Ciência Política de Columbia, de 1880, é descrito como repleto de análise comparativa das instituições, notavelmente na comparação entre as estruturas estatais americanas e suas congêneres europeias. Bentley intitulou essa abordagem de “dead political science”,⁹³ devido a sua obstinação em coletar informações sobre características acidentais dos regimes e relacioná-las a tipificações clássicas como democracia, oligarquia, monarquia, etc. Wallas definiu esse estado de coisas em

⁹⁰ Bentley, op. cit. p.19.

⁹¹ Em oposição ao chamado novo institucionalismo. Cf. Hall, Peter; Taylor, Rosemary. *Political science and the three neo-institutionalisms*. Political Studies, vol. 64, n. 44, pp. 936-957.

⁹² Ricci, David. *The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship and Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1984.

⁹³ Bentley, op. cit. p.168.

fórmula sintética: “For the moment, therefore, nearly all students of politics analyse institutions and avoid the analysis of man.”⁹⁴

O incômodo com a perspectiva institucionalista é flagrante no pensamento de Wallas, e atravessa sua obra, na forma de um incômodo específico com as instituições liberais e democráticas existentes ao seu redor, concebidas, de forma dogmática, como modelos institucionais sujeitos a aprimoramentos, mas em essência, incontestáveis. O entusiasmo com a maquinaria institucional liberal-democrática, para Wallas, dissimula a natureza das decisões políticas concretas por ela engendradas. A teoria política de Bentham dá o tom da confiança desmedida depositada nessas instituições como geradoras de padrões de comportamento afeitos aos valores liberais. Quando, por exemplo, afirma que “the stricter dependence of the governors on the governed, the better the government will be”⁹⁵, o filósofo identifica na racionalidade dos governados a garantia de um processo decisório ajustado ao conjunto de seus interesses; sua teoria das recompensas e punições, de maneira análoga, fia-se na concepção do interesse como motor universal das ações, de modo que apenas sua dosagem estaria sujeita a revisão.

Não obstante o crescente consenso em torno de matérias concordantes com o credo liberal-democrático, como o sufrágio universal, o sistema representativo e a separação dos poderes, Wallas percebe certa insatisfação difusa, uma atmosfera de desilusão nas nações que aderiram com mais entusiasmo a esses ideais, como no caso dos Estados Unidos, a cujo respeito, Wallas afirma:

The United States of America have made in this respect by far the longest and most continuous experiment. Their constitution has lasted for a century and a quarter, and, in spite of controversy and even war arising from opposing interpretations of its details, its principles have been, and still are, practically unchallenged. But, as far as an English visitor can judge, no American thinks with satisfaction of the electoral 'machine' whose power alike in Federal, State, and Municipal politics is still increasing.⁹⁶

⁹⁴ Wallas, op. cit. p. 16.

⁹⁵ Mack, Mary. *Jeremy Bentham: An Odissey of Ideas 1748 – 1792*. New York: Columbia University Press, 1963, p. 455.

⁹⁶ Wallas, op. cit., p.2-3.

O mesmo desapontamento, segundo Wallas, pode ser verificado na Grã-Bretanha, ainda que em menor escala, devido às resistências históricas ali encontradas ao estabelecimento pleno do ideal democrático. O processo eleitoral no país é encenado com notáveis doses de cinismo, relata o autor, fiando-se em sua própria experiência nas eleições municipais londrinas das quais participou, tendo, inclusive, se eleito para o Conselho Municipal da cidade, no ano de 1894.

Convém esclarecer que a despeito da desilusão percebida e sentida, Wallas mantinha-se atado aos valores liberais-democráticos; suas críticas à maquinaria institucional britânica derivavam da adesão a esses valores, não de sua negação. O eixo de seu questionamento concernia à incapacidade de o liberalismo democrático, enquanto regime, produzir padrões de comportamento político condizentes com os valores que o animam. Essa fragilidade do sistema representativo britânico se revelava, à época, na campanha pela reforma tarifária protecionista encabeçada por Joseph Chamberlain, que ameaçava sensivelmente a posição estabelecida da nação como campeã do livre-comércio.⁹⁷ Na democracia americana, Wallas vê com preocupação a influência dos *trusts*, do grande capital e seu potencial para corromper e viciar as decisões coletivas.

Fora da esfera estritamente econômica, a hesitação em estender o sufrágio às mulheres, na Inglaterra, e aos negros na América, são paradoxos flagrantes do regime. O autor nota que nas disputas eleitorais inglesas de 1906 a maioria dos candidatos se comprometera a levar adiante a ampliação do direito, mas passadas as mesmas, deixaram de lado o assunto, temendo possíveis reações negativas de seu eleitorado. Não passam despercebidas, ainda, as questões coloniais e o mal-estar por elas ocasionado, com o domínio autocrático de vastas extensões justificado por argumentos frágeis como o despreparo dos indianos para se autodeterminarem. O típico liberal, para Wallas, acreditava estar “educating the inhabitants for self-government, and that in due time they would all have a vote for an Indian parliament”.⁹⁸ Os fatos, contudo, resistiam a confirmar essa hipótese; quanto mais se conhecia a sociedade indiana, diz Wallas, mais se percebia não haver indício de que o

⁹⁷ A derrota de seu posicionamento contrário à reforma levou Wallas a abandonar a Sociedade Fabiana.

⁹⁸ Wallas, op. cit. p.33.

povo fosse ainda inapto para as artes da política e precisasse da educação liberal britânica.

Wallas tomava consciência de que, mesmo que os homens de fato amassem a liberdade, poderiam muito facilmente eliminá-la, como registra o célebre verso de Oscar Wilde: “yet each man kills the things he loves”.⁹⁹ Por essa razão, seus esforços se voltam à compreensão das ações irracionais dos homens. A ação consciente, refletida, voltada para a satisfação de interesses subjetivos deixa de ser uma premissa e se torna, novamente, como em sua origem, um ideal e uma construção, muito próxima à “domadora das paixões” indicada por Hirschman. Com Wallas, a noção de interesse reassume caráter específico, perde seu cariz totalizante: se um benefício imediato é preterido em vista de outro, indireto, somente então se pode falar de uma ação mediada pelo interesse. Enquanto a *homeostasis* liberal não se concretiza, faz-se necessário descobrir os impulsos e instintos que regem os homens e relacioná-los a seu meio social e físico, descobrir conexões de causa e efeito, estímulos e desestímulos, torna-se necessária a busca pelos condicionantes externos do comportamento humano e, entre estes, aqueles que o encaminham e o desviam da ação conforme seu próprio interesse. A ciência política, nessa perspectiva, deve lidar com os resultados concretos das ações, enquanto a moralidade se ocupa da avaliação de suas motivações, e, especificamente, se o interesse deve ou não ser o dirigente das condutas humanas.

1.3: A Ciência Impura

A reorientação empirista da ciência política produzida por Wallas e Bentley, além de promover um *aggiornamento* da antiga tradição liberal, punha em relevo a experiência como fonte do conhecimento político, no lugar da intuição das substâncias e da análise formal-institucional, e essa inflexão engendrou um sem-número de mudanças de método e teoria no campo. Na geração seguinte à de Wallas e Bentley, entre as décadas de 1920 e 40, é possível divisar os desdobramentos de suas ideias, sobretudo nos trabalhos dos politólogos Charles Merriam, pioneiro no emprego do termo “comportamento político” em ciência política, e considerado por Somit e

⁹⁹ Wilde, Oscar. *The Ballad of Reading Gaol*. New York: Duffield & Co., 1910. p. 8.

Tanenhauus “the foremost advocate of a science of politics”¹⁰⁰, George Catlin e Harold Lasswell, representantes de uma tendência designada por Easton como *power approach*.¹⁰¹

Catlin é explícito ao reconhecer o alcance das ideias de Wallas: “I applaud and celebrate the tradition of Graham Wallas”.¹⁰² Este último redefinira o conceito de ciência política, associando-a a pesquisa e reflexão sobre causas e efeitos observáveis das ações e não a seus motivos últimos. Nem toda ação, porém, pode ser considerada política, sob risco de que o conceito perca sua utilidade para fins de conhecimento e recaia no erro substancialista. Catlin, pois, busca identificar a política como objeto, no novo modelo científico. O oposto diametral de sua concepção pode ser ilustrado pela formulação de Johann K. Bluntschli, expoente do velho institucionalismo alemão, para quem: “Political Science is a science which is concerned with the State, endeavors to understand and comprehend the State in its essential nature, various forms, manifestations and developments”.¹⁰³

Seria possível e mesmo necessária a existência de uma “estadologia”, como queria Bluntschli, mas no *framework* individualista de Catlin e seus contemporâneos, seria inconcebível pensar o Estado como a unidade básica de análise. Bluntschli substancializa o Estado, imagina-o como um ente material, vivo, um organismo moral e espiritual, sendo capaz até mesmo de determinar seu sexo: masculino. O enfoque de Catlin, diante da parafernália organicista, procederia à redução do Estado a seu componente primário: o indivíduo. Qualquer definição de Estado nesses termos deverá, assim, ser remetida à relação entre indivíduos, em uma conjuntura particular, uma vez que o próprio Estado é, ele mesmo, uma configuração particular, acidental, histórica. A conspícua definição de Weber, segundo a qual o Estado é “uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima”¹⁰⁴ é um exemplo de definição enquadrável no esquema teórico de Catlin.

Ocorre que a própria definição individualista de Estado pode, ela mesma, ser reduzida a uma fórmula ainda mais básica, mais elementar, mais abstrata. A definição weberiana, por exemplo, poderia ser reduzida a “relações de homens que dominam

¹⁰⁰ Somit e Tanenhauus, op. cit. p.110..

¹⁰¹ Easton, 1953, p.116.

¹⁰² Catlin, George. *The Function of Political Science*. Western Political Quarterly 9, Dec. 1956, p. 816.

¹⁰³ Bluntschli, Johann Kaspar. *The Theory of the State*. Ontario: Batoche Books, 2000. p. 12.

¹⁰⁴ Weber, Max. *A Política como Vocação In : Weber, Max. Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 120.

seus iguais”, e por esse raciocínio, se chegaria à conclusão de que há um tipo de relação entre os homens mais geral do que aquela que há no Estado, e da qual esta última é um caso particular. Aí está, para Catlin, a relação política mais fundamental. Sua construção é ligeiramente distinta da weberiana: a “relation of wills in a fashion of control”¹⁰⁵; a diferença vocabular, contudo, é de pouca importância. Importa saber que mesmo identificando-se “política” a “Estado”, como fizeram os institucionalistas, é dever de ofício do cientista, acredita Catlin, ultrapassar os fenômenos particulares, similares em aparência, e descobrir ordens de fenômenos mais gerais. A “política” entendida como “Estado”, para Catlin, não anula a existência da política geral ou “política pura”,¹⁰⁶ embora no mais das vezes contribua para sua ocultação.

A nova compreensão do fenômeno político ganhou eco, especialmente, nas obras de Lasswell. Este adverte o leitor de *Power and Society*: “This work analyzes such political abstractions as “state” and “sovereignty” in terms of concrete interpersonal relationships”.¹⁰⁷ O autor complementa a construção de Catlin ao realçar o papel central da temporalidade (*principle of temporality*) na investigação política. Sendo as relações de poder um processo-no-tempo, devem ser interpretadas como *eventos*, sujeitos a toda sorte de transformação e variação em intensidade. As relações de controle aludidas por Catlin deveriam ser enquadradas em uma escala, em vez de isoladas, o que permitiria ao pesquisador a apreensão da dinâmica das relações de poder: seus ciclos, seus estágios e suas correlações. Outra contribuição de monta do autor para a delimitação do fenômeno político foi sua atenção aos símbolos (*principle of symbolization*), a percepção de que as relações políticas podem, muitas vezes, manifestar-se através de simbologias não familiares, e de que as relações usualmente tidas como políticas podem perder simbolicamente esse atributo. Lasswell evita, dessa forma, associar a relação de controle, necessariamente, a um catálogo fixo de atos e símbolos - seja a simples violência, sejam leis, tratados e regulamentos - pois observa haver, entre as diferentes sociedades, crônica relatividade simbólica, que torna fundamental o exame não apenas dos atos, mas de seus efeitos práticos. Em vez de atos de controle, portanto, seria mais conveniente falar-se em “função”, ou “papel” de controle, verificáveis empiricamente.

¹⁰⁵ Catlin, George. *The Delimitation and Mensurability of Political Phenomena*. American Political Science Review 21, Mai, 1937, p. 257.

¹⁰⁶ Catlin, 1956, p. 817.

¹⁰⁷ Lasswell, Harold; Kaplan, Abraham. *Power and Society: A Framework for Political Inquiry* New Haven: Yale University Press, 1950, p. XIV.

A noção de “político”, tanto em Catlin como em Lasswell remete diretamente ao fenômeno do poder – a capacidade de um indivíduo ou grupo impor suas vontades e comandos a outros. Se a remissão ao fenômeno do Estado limitava fatalmente o escopo das análises políticas, o *power approach* de Catlin e Lasswell o ampliava indefinidamente. Qualquer tipo de relação social - familiar, religiosa, trabalhista - poderia oferecer-se à análise política, ainda que seu sentido ordinário não sugerisse a presença de qualidades políticas. O “poder” assume, assim, contornos de atributo genérico, indiferenciado, variando apenas sua grandeza quantitativa desde pequenas associações privadas até o Estado e demais instituições de natureza pública. A principal omissão dessa abordagem, segundo a amena crítica empreendida por Easton¹⁰⁸, relaciona-se à questão das finalidades do poder: uma vez que este raramente é exercido de maneira auto-referencial, mas com vista a algo que o excede, sendo antes um instrumento do que uma finalidade, parece desejável e necessária, para fins de esclarecimento e refinamento analítico, a diferenciação qualitativa do fenômeno através da consideração de seus propósitos.

Paralelamente à redefinição do fenômeno político no campo, é perceptível entre esse conjunto de estudiosos o recurso à autoridade da tradição ocidental de filosofia política como estratégia de justificação epistemológica, naturalizando-a à mesma maneira de seus contendores no domínio da filosofia política. A Tradição, assumida como fenômeno concreto, histórico, converte-se assim em objeto de disputa disciplinar. Busca-se, tanto entre cientistas quanto entre filósofos apoio e fundamento em sua autoridade.

De acordo com a narrativa dos cientistas, seus métodos representariam o estágio mais avançado do diálogo intertemporal que se iniciara com os gregos, passara por Maquiavel, Bodin, Rousseau, Montesquieu e desembocou na moderna ciência do comportamento político. A história da filosofia política cede lugar à história da ciência política; em vez da descrição de sistemas filosóficos incomensuráveis entre si, o que se vê são as ideias de progresso e evolução como balizadoras da narrativa. Gunnell¹⁰⁹ observou também entre os representantes do cientismo a inclinação a enxergar na “tradição” um fato histórico, não um construto analítico. O estudo da política não poderia, sob esse ângulo, distanciar-se das práticas consagradas pela

¹⁰⁸ Easton, 1953, pp. 122-124.

¹⁰⁹ Gunnell, op. cit.

suposta tradição, sob o risco de deixar inacabada uma obra coletiva de séculos que alcançara notáveis avanços; omitir-se, nesse caso, seria equivalente a interromper bruscamente a evolução de uma vigorosa espécie natural. As atribuições da tradição, segundo se acreditava, eram a observação atenta e rigorosa dos fenômenos relacionados ao comportamento humano e a subsequente estruturação de um regime político ideal.

A menção de Merriam¹¹⁰ aos clássicos é esclarecedora quanto à função legitimadora da mítica tradição. A origem da ciência política é situada, como de praxe, na Grécia, e mais especificamente, na obra de Aristóteles. Seu método comparativo é celebrado, assim como a coleta disciplinada de dados, a atenção aos padrões de comportamento humano e a conciliação entre essas práticas e a composição de uma teoria política normativa. Merriam indica ainda a afinidade entre o pensamento político grego e o projeto do cientismo quando afirma: “is interesting to observe that in Aristotle and Plato politics looked forward rather than backward, endeavoring to find the form of an ideal state and the means to maintaining it”¹¹¹ Implícita, encontra-se a crítica à erudição antiquarista das abordagens historicistas mais preocupadas em reconstituir o sentido inerente a cada sistema filosófico do que em situá-las na linha evolutiva em cujo estágio mais elevado se encontrava o cientismo político, que, à maneira de Platão e Aristóteles, “looked forward”. Merriam aponta a adequação do cientismo às demandas dos novos tempos como sinal de sua superioridade sobre outras aproximações. O declínio da autoridade religiosa, a emergência das filosofias humanistas, do Iluminismo e do pensamento científico colocavam a tradição diante de um desafio adaptativo. O apelo às teorias antigas ou a cartas de princípios abstratos revelava-se frágil frente às exigências do homem contemporâneo. Ao mesmo tempo, novos instrumentos eram postos à disposição do investigador, para dar conta da nova realidade, com graus de precisão inauditos, a ponto de gerar aquilo que Lasswell definiu como *princípio de indeterminação* nas ciências sociais, isto é, a percepção de que há uma infinidade de causas e efeitos possíveis para cada fenômeno, e de que o conhecimento é sempre relativo, tentativo e sujeito à crítica. Lasswell, como Merriam, vê sua definição de ciência política

¹¹⁰ Merriam, Charles. *New Aspects of Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1931.

¹¹¹ Ibid. p. 36

in many ways in accord with the grand tradition of political thought(...)the present conception conforms, therefore, to the philosophical tradition in which politics and ethics have always been closely associated”¹¹²

A diferença entre os modelos clássico e científico de investigação, para esses autores, se limita ao inédito reconhecimento, neste último, de duas esferas distintas, porém inseparáveis do conhecimento - de valores e fatos - reconhecimento interpretado como evidência de adaptação bem-sucedida da ciência política aos novos tempos. Esta, para Lasswell e os demais, deveria concentrar seus esforços na esfera dos fatos, ainda sub-examinada devido à influência nefasta da propensão institucionalista.

O menosprezo de Lasswell pela alegada discrepância entre o novo e o velho modo de conhecimento explica-se, em parte, pela interpretação comum aos *scholars* do cientismo de que o direcionamento à empiria constituía-se como etapa necessária à aplicação do conhecimento factual orientada por princípios de moral pública. Em algum ponto no futuro próximo chegaria o momento em que, à maneira de seus antepassados da tradição, eles seriam capazes de indicar os meios adequados à consecução do bem comum. O que os impedia, no momento, de fazê-lo era o próprio espírito do tempo, a criação de ferramentas sofisticadas para a coleta e análise de dados, e sua sub-utilização por parte dos cientistas sociais. Os gregos, para Lasswell, compuseram suas teorias normativas apoiados no maior grau de conhecimento empírico disponível à sua época, o que não se repetia com os estudiosos da política de seu tempo. A estratégia cognitiva de Lasswell e dos cientistas para lidar com o necessário e provisório *detachment* em relação ao tema do bem comum consistia em estipular um patamar mínimo de conhecimento que os habilitaria a retornar a ele, munidos do conhecimento apropriado para efetivá-lo. Equilibravam-se entre a necessidade *moral* de ir aos fatos e a urgência, também moral, de aplicar o cabedal de conhecimento disponível.

Todos eram adeptos do liberalismo, como notou Ricci,¹¹³ mas renunciaram ao uso de suas habilidades e conhecimento para defendê-lo, justificá-lo e, se necessário,

¹¹² Lasswell; Kaplan, op. cit. pp. XII-III.

¹¹³ Ricci, op. cit. p.94-6.

reformulá-lo; para elaborar aquilo que um de seus epígonos, Easton, mais tarde designaria como *value theory*. A ciência política deveria, desse ângulo, ser capaz de prover soluções a problemas sociais específicos, como uma *policy science*, um conhecimento útil aos formuladores e aplicadores de políticas públicas e reformas no contexto da democracia liberal americana, mas não seria responsável pela apreciação valorativa a respeito dessas mesmas políticas. Deveria ser uma ciência dos meios, não dos fins. Estes últimos derivavam de adesões irracionais, constituíam preferências subjetivas e revelavam-se insondáveis à análise científica. Ricci retratou a geração científica dos anos 30 como *cheerleaders* da sociedade livre. Sentiam sua necessidade e sua conveniência, mas sentiam-se também incapazes de justificá-la na condição de cientistas. Já na condição de cidadãos, viam-se compelidos a usar sua ciência como instrumento de reforma e progresso social.

A obra de Merriam é a que com mais nitidez ilustra essa tensão: embora encarne o entusiasmo pela objetividade que acredita advir dos métodos das ciências naturais, não dissimula as inquietações políticas que atravessam suas pesquisas, especialmente relacionadas à questão da educação cívica. Merriam organizou, editou e participou ativamente das pesquisas que resultaram, em 1931, no volume *The Making of Citizens: A Comparative Study of Methods of Civic Training*, no qual foram comparados nove programas de educação cívica concretizados no século XX, em diferentes nações, destinados a produzir e/ou fortalecer os laços de lealdade e coesão entre os cidadãos e destes com o Estado. A preocupação de Merriam não se resumia à “pesquisa pura”, à coleta mais detalhada e exaustiva possível de fatos relativos à educação cívica; seu horizonte consistia em alcançar um grau de conhecimento suficiente para aplicá-lo, com eficácia, ao contexto americano, no qual as instituições democráticas encontravam-se, a seu ver, ameaçadas pelo atávico repúdio ideológico americano ao Estado centralizado e ao estabelecimento da burocracia daí decorrente. Desse atrito entre os papéis do cientista e do cidadão, originou-se uma ciência impura, *engagée*, abertamente comprometida com imperativos extra-científicos.

Tão ou mais importante do que a muito comentada contribuição metodológica das ciências naturais foi a persuasão exercida sobre os cientistas pelos feitos notáveis a elas atribuídos; do fascínio com as descobertas, com os avanços tecnológicos, derivou o desejo de estabelecer investigações empíricas disciplinadas e rigorosas. Merriam, por exemplo, se questiona: “Must we conclude that it is possible to interpret and

explain and measurably control the so-called natural forces – outside of man – but not the forces of human nature?”¹¹⁴E Wallas, no mesmo sentido: “ The great mechanical inventions of the nineteenth century have given us na opportunity of choosing for ourselves our way of living such as men have never had before.¹¹⁵De considerações como essas, origina-se a conclusão sobre o atraso da ciência política e a necessidade imperiosa de reconduzi-la ao caminho trilhado por suas congêneres da natureza.

Essa fascinação reforça, certamente, a característica central do cientismo – a emulação das teorias, métodos e práticas encontradas nas ciências naturais, mas produz, contraditoriamente, efeito repulsivo em relação a uma característica central destas últimas: seu relativo insulamento e autonomização diante de problemas e demandas morais, políticas, econômicas, em suma, fatores a ela externos. Os feitos notáveis e os formidáveis avanços tecnológicos oriundos da autonomização na Física, na Química e na Biologia, entre outras, sugeriram a necessidade de alguma autonomia na ciência política, mas esses mesmos feitos e avanços impunham sobre essa ciência elevadas expectativas - internas e externas - que favoreciam a aplicação prematura do conhecimento, a primazia da *applied* sobre a *basic research*, conforme o temor de Easton, mencionado no início deste capítulo. A transformação operada pelos cientistas pode ser considerada, da perspectiva eastoniana, relevante, porém incompleta. Merriam é o que melhor representa esse traço do cientismo na ciência política: a vocação reformista, da qual o behaviorismo dos anos 50 buscará se afastar. Somit e Tanenhaus asseveram que “Merriam`s quest for a scientific politics sprang from his concern with social policy (...) rather than from any great desire for knowledge for its own sake”;¹¹⁶e a respeito de Merriam e Lasswell, Raymond Seidelman afirma:

Theirs was a scientism designed to locate the secrets of political behavior in order to modify citizen attitudes (...) The potential of a planned, expertly administered reform State was combined with

¹¹⁴ Merriam, Charles. *The Present state of the Study of Politics*. American Political Science Review, 15, Mai. 1921, p.183.

¹¹⁵ Wallas, op. cit. p.6.

¹¹⁶ Somit e Tanenhaus, op. cit. p 111.

efforts to transform citizen beliefs and eliminate pre-modern prejudices¹¹⁷

Conclusão

A investigação deste capítulo se desdobrou em três frentes: a primeira, uma tentativa de atribuir sentido ao processo de transformação sofrido pela filosofia política tradicional, conduzido por um conjunto de intelectuais, majoritariamente norte-americanos, nas primeiras décadas do século XX, que Easton denominou “realistas”, por sua ênfase na observação dos processos políticos em movimento, tal como aparecem na experiência, em detrimento das análises legais e formais que até então se impunham no campo. Dessa disposição, como propus, originou-se o cientismo na ciência política, tendente a emular os métodos das ciências naturais, sobretudo a busca por relações causais entre os fenômenos; na segunda frente, analisei as obras de dois cientistas que foram particularmente influentes na posterior consolidação da ciência comportamental: Wallas e Bentley. Ambos criticaram enfaticamente o substancialismo e o formalismo na ciência política e estabeleceram novos parâmetros de investigação, orientados aos homens e suas atividades concretas. Na terceira parte, apresentei os desdobramentos teóricos e metodológicos da orientação posta por Wallas e Bentley sobre a geração subsequente de cientistas políticos, que introduziu novos elementos ao movimento: a formulação individualista da política de Catlin, o *power approach* deste e de Lasswell, a separação entre fatos e valores, comum a Merriam, Catlin e Lasswell, além do caráter “impuro” de sua ciência, isto é, de sua vinculação a propósitos e preocupações políticas que regularam e limitaram a procura desapaixonada por fatos e relações factuais. O behaviorismo, ao emergir como tendência nos anos 50, visará se despojar desses “resíduos” normativos, como se verá a seguir, privilegiando a *basic* sobre a *applied research*. Segundo Seidelman e Harpham: “Behavioralists of the fifties and sixties made Merriam look like a scientific primitive or a utopian dreamer”¹¹⁸

¹¹⁷ Seidelman, Raymond *Disenchanted Realists. Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York Press, p 16.

¹¹⁸ *Ibid.* p.16.

CAPÍTULO 2: A Tendência Comportamental na Ciência Política

2.1– A persuasão progressista

“what happened was...complicated - and somewhat obscure”

Dwight Waldo

2.1.1: Behaviorismo como movimento

A tendência behaviorista na ciência política remonta¹¹⁹ à segunda metade da década de 1940. Somit e Tanenhaus postulam três períodos de seu desenvolvimento: o primeiro, do final da segunda guerra mundial a 1949, no qual a natureza das transformações por que passava a disciplina não se fizera ainda nítida e apenas sinais esparsos podiam ser divisados; o segundo, de 1950 até meados da década, caracterizado pela fixação e expansão da tendência; e o último, de meados dos anos 50 em diante, marcado pela emergência de questionamentos variados – teóricos, metodológicos, filosóficos – aos princípios da pesquisa comportamental.

Em nenhuma das três etapas, o behaviorismo se constituiu como agrupamento uniforme dotado de princípios e orientações deliberadas e compulsórias; antes, tratou-se de um estado de espírito, de disposições compartilhadas, mas não formalizadas, tampouco coordenadas a partir de um centro. Vernon Van Dyke, no início da década de 60, notara já o crônico dissenso em torno da noção de “comportamento político”: “Though stipulative definitions of *political behavior* are sometimes advanced, as when a course or a book is given this title, none of them has gained general currency”¹²⁰. A avaliação de Easton sobre o behaviorismo, dois anos mais tarde, converge com a de Van

¹¹⁹ O que não implica na inexistência de behavioristas anteriores à tendência, como intentei expor no capítulo precedente.

¹²⁰ Van Dyke, Vernon *apud* Dahl, Robert. *The behavioral approach in political science: Epitaph for a monument to a successful protest*. The American Political Science Review, Vol. 55, Nº 4 (Dec. 1961), p. 767

Dyke, ao enfatizar a polissemia relativa à noção de pesquisa comportamental: “every man puts his own emphasis and thereby becomes his own behaviorist”¹²¹. Posteriormente, o atributo da vagueza é acrescentado à análise; para Easton, o caráter recente e informal do behaviorismo dificultava a indicação de preceitos comuns, de uma ortodoxia entre seus integrantes; na verdade, a própria identificação desses integrantes restava comprometida por esses fatores: “Os critérios para a inclusão neste grupo [behavioristas] são tão vagos e ambíguos quanto seus limites mal definidos e discutíveis”¹²². Em testemunho retrospectivo sobre a eclosão da tendência, já distante temporalmente de seu epicentro, Easton reafirma os termos de suas análises anteriores:

behavioralism was not a clearly defined movement for those who were thought to be behaviorists. It was more clearly definable by those who were opposed to it, because they were describing it in terms of the things within the newer trends that they found objectionable¹²³

Easton não nega que tenha havido um movimento behaviorista concreto, ainda que frouxo e disperso, mas distingue-o do behaviorismo como tendência intelectual, i.e, princípios e disposições, um modo de ver a ciência política, compartilhado por um grupo heterogêneo e disperso de *scholars*. Os dois sentidos - movimento e tendência - não se excluem, e se imiscuem, uma vez que o primeiro está contido no último, sendo produto direto deste.

Se não houve o agrupamento rígido e coeso dos movimentos formais, houve, de fato, a formação de espaços eventuais de intercâmbio e discussão acerca dos rumos da pesquisa comportamental. Dentre as publicações acadêmicas, a *American Behavioral Scientist (ABS)* destacou-se, não apenas pela receptividade às reflexões sobre o desenvolvimento da ciência comportamental, mas também por constituir-se em espaço de atualização e circulação de bibliografia em âmbito doméstico e internacional. Em 1965, é publicado o ambicioso *ABS guide to recent publications in the social and*

¹²¹ Easton, David. *Introduction: The Current Meaning of "Behavioralism in Political Science"*. In Charlesworth, James (ed.). *The Limits of Behavioralism in Political Science*. The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, 1962, p. 9

¹²² Easton, David. *Uma Teoria da Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.23.

¹²³ Easton, David In Baer, Michael A., Jewell, Malcolm E. and Sigelman, Lee (eds.) *Political Science in America. Oral Histories of a Discipline*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1991, p. 207.

behavioral sciences, contendo um mapeamento comentado de aproximadamente 6.600 livros e artigos, atualizado continuamente nos anos subsequentes, tanto por novas edições do guia como através da seção *New Studies*, incorporada às edições regulares da ABS desde sua fundação no final da década de 50.

Entre as instituições, a que se ocupou pioneiramente e prioritariamente de articular a nova ciência foi o *Committee on Political Behavior Research* (CPBR), estabelecido em 1945 pelo *Social Science Research Council* (SSRC), *think-tank* norte-americano, estabelecido em 1923, por Charles Merriam, Beardsley Rummler e Wesley Clair Mitchell – embora apenas em 1927 tenha aberto seu primeiro escritório, em Manhattan. A agência, financiada por fundos privados como *Ford*, *Russel Sage*, *Rockefeller* e *Carnegie*, refletia, em grande medida, a orientação de cientismo incorporada por Merriam e buscava atender a demandas tidas como inequívocas da investigação científica rigorosa: integração, coordenação, organização, em suma, a face comunal do conhecimento inúmeras vezes realçada na obra de Merriam. Os propósitos básicos do SSRC podem ser inferidos por sua assertiva, em seu *New Aspects of Politics*, publicado dois anos antes: “science is a great cooperative enterprise in which many intelligences must labor together [...] success of the expedition is conditioned upon some general plan of organization”¹²⁴. As atenções da agência não se concentravam, não obstante o inegável behaviorismo *avant la lettre* contido na obra de Merriam, sobre questões direta e explicitamente relacionadas ao comportamento político. Alguns dos primeiros Comitês de Pesquisa criados no âmbito do SSRC abrangiam temas como agricultura, relações industriais, seguridade social, entre outros. O enfoque sobre o comportamento político se estabelece apenas em 1945, com a criação do CPBR. Este se notabilizou pela realização de conferências, em parceria com diversos departamentos universitários, devotadas ao debate sobre questões de teoria e método da novel pesquisa comportamental. Progressivamente, os encontros assumiram, também, função mais próxima à prática corrente da disciplina: sem prejuízo das reflexões teóricas e metodológicas, fazia-se necessário, a partir de uma base comum, um consenso mínimo entre seus integrantes, delinear pesquisas empíricas futuras e avaliar aquelas em curso ou já concluídas. No relatório atinente ao seminário de verão de 1951, havido na Universidade de Chicago, lê-se:

¹²⁴ Merriam, op. cit. p. 83.

The plans for the seminar were based upon the assumption that it would be a working group, not a general symposium or discussion fórum. This principle indicated the advisability of inviting as members persons who were in the process of planning or completing research rather than those [...] interested in clarifying or establishing priorities among the desirable goals of citizenship, democracy, the free-world, etc¹²⁵

Os encontros promovidos pelo CPBR tiveram papel relevante na elaboração e no financiamento de notáveis investigações, como os primeiros *surveys* sobre o comportamento eleitoral norte-americano, produzidos pela Universidade de Michigan, parceira de primeira hora da agência; entretanto, desses encontros não derivaram diretrizes de pesquisa, válidas para além do universo de seus participantes, tampouco a formação de estruturas rotineiras de discussão, planejamento e execução de um eventual “projeto behaviorista”. Das discussões realizadas no âmbito dos encontros do CPBR não se seguiram decisões vinculantes, normatizantes, mas, quando muito, sugestões de temas e métodos, tentativas mais ou menos vagas de se definir como deveriam estruturar-se as pesquisas em comportamento político e auxílio mútuo para a realização das mesmas.

A dispersão e a frouxidão, em termos de organização concreta, da nova abordagem podem ser inferidas ainda pela natureza de alguns termos empregados para defini-lo: humor (*mood*)¹²⁶, tendência, persuasão¹²⁷, todos contrários à ideia de movimento estruturado e representativo. A natureza aparentemente amorfa e inorgânica do behaviorismo como movimento teve por consequência o alijamento do fenômeno, o questionamento à sua relevância na história da ciência política e seu “rebaixamento” à condição de mito, frequentemente instrumentalizado para fins de disputas político-disciplinares.¹²⁸

¹²⁵ Leiserson, Avery. *Systematic Research in Political Behavior: A Preliminary Report*. Items, Vol. 5, nº3, set. 1951, p.30.

¹²⁶ Dahl, Robert. op. cit.

¹²⁷ Eulau, op. cit.

¹²⁸ Cf. Berkenpas, Joshua R., "The Behavioral Revolution in Contemporary Political Science: Narrative, Identity, Practice" (2016). *Dissertations*. Paper 1427.

As narrativas sobre o behaviorismo como movimento concreto distinguiram-se por almejar a supressão de definições arbitrárias, típico-ideais, e, em termos mais gerais, de conceitos prévios à observação dos fatos, reproduzindo a “teoria do espectador” aludida na Introdução. A pedra de toque dessas interpretações consistiu na *auto-declaração*, parâmetro decisivo para a caracterização de indivíduos e agrupamentos como representativos da tendência comportamental. Tal critério evitaria a contaminação da narrativa por impressões pessoais do narrador, garantindo a conexão direta, sem intermediários entre sujeito e objeto de conhecimento.

Adotar o critério da auto-declaração individual, portanto, como o fizeram, por exemplo, Somit e Tanenhaus¹²⁹, tanto quanto associar o behaviorismo aos fóruns de discussão constituídos, como o CPBR, a partir da auto-declaração coletiva significaria aderir plenamente à perspectiva internalista, caminho já descartado, quando da Introdução, em favor de uma aproximação pós-positivista.

O recurso ao critério auto-declaratório resultaria, ainda, em reproduzir a dissimulação recente a envolver o conceito de behaviorismo. Alguns intérpretes e estudiosos de sua história caracterizaram-no associando a seus integrantes diversas práticas, técnicas e expedientes metodológicos sem, no entanto, ocupar-se da elucidação de seu significado, isto é, das regras de uso, como salientou Winch, que regeram essas práticas, técnicas e métodos. Essas abordagens retrospectivas contribuíram, não obstante seus méritos, para dissimular a natureza do movimento, concebendo-o como evidente e, em consequência, reduzindo “behaviorismo” a um “termo guarda-chuva”¹³⁰, um “*banner*”¹³¹, uma epiderme linguística, um conceito ilusório, utilizado para encobrir métodos, técnicas e práticas, estes sim, concretos, empíricos, substanciais. O relato de James Farr¹³² sobre a “revolução” comportamental é exemplar desse padrão; não há ao longo dele a preocupação em apresentar uma caracterização, própria ou alheia, da dita revolução em termos teóricos, extra-factuais. Farr concentra-se em apontar os principais atos dos revolucionários, as três proclamações comportamentais: “1) a research focus on

¹²⁹ Somit; Tanenhaus, op. cit., pp. 182-3.

¹³⁰ Kirkpatrick, Evron. *The Impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science* In Ranney, Austin (ed.) *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962, p. 13

¹³¹ Seideman, op. cit., p. 151.

¹³² Farr, op. cit.

political behavior 2) a methodological plea for science 3) a political message about liberal pluralism”¹³³ .

A primeira proclamação, quase tautológica, refere-se ao objeto de análise, o comportamento político, e chega a mencionar um “enfoque” a ele direcionado, sem, contudo, qualificá-lo. A segunda concerne vagamente à metodologia empregada (científica, também sem qualificação) e a terceira aos valores políticos reforçados pelos revolucionários. Farr debruça-se sobre o que é proclamado, não sobre o sentido da proclamação, e admite sua dificuldade em caracterizar os behavioristas, os *young turks* de seu testemunho, devido à já mencionada dissonância encontrada entre eles. A perspectiva do espectador se faz explícita: “The proclamations, in short, are every bit a part of the *real* history of the discipline, as much as any catalog of research, any recording of institutional developments, any honor role of importante figures [grifo nosso]”¹³⁴

Behaviorismo, pesquisa comportamental e expressões conexas, nessa perspectiva, assumem o papel de simples “nomes”, não ideias, conceitos, crenças. O Editorial do jornal acadêmico PROD¹³⁵ de julho de 1958 conduz ao paroxismo essa perspectiva. O termo “political behaviourist” é julgado carente de sentido e descartável por não denotar um movimento concreto, mas apenas um ideal de configuração da ciência política, sem lastro na realidade. Nessa expressão paroxística, não há lugar sequer para a auto-declaração, pois ela representaria, em última instância, a declaração de pertencimento a uma coletividade imaginária, irreal.

Em face desse hiper-internalismo interpretativo, e com o fito de estabelecer um padrão alternativo de compreensão do fenômeno behaviorista, um valoroso recurso pode ser encontrado na teoria dos nomes próprios de Bertrand Russell. O conhecimento humano, para Russell, ocorre por duas vias distintas, porém contíguas: contato (*acquaintance*) e descrição. O primeiro assemelha-se àquele encontrado na teoria do espectador: um contato direto e imediato com o conhecido, exceto por um aspecto: enquanto a teoria do espectador sustenta que por contato, i.e, diretamente, seja possível conhecer o mundo exterior, Russell afirma que por contato se conhece apenas os dados dos sentidos, os universais deles derivados (brancura, lisura, etc) e o *self*. Afirmar a

¹³³ Ibid. p. 202

¹³⁴ Ibid.p. 200

¹³⁵ Political Research: Organization and Design, antecessor da American Behavioral Scientist.

existência de objetos externos ao *self* cognoscente demanda outro modo de conhecimento, aquele por descrições, em que a linguagem assume papel fundamental. O conhecimento por contato afigura-se, portanto, como pura impressão, e caracteriza-se pela vacuidade de sentido e por implacável solipsismo.

O conhecimento por descrição destaca-se, no sistema russelliano, por sua proliferação: praticamente tudo que se conhece por contato conhece-se também, e de inumeráveis formas, por descrição¹³⁶. As palavras podem, é certo, designar apenas dados dos sentidos, mas nesse caso não teriam qualquer serventia pública, intersubjetiva, seriam “puro ruído”¹³⁷. Para que encerrem algum sentido, é preciso que constituam *descrições abreviadas*. Segundo Russell: “o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio correctamente em geral só pode ser expresso explicitamente se substituirmos o nome próprio por uma descrição”¹³⁸. A partir da teoria russelliana é possível concluir, portanto, que abordagens como as de Farr e Somit/Tanenhaus encerram uma omissão fundamental, relativa à descrição engastada no nome próprio “behaviorismo” (e seus equivalentes), omissão agravada pelo fato de não ser este um nome sedimentado pelo uso comum e consensual na disciplina, mas, pelo contrário, alvo de crônico descuido semântico.

O critério auto-declaratório, por conseguinte, faz silêncio quanto às características, às qualidades que subjazem à auto-declaração, ou, em outras palavras, trata-se de um critério incapaz de responder à questão fundamental, de uma perspectiva pós-positivista: que ideias, crenças e opiniões distinguem os assim declarados behavioristas dos demais estudiosos da política? Sem esse esclarecimento, os termos behaviorismo, behaviorista e afins se afiguram como “puro ruído”, carentes de qualquer especificidade e, sobretudo, supérfluos, de uso injustificado. Abordá-los nesses termos consiste à absurda empresa de descrever, interpretar e adjetivar o nada, o vazio.

2.1.2: Behaviorismo como tendência intelectual

¹³⁶ “Assim, quando fazemos uma afirmação sobre Júlio Cesar [...] temos em mente uma descrição de Julio Cesar: o homem que foi assassinado nos idos de março; o fundador do Império Romano, ou, talvez, apenas, o homem cujo nome era Julio Cesar”.

Russel, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 118.

¹³⁷ Ibid. p.118

¹³⁸ Ibid. p. 114

A incorporação do *logos* pós-positivista se traduzirá, aqui, em investigar se os auto-proclamados behavioristas e os que manifestamente elegeram o comportamento político como unidade de análise, a partir dos anos 50, compartilharam para além da convergência nominal em torno do termo “comportamento”, um enquadramento teórico, uma visão comum, se não, do mundo, ao menos da configuração do conhecimento científico e da política. O primeiro passo desta análise consistirá no mapeamento das principais interpretações do behaviorismo afinadas à orientação pós-positivista em compreender o mundo tal como construído pelos homens, como definiu Hayek¹³⁹, através dos conceitos, opiniões e ideias que compartilham, evitando assim a perspectiva do espectador. A visada deliberadamente teórica-conceitual ao behaviorismo, portanto, não equivale a uma aproximação arbitrária; não é o caso, aqui, de oferecer uma interpretação e um sentido completamente novos ao movimento - embora seja, por suposto, um dos objetivos aqui constantes, a oferta de um retrato mais nítido e preciso do que o já existente; por isso, interpretações anteriores do movimento servirão de base à análise subsequente.

A lacuna observada nas abordagens de Farr e Somit/Tanenhau será preenchida recorrendo-se a intérpretes da tendência que direcionaram consideráveis esforços ao esclarecimento daquilo que então era empreendido na disciplina de maneira tateante, errática e basicamente intuitiva. Conforme as lembranças de Easton, “some would define behavioralism as an attempt to apply the methods of natural sciences to human behavior. Others [...] as an excessive emphasis upon quantification. Others as individualistic reductionism”.¹⁴⁰

As primeiras tentativas de estabelecer uma interpretação teórica da tendência comportamental surgiram no início da década de 50. No relatório produzido sob os auspícios da UNESCO em que visa apresentar o estado da arte da ciência política nos Estados Unidos, Dwight Waldo¹⁴¹ caracteriza o behaviorismo, inspirado em um memorando apócrifo publicado na Universidade da Carolina do Norte, como um enfoque direcionado à descoberta regularidades no comportamento político de indivíduos e grupos. Truman¹⁴², comentando o seminário de verão de 1951 patrocinado pelo CPBR, indica a relutância de seus participantes em estipular uma definição clara e

¹³⁹ Hayek, op. cit. p.24.

¹⁴⁰ Easton, David, 1991, p. 207.

¹⁴¹ Waldo, Dwight. *Political Science in the United States of America*. Paris: UNESCO, 1956, pp. 22-3.

¹⁴² Truman, David. *The Implications of Political Behavior Research*. Items, Vol 5, nº4, Dec.1951.

sistemática da abordagem comportamental; nutriam a percepção de que se tratava de algo mais do que as emergentes pesquisas eleitorais, mas ocupavam-se, no seminário, de pôr a abordagem em prática, delineando temas, planos e estratégias de pesquisa. Não obstante o desinteresse de seus colegas, Truman avança uma definição que incorpora à busca por uniformidades outros dois fatores: “(2) the validation of findings through successive researchs (3) the accretion of knowledge reflected in concepts of increasing power and generality”¹⁴³.

A descoberta de uniformidades ou regularidades comportamentais passou a figurar em diversas análises como traço elementar da novel tendência, quase sempre acompanhada de uma ou duas outras características acessórias. Foi Easton, no entanto, quem ofereceu a caracterização mais completa – e aquela que assumiu ares de interpretação canônica no interior da disciplina. O conhecido octólogo eastoniano compunha-se dos seguintes artigos:

1. *Regularidades*. Existem uniformidades perceptíveis no comportamento político. Estas podem ser expressas através de generalizações ou teorias com valor explanatório e de previsibilidade.
2. *Verificação*. A validade destas generalizações deve ser capaz de ser testada em relação a um comportamento relevante.
3. *Técnicas*. Não podem ser dispensados instrumentos para obter e interpretar dados. Esses instrumentos são problemáticos e precisam ser examinados com muito cuidado, aperfeiçoados e capacitados para que possam ser encontrados instrumentos rigorosos para observar, coletar e analisar o comportamento.
4. *Quantificação*. A precisão na coleta de dados e no relacionamento das averiguações exige mensuração e quantificação, não pelo seu valor em si, mas apenas onde for possível, relevante e significativo em relação a outros objetivos.

¹⁴³ Ibid. p.38.

5. *Valores.* A avaliação ética e a exploração empírica envolvem dois tipos diferentes de proposições que devem ser mantidos analiticamente separados, para não prejudicar a clareza. No entanto, o estudioso de ciência política não está proibido de estabelecer quaisquer dos dois tipos de proposições, separadamente ou combinados, contanto que não confunda um com o outro.
6. *Sistematização.* A pesquisa precisa ser sistemática, ou seja, a teoria e a pesquisa devem ser vistas como partes estreitamente interligadas de um corpo de conhecimento coerente e ordenado.
7. *Ciência Pura.* A aplicação do conhecimento é tão parte do empreendimento científico como a compreensão teórica. Mas a compreensão e a explanação do comportamento político precedem logicamente e fornecem a base para o esforço de utilizar o conhecimento político na resolução dos problemas políticos da sociedade.
8. *Integração.* Desde que as ciências sociais lidam com toda a situação humana, a pesquisa política não pode ignorar a evolução das outras disciplinas sob o perigo de ter enfraquecida a validade e restringida a generalidade de seus resultados. O reconhecimento desta interrelação ajudará a trazer a ciência política de volta para a sua situação original e para o âmago das ciências sociais.¹⁴⁴

Percebe-se na interpretação de Easton, em contraste com as de Farr e Somit/Tanenhau, sua natureza subjetiva: behaviorismo não equivale a uma coleção de métodos e práticas concretas, tampouco um mero nome, mas a um conjunto de crenças, uma tendência intelectual referente ao que é e deve ser a ciência política, e sobre o adequado emprego dos métodos e práticas. Uma importante objeção ao octálogo - e a qualquer outra definição - encontra-se no argumento de Somit e Tanenhau, segundo o qual entre todos os artigos considerados, faz-se necessário estipular aqueles mínimos,

¹⁴⁴ Easton, 1968, pp. 26-7.

básicos, a partir dos quais se poderia assegurar a adequação da classificação de um autor, um grupo, uma obra, como “behavioristas” – ou admitir-se que apenas aqueles que preenchem todas as qualificações poderiam assim ser enquadrados, o que virtualmente retiraria da tendência a qualidade da existência, aproximando-a de um tipo ideal.

A seleção de atributos mínimos é certamente, em última instância, arbitrária e subjetiva - o que Somit e Tanenhaus reprovavam -, o que não a faz, porém, carente de fundamentos. Uma interpretação possível do octálogo eastoniano, assentada na observação e na experiência comum, e não apenas em idiossincrasias interpretativas, poderia atribuir ao artigo primeiro (regularidades) primazia sobre os demais, não tanto por figurar como artigo primeiro na versão de Easton, mas por figurar como artigo primeiro - e por vezes o único - em quase todas as versões conhecidas, como as de Waldo e Truman. Assim, a busca por padrões de comportamento e sua tradução em teorias causais explicativas e preditivas pode ser compreendida como o fundamento da construção eastoniana, o traço distintivo da tendência comportamental; os demais artigos assumem papel secundário, complementar e circunstancial.

Outro atributo subjetivo que se fixou à onda behaviorista, ausente do quadro eastoniano, foi o da revolta. Dahl¹⁴⁵ definiu-a como um protesto contra as escassas contribuições inovadoras da ciência política convencional, composta, segundo Dahl, pelas variantes histórica, filosófica e descritiva-institucional. Kirkpatrick¹⁴⁶, muito antes de Dahl, sublinhara a natureza insurgente do behaviorismo em relação à tradição disciplinar. Sua insatisfação concentrava-se em alguns pontos: o isolamento da ciência política em relação às outras ciências sociais, o déficit de teoria sistemática da disciplina, a persistência do viés ideológico nas análises, (principalmente aquelas inscritas na variante filosófica/prescritiva), a ausência de um léxico comum, capaz de tornar os achados de cada pesquisa comensuráveis e promover as condições do progresso disciplinar, entre outros.

Eulau também enfatizou a radicalidade da tendência, descrevendo-a como um desafio à ciência política tradicional, que equiparara conhecimento a teorização pura, apartada dos fatos, e sustenta que a disciplina, sob o signo da virada comportamental, encontra-se diante de uma nova etapa:

¹⁴⁵ Dahl, op. cit.p.766.

¹⁴⁶ Kirkpatrick, op. cit.

The return to the behavior of man as the root of politics is a new beginning [...]. The behavioral persuasion in politics, as I understand it, is a return to the bases of man's political experience in which the theorists of the past found nurture and sustenance¹⁴⁷

A persuasão exercida pela nova tendência envolvia um aspecto fundamental, como se pode inferir de sua dimensão revoltosa: a concepção do conhecimento como processo expansivo e cumulativo, assentado na ideia de obra, em que o necessário progresso se faz por acréscimos. Fatos e teorias são seus *building blocks*. A expectativa de progresso cumulativo é ostensiva nos estudos comportamentais¹⁴⁸: “an empirical discipline is built by the slow, modest and piecemeal cumulation of relevant theories and data”¹⁴⁹; “[behavioralism] should result in general progress toward the common goal of all political scientists which is [...] the accumulation of a systematic and orderly body of knowledge about the political universe”¹⁵⁰; “One defining characteristic of science as distinct from belles lettres, criticism, and philosophic speculation is the accumulation of knowledge”¹⁵¹.

No campo dos *voting studies*, o ideal de progresso se mostrou particularmente visível. Cada novo estudo buscava, em regra, acrescentar novos fatos à base empírica disponível, ou estabelecer generalizações mais abrangentes que as anteriormente encontradas. Um dos saltos progressivos mais enfatizados e almejados pelos pesquisadores eleitorais foi a conversão de correlações rudimentares entre variáveis em relações causais duradouras e confiáveis. Enquanto as primeiras demandavam apenas uma capacidade razoável de coleta, observação e cruzamento dos dados eleitorais, pouco diferenciadas do saber do jornalista político ou do analista diletante, as últimas exigiam esforços de cooperação e pesquisa rigorosa, sistemática, além do recurso a

¹⁴⁷ Eulau, op. cit. p. 7.

¹⁴⁸ Esta não foi uma característica exclusiva, note-se, da tendência. Já os adeptos do cientismo e do positivismo acreditavam na possibilidade de progresso cumulativo, ainda que não necessariamente associado a generalizações sobre o comportamento individual.

¹⁴⁹ Eulau, op. cit. p.9.

¹⁵⁰ Kirkpatrick, op. cit. p.24

¹⁵¹ Riker, William. *The two-party system and Duverger's Law: An essay on the history of political science*. American Political Science Review, Vol. 76, nº4, Dec. 1982, pp.753-66, p. 753.

ferramentas refinadas de análise estatística, capazes do isolamento e mensuração do impacto de variáveis, como a regressão e a análise multi-variável. Angus Campbell *et. al.* dão a ver esse aspecto, ao criticarem a relação encontrada por Bernard Berelson *et. al* entre a população negra nos Estados Unidos e o voto no Partido Democrata:

A correlation between the fact of being a negro and the casting of a Democratic ballot gives us interesting information, yet pitched at a low level of abstraction. Generalizations of this sort tend to fall by the wayside with the passage of suficiente time¹⁵²

A trajetória de uma das mais conhecidas teorias causais produzidas no bojo da voga comportamental também é ilustrativa a respeito do desejo de progresso cumulativo aí presente. Trata-se da Lei de Duverger, segundo a qual um sistema eleitoral de pluralidade, no qual apenas o primeiro colocado em um sufrágio é eleito como representante de uma circunscrição, tende a produzir um sistema eleitoral bipartidário. William Riker traçou a genealogia da lei, isto é, o longo e gradual acúmulo de evidências desde o século IX, que culminou com sua formulação por Maurice Duverger em 1951. O acúmulo, nesse caso, parece bastante evidente, mas após sua formulação e ampla aceitação, a lei passou a ser testada e criticada com frequência, em movimento à primeira vista oposto ao de acumulação; buscava-se então pôr à prova a teoria, sob o risco de sua refutação. Em um dos testes mais significativos, William Riker apresentou quatro contraexemplos à lei, e reformou-a nos seguintes termos:

Plurality election rules bring about and maintain two-party competition except in countries where (1) third parties nationally are continually one of two parties locally and (2) one party among several is almost always the Condorcet winner in elections¹⁵³

Se à primeira vista, a reforma de Riker parece atentar contra o postulado do conhecimento progressivo, por reduzir e não ampliar o alcance da lei, o próprio Riker

¹⁵² Campbell, Angus; Converse, Philip; Miller, Warren; Stokes, Donald. *The American Voter*. New York: John Wiley and Sons, 1960, pp. 36-37.

¹⁵³ Riker, *op. cit.* p. 761.

esclarece: “By the phrase accumulation of knowledge we mean not only that the corpus of propositions is growing, but also that each one of the series of revisions is more general or more precise than its predecessor [grifo nosso]”¹⁵⁴ Para Riker, o acúmulo de conhecimento se fazia compatível com a reforma das teorias, mesmo que reduzindo sua grandeza, isto porque a acumulação é antes uma inclinação intencional que um processo objetivo e inexorável. Se uma teoria, como a de Duverger é abalada pela afluência incontornável dos fatos, a propensão acumuladora opera para que ela não se perca de todo, para que seja revisada, reformulada, remendada. O progresso cumulativo, portanto, não se faz apenas por simples acréscimos, mas também pela mitigação das perdas. Sem a reformulação de Riker, a Lei de Duverger estaria comprometida pelos contraexemplos apresentados. Este é um exemplo de conciliação possível entre o acúmulo de fatos e de teorias. Quando o primeiro tende a abalar o segundo, entra em cena o ímpeto reformador.

Aos olhos do “progressista”, o cultivo da erudição e o estudo das ideias políticas compunham um quadro de estagnação, uma tela de Penélope, em que os progressos eram frustrados pela remissão permanente ao passado. É nesse sentido que Easton pronuncia seu já citado *casus belli*: “Why is it that today in political theory we must turn to the past in order to find inspiration and genuine freshness?”¹⁵⁵. Também Riker¹⁵⁶ distingue o conhecimento científico das *belles-lettres*, da crítica e da especulação filosófica por sua natureza cumulativa, por ser um modo de conhecimento dotado de historicidade, enquanto os outros desta se ressentem, limitados a reiterar, comentar e emular ideias já postas.

A crença central do progressismo comportamental é a de que através da acumulação ascética do conhecimento, da obediência estrita ao artigo sétimo do octálogo eastoniano (ciência pura), seriam alcançados feitos notáveis, descobertas úteis e relevantes, do ponto de vista de sua utilidade pública. Ironicamente, os revolucionários do comportamento esperavam ansiosamente pela revolução que - acreditavam - estavam fadados a realizar no domínio do conhecimento “puro”. Até o momento, sua prática mais condizia com a de lentos e obsequiosos reformadores da disciplina. Como o próprio Eulau reconheceu: “Pay off in the field of research findings is promised, but the

¹⁵⁴ Ibid. p. 753.

¹⁵⁵ Easton, 1951, p. 36.

¹⁵⁶ Riker, op. cit. p. 753.

promised land is still far away”.¹⁵⁷ Truman, alguns anos mais tarde, observou o formidável desenvolvimento de técnicas de pesquisa como os *sample surveys*, entrevistas *in-depth* e técnicas sociométricas, mas apontou preocupante estagnação no âmbito da validação e expansão do *corpus* teórico comportamental¹⁵⁸. E John Wahlke, na mensagem presidencial da APSA de 1978 lamentou a ausência de progressos significativos no bojo da tendência comportamental.

O que une todas essas avaliações é a percepção de que os vícios e dilemas da empreitada comportamental deveriam ser respondidos com a ampliação e o aprofundamento dos princípios comportamentais; Wahlke, por exemplo, classifica a ciência política de seu tempo como pré-comportamental e conclama os adeptos da tendência a adotarem de forma integral os pressupostos da tendência, especialmente o princípio de *integração disciplinar*. À diferença de juízos como o de Wahlke, argumentarei que as limitações do behaviorismo e a frustração de suas promessas derivam de elementos estruturais, intrínsecos a esse modelo, não a deficiências conjunturais, como a falta de integração, de recursos materiais ou ferramentas metodológicas adequadas.

2.1.3: Estagnação e progresso lateral

A perspectiva de progresso cumulativo e linear atravessou, como se viu, as realizações da tendência comportamental. Se o universo político é objetivo, parte constitutiva do “real world”, o progresso só poderia assumir o caráter de acumulação: de fatos e, sobretudo, de relações simples e complexas entre fatos - as “teorias”, no sentido que o termo assumiu no vocabulário behaviorista.

Dryzek¹⁵⁹ classificou essa forma de progresso como *interna*, pois se refere a avanços produzidos no interior de um modelo, nos períodos científicos estáveis, não-revolucionários. O progresso interno pode ser descrito como (I) expansivo por incrementos e descartes (II) assentado na observação e na experimentação metódica e

¹⁵⁷ Eulau, Heinz. *Recent Developments in the Behavioral Study of Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1961, p. 4.

¹⁵⁸ Truman, David. *The Impact on Political Science of the Revolution in the Behavioral Sciences*. In: Eulau, Heinz (ed.) *Behavioralism in Political Science*. New York: Atherton, 1969, p. 64.

¹⁵⁹ Dryzek, John. *Discursive Democracy: Politics, Policy and Political Science*. New York: Cambridge University Press, 1990, p.192.

(III) dependente, para que seja possível, de elevado grau de regularidade dos fenômenos, ou seja, um mundo hospitaleiro à busca por regularidades, como sublinhou Wolin, afinal, “Method is not a thing for all worlds”¹⁶⁰.

O behaviorismo visou desde sua origem esse modo interno de progresso. As pesquisas comportamentais trilharam, em linhas gerais, o seguinte roteiro: o fenômeno a ser investigado é definido em termos pretensamente objetivos, de modo a torná-lo operacional, testável. A partir dessa definição, os fenômenos aí enquadráveis são dispostos e suas causas e efeitos investigados. O enquadramento dos fenômenos à definição não é matéria de interpretação, mas de evidência empírica. Tem-se uma definição, um conjunto de fenômenos, e a observação ou não de sua correspondência. Ultrapassada essa breve etapa preliminar, o caminho está aberto ao progresso interno, ao acúmulo infrene de dados e relações causais atinentes ao fenômeno em questão.

Esse é o modelo que levou a tendência comportamental a seus escassos resultados, percebidos por Eulau, Truman, Wahlke e outros. As razões desse embaraço foram interpretadas por todos esses adeptos do behaviorismo como falhas suas, dos pesquisadores, não do modelo; afinal, em abstrato o progresso parecia um resultado inexorável da aplicação do modelo a todo e qualquer domínio da experiência.

É provável, entretanto, que o próprio modelo, ou sua aplicação indevida, tenha sido responsável pelas deficiências percebidas. Os princípios comportamentais aplicados aos assuntos políticos mostraram-se incapaz de lidar com o caráter multívoco destes últimos, com a diversidade de sentidos que cada fato, ação ou relação política pode encerrar. Desconsideraram a natureza simbólica dos fenômenos políticos ao igualá-los a fenômenos físicos; estes últimos, embora também constituam matéria de interpretação e atribuição social de sentido, como enfatizou a filosofia da ciência pós-positivista, prestam-se com maior facilidade a compromissos interpretativos e ao progresso vertical, linear, daí decorrente. Tem-se, nessa esfera aquilo que acima intitulei “elevado grau de regularidade dos fenômenos”.

Os fenômenos políticos - e humanos, de forma mais geral - apresentam uma dificuldade incontornável à aplicação do modelo interno, linear de progresso: sua irregularidade. Não que os homens ajam desconcertadamente, sem qualquer ordem ou previsibilidade observável. A irregularidade a que me refiro é da ordem dos

¹⁶⁰ Wolin, op. cit. p. 1064.

significados, pois um fato, ação ou relação pode assumir os mais diversos sentidos a depender do contexto em que se enquadram. Os fenômenos humanos, à diferença dos naturais, são constituídos de matéria volátil, pois estreitamente vinculados a seus contextos de aparição: intenções, crenças, desejos, objetivos, etc.

O procedimento comportamental, ao tomar como dados os sentidos dos fenômenos políticos, ao atrelar fenômenos a definições por força de sua correspondência objetiva, dissimula os elementos que sustentaram tal interpretação. Mais do que isso, desautoriza interpretações diversas que poderiam se revelar mais adequadas ao problema, que poderiam iluminá-lo, apresentar aspectos outrora ignorados, porém relevantes à sua compreensão.

Dryzek sugere a existência de outra forma de progresso, compatível com o conhecimento sobre os assuntos humanos: o *progresso lateral*, que se distingue por sua “ability to deal with contingency”¹⁶¹, pela capacidade de acolher a diversidade e a irregularidade simbólica característica da experiência humana. Nessa chave, o progresso não se faz por acréscimo e descarte, não há a substituição de teorias falsificadas por outras, verificadas ou não-falsificadas. A progressão lateral implica no cultivo e na preservação de teorias e toma a erudição por vocação: mais se progride quanto mais se domina as inúmeras perspectivas através das quais um mesmo fenômeno pode ser aproximado, ainda que algumas dessas perspectivas se encontrem em completo descrédito. “Political science research traditions” observa Dryzek “can degenerate or even die only to experience resurrection”¹⁶².

A imagem de ciência política formada em consonância com a noção de progresso lateral assemelha-se à que Lindblom traçou, em franca oposição à imagem comportamental: de um debate contínuo¹⁶³. O progresso interno supõe, sem dúvida, algum tipo de debate, de confronto de teorias, mas neste caso, o debate subordina-se à necessidade de se eleger um vencedor, uma teoria ou hipótese que alcance o estatuto de verdade, em prejuízo de outras. O debate, nessa chave, é uma etapa secundária do processo de conhecimento, subordinada à *descoberta*. Já o debate contínuo de Lindblom é um valor em si, não tem sua dignidade conferida pela promessa de descobertas futuras, tampouco supõe a existência de vencedores e vencidos; quando muito, a

¹⁶¹ Dryzek, op. cit. p. 207.

¹⁶² Ibid. p. 204.

¹⁶³ Lindblom, op. cit. pp. 260 - 262.

emergência de visões e teorias convincentes, úteis, adequadas a certos propósitos compreensivos, mas cuja utilidade e adequação possui validade momentânea, precária. A lógica do debate, portanto, pressupõe duplo movimento de seu participante: a enunciação de uma teoria, sua entrada no debate e um grau suficiente de *detachment* em relação à teoria enunciada, de maneira que a pertinência de sua aplicação possa ser constantemente reavaliada, em face da experiência social, pouco hospitaleira à regularidade simbólica. Se o método não é coisa para todos os mundos, como notou Wolin, o mundo político parece particularmente elusivo aos que visam apreendê-lo pela observação metódica.

A alternativa lateral de progresso distingue-se por acolher interpretações divergentes ou complementares sobre um mesmo fenômeno em termos sincrônicos, ou seja, em uma mesma faixa temporal. Mas acolhe e encoraja, também, a atualização das interpretações no tempo, a revisão e o cotejamento de um mesmo problema considerado em diferentes pontos cronológicos.

A relação dos behavioristas com o regime político americano é exemplar das inadequações proporcionadas pela adoção exclusiva do modo interno de progresso. Baseados amplamente na definição schumpeteriana de democracia, os behavioristas assumiram como dado o enquadramento do sistema político americano nessa definição e voltaram-se a sua mensuração - de participação, apatia, viés decisório, etc - e à procura de relações causais aí presentes. Assim procedendo, os behavioristas (I) dissimularam as bases de sua própria interpretação sobre o sistema político americano, tirando-a de questão, tomando-a como dada (II) Alijaram interpretações divergentes sobre o sistema, como a de Peter Bachrach e Morton Baratz¹⁶⁴, que apontou fontes usualmente ignoradas de concentração e conservação de poder, como mitos e valores enraizados na cultura política americana (III) Deram pouca atenção às transformações ocorridas no contexto social que poderiam ter alterado o significado da *politeia* americana. Segundo Rogers Smith¹⁶⁵, questões como a desigualdade racial e o poderio desmedido das grandes corporações só muito tardiamente foram incorporados à agenda da ciência política americana, alterando em parte a percepção do sistema político americano como baluarte da igualdade e da liberdade.

¹⁶⁴ Bachrach, Peter; Baratz, Morton. *Two faces of power*. American Political Science Review, vol. 56, no 4, Dec. 1962, pp. 947-952.

¹⁶⁵ Smith, Rogers. *Still Blowing in the Wind* In: Bender; Schorske, op. cit. pp. 281-2.

2.2 – A Persuasão Depuradora

2.2.1 - Redução ao Indivíduo

A vinculação entre behaviorismo e individualismo metodológico não é rara, tampouco recente. O relatório anual do SSRC de 1944-45 continha já a seguinte orientação: “explore the feasibility of developing a new approach to the study of political behavior. Focused upon the behavior of individuals”¹⁶⁶. Mesmo as análises que elegeram grupos - sobretudo de interesse e pressão - como seus objetos, caracterizaram-se por convertê-los, *incontinenti*, na soma de particulares, de indivíduos, e nada mais do que isso. Ao comentar a então emergente tendência comportamental, Maurice Duverger caracterizou-a como essencialmente antidurkheimiana, isto é, infensa à consideração de estruturas sociais irredutíveis às unidades particulares¹⁶⁷.

Os termos dessa redução ao indivíduo podem ser percebidos no contraste entre dois eminentes teóricos do chamado *group approach*: Arthur Bentley e David Truman. O primeiro, embora tenha antecipado no início do século XX algumas posições epistemológicas centrais à tendência comportamental¹⁶⁸ e tenha-lhe servido como inegável fonte de inspiração, não poderia ter sua obra rigorosamente associada ao behaviorismo, tal como definido no capítulo anterior. Wolin e Schaar¹⁶⁹ afirmam que a apropriação da obra de Bentley por parte dos behavioristas dos anos 50 e 60 baseou-se em um esvaziamento das preocupações filosóficas encontradas em sua obra. Entre os elementos que distanciam o pensamento de Bentley do behaviorismo tal como aqui definido, destaca-se sua concepção de “grupos”.

Bentley assinala a categoria *atividade* (por vezes, *ação*) como central para a análise sociológica. O “material bruto”¹⁷⁰ de que se constitui a sociedade é, segundo Bentley,

¹⁶⁶ Dahl, op. cit. p. 764.

¹⁶⁷ Duverger, op. cit. p. 401.

¹⁶⁸ Cf. Capítulo 1, seção 1.2.

¹⁶⁹ Schaar, John; Wolin, Sheldon. 1963. *Essays on the scientific study of politics: A critique*.

The American Political Science Review Vol. 57, Nº1 (Mar.1963), p. 127.

¹⁷⁰ Bentley, op. cit. p. 175.

“*something doing*”¹⁷¹, sempre algo em movimento – falando, escrevendo, trabalhando, e, especialmente, no processo de governo, *pressionando*. Nas atividades observáveis, há sempre muitos homens envolvidos, mas Bentley refuta a distinção entre os homens e suas atividades, postulando sua equivalência. A distinção usualmente feita entre os dois, segundo Bentley, é de natureza puramente gramatical e instrumental – uma forma de organizar a experiência social ordinária, sem, contudo, qualquer validade filosófica. Em outras, palavras, Bentley assume que os homens só se dão a conhecer por meio de seus atos, como partícipes de fluxos ininterruptos de atividades interlaçadas.

Se a teoria política de Bentley foi alhures¹⁷² classificada como “hidráulica”, sua teoria sociológica pode ser convenientemente predicada como “dinâmica”, em comparação a teorias sociais da sincronia e da estrutura, como aquelas que se estabeleceram sob o rótulo do estrutural-funcionalismo. Não há lugar, no paradigma bentleyano, para categorias que sugerem estabilidade e fixidez, tais como estrutura, instituição, meio social, cultura e mesmo as noções de interação e relação. Assim como rejeita a distinção homem/atividade, Bentley rejeita a distinção indivíduos e suas relações: “The raw material we study (...) is a “relation” between men, *but not in the sense that individual men are given to us first, and the relation erected between them*”¹⁷³. As relações, portanto, são coextensivas aos homens, e não posteriores a eles; não são elaborações de indivíduos preexistentes, tampouco padrões em que os indivíduos entram ou saem em determinados momentos: os indivíduos e suas relações se encontram em estado de imanência.

Da mesma maneira, as noções de sociedade, herança social e meio social são compreendidas como falaciosas e injustificáveis filosoficamente, visto que todas se sustentam em uma contraposição com os indivíduos sobre as quais elas atuam, conformando-os a seus valores. A principal objeção de Bentley¹⁷⁴ consiste em apontar a incongruência de se eleger um fator de influência do qual se subtrai indevidamente um ou mais de seus componentes; ora, uma vez que o indivíduo ou grupo é *parte constitutiva* de seu meio social, conceber este último como agente externo e antagonico aos primeiros consiste, em última análise, em se violentar o conceito.

¹⁷¹ Ibid. p.176.

¹⁷² Cf. Capítulo 1, seção 1.1.

¹⁷³ Ibid. p.176.

¹⁷⁴ Bentley, Arthur. *Inquiry into inquiries: Essays in Social Theory*. Boston: Beacon Press, 1954. Pp.10-11.

Uma vez aceita a objeção referente ao absurdo contido nas ideias de sociedade, meio social e herança social, o problema poderia ser reformulado em termos estritamente individualistas, propondo-se que os indivíduos são afetados não pelo evanescente “meio social”, mas por outros indivíduos, seus semelhantes. A corrosividade dos argumentos de Bentley aplica-se, contudo, também à ideia de indivíduo. De um ponto de vista fisiológico, os limites do indivíduo não podem ser divisados claramente; por onde quer que nos aproximemos dos indivíduos, tomados como entes físico-químicos, torna-se irrespondível, diz Bentley, a pergunta: onde começa e onde termina o indivíduo? Ou: como diferenciar categoricamente aquilo que lhe é interno daquilo que lhe é externo? A resposta usual ecoa a célebre passagem de Stuart Mill: “Over himself, over his own body and mind, the individual is sovereign.”¹⁷⁵. Corpo e mente compõem aí o fundamento da individualidade, o que Bentley admite, em termos práticos, como artifício regulador da vida ordinária, mas rejeita quando considerados sob as perspectivas científica e filosófica. A fisiologia, ao debruçar-se sobre os processos corporais, revela-o como infinitamente fluido e divisível; a razão analítica característica do método científico parece ensejar, para Bentley, considerável ceticismo acerca dos limites rigorosos da individualidade. Se à primeira vista, o corpo parece delimitar de forma bastante evidente o fora e o dentro, após escrutínio analítico, impõe-se uma variação espacial do *paradoxo sorites*. Como determinar o ponto exato que constitui o “limite” ou “fronteira” a separar o corpo de seu exterior sem incorrer em incoerências severas, como proclamar a existência de um ponto “neutro” que não seja interno, tampouco externo?

Essas e outras dificuldades mencionadas por Bentley sustentam o prolongamento de sua crítica, das categorias relativas à sociedade àquelas relacionadas ao indivíduo. O radicalismo epistemológico de Bentley, ao passo que o aproxima de certa expressão do ceticismo, aproxima-o também de algo que podemos designar como “dogmatismo da atividade”. O que resta, após a bateria de desconstruções efetuada, são *atividades*. Elas constituem os únicos *given facts* acessíveis à inteligência, os únicos fenômenos acessíveis à observação imediata. Bentley postula: “In fact, the action is what we have given us. It is our raw material”¹⁷⁶. Desse argumento de ordem epistemológica, deriva outro, de coloração utilitária, que recomenda o enfoque sociológico nas atividades. Trata-se da função-âncora assumida por esses fenômenos; visto que as ações são

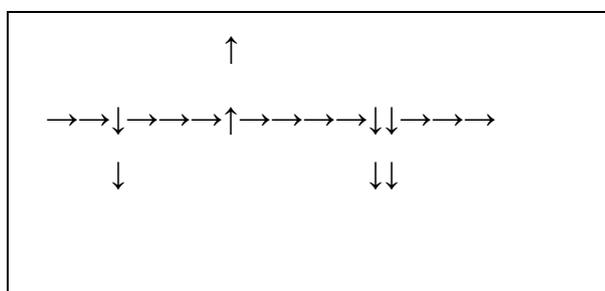
¹⁷⁵ Mill, Stuart. *On Liberty*. Ontario: Batoche, 2001, p.13.

¹⁷⁶ Bentley, 1908, p.177.

facilmente mensuráveis, seja em quantidade ou intensidade, segue-se que tê-las como objeto afasta o labirinto de interpretações acerca de motivos, sentimentos, ideias e demais categorias que “by their spook-like arbitrariness make impossible any progress toward dependable knowledge”¹⁷⁷.

Em *The Process of Government*, Bentley esboça uma teoria política fundada em grupos, na atuação dos grupos políticos de pressão e interesse, e na ação exercida sobre estes pelos secundários *underlying groups*, grupos sociais não diretamente vinculados ao processo de governo. Apesar de sua centralidade, os grupos, como todas as outras noções escrutinadas, não constituem unidades “reais”, mas um expediente gramatical útil para designar determinadas etapas do verdadeiro objeto, o “great moving process”¹⁷⁸, o fluxo de ações observáveis; assim, os grupos não devem ser interpretados como entidades fixas, dotadas de características intrínsecas e permanentes. “Group and group activity are equivalent terms”¹⁷⁹, define Bentley. A representação gráfica muito simplificada dessa concepção poderia ser a seguinte:

Fig.1



As setas horizontais (→) representam conjuntos correlatos de atividades, cada qual possibilitando o conjunto subsequente, e.g, a edição de um jornal em um grupo sindical, o processo de revisão, de distribuição, vendas etc. Já as setas verticais (↓↑) descrevem ações direcionadas a grupos adjacentes, como no caso das ações de propaganda e lobby institucional.

O exemplo da “corporação imaginária” oferecido por Bentley é esclarecedor: seus diretores podem ser concebidos, em um momento de decisão como a agir em termos

¹⁷⁷ Ibid. p. 202.

¹⁷⁸ Ibid. p.178.

¹⁷⁹ Ibid. p..211.

apenas de suas próprias ideias, interesses e paixões; esse tipo reducionista de explicação, contudo, omite o caráter interlaçado, vinculado, de suas decisões. Estas últimas são antecidas de diversas outras ações que a tornaram possível, e que compõem o fluxo denominado “corporação”, cujo ponto originário pode ser estabelecido nas primeiras operações produtivas, ou no ato de fundação, avançando até as decisões das instâncias de comando e direção em questão.

O cientista político David Truman, escrevendo algumas décadas depois de Bentley, não dissimula sua admiração pelo último: em 1951 publica *The Governmental Process*, quase homônimo à obra maior de Bentley. A comparação entre aproximações tão pretensamente semelhantes servirá ao esclarecimento das sutis, porém significativas diferenças entre um suposto behaviorismo de Bentley e o behaviorismo propriamente dito dos anos 50, do qual Truman pode ser considerado um distinto representante. Um aspecto, especialmente, poderá ser iluminado: o processo de *redução ao indivíduo* operado pelos behavioristas dos anos 50.

A matéria da obra de Truman, como insinua o título, é a mesma da de Bentley: a atuação dos grupos de interesse e pressão sobre o governo americano. À primeira vista, a diferença mais perceptível entre ambas reside no esvaziamento filosófico observado por Wolin e Schaar: Truman passa ao largo das investigações epistemológicas empreendidas por Bentley, e um reflexo crucial dessa indiferença consiste na aceitação da noção de indivíduo como unidade analítica básica. A ideia de “grupo” assume sentido sensivelmente diverso daquele sustentado por Bentley; agora se trata de um padrão de interação entre indivíduos capaz de produzir uniformidades de comportamento: “interactions, or relationships, because they have a certain character and frequency, give the group its molding and guiding powers”,¹⁸⁰.

A clivagem indivíduo/sociedade, tão categoricamente contestada por Bentley, aparece como premissa tácita em Truman: “In all societies of any degree of complexity the individual is less affected directly by the society as a whole than differentially through various of its subdivisions, or groups”¹⁸¹. Se indivíduo e sociedade, indivíduo e relações, interior e exterior restavam subsumidos no irreduzível *fluxo de atividades* em Bentley; se a imanência caracterizava a *rationale* bentleyana, em Truman, verifica-se a

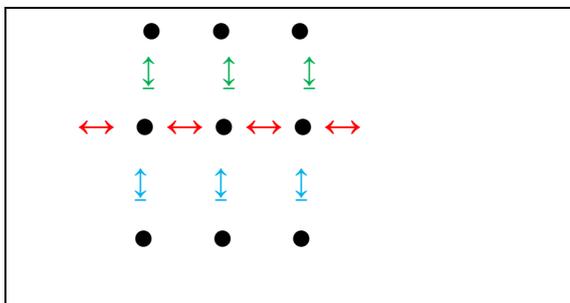
¹⁸⁰ Truman, David. *The Governmental Process*. New York: Alfred Knopf, 1951, p.24.

¹⁸¹ *Ibid.* p.15.

passagem da imanência à inserção. Os indivíduos se encontram inseridos na sociedade, nos seu sub-grupos, enredados em relações frequentes e previsíveis com outros indivíduos e o pertencimento, tanto presente como pretérito, a esses agrupamentos possui o condão de determinar em diferentes graus os comportamentos individuais. Truman afirma¹⁸² que os grupos imprimem suas marcas na personalidade individual, mas o que lhe interessa não é tanto a personalidade, mas o comportamento: as regularidades observáveis nos comportamentos e sua relação com a inserção grupal; em outras palavras, o grupo assume a função de *variável independente* na perspectiva de Truman.

A imagem que mais parece se adequar ao argumento de Truman é a da teia; os homens agem reciprocamente *dentro de* parâmetros estabelecidos, e nunca exclusivos, isto é, nunca estão os homens presos a apenas uma teia de interações. Este problema ocupou grande parte dos estudiosos do comportamento, o da *overlapping membership*, das múltiplas filiações grupais dos indivíduos e do peso relativo de cada uma sobre sua conduta. Graficamente, eis uma possível tradução da concepção trumaniana:

Fig.2



Os pontos representam os indivíduos, as setas duplas ($\updownarrow\leftrightarrow$) suas interações e as diferentes cores os tipos de interação existentes em uma determinada teia de interações. Por razões de simplificação, essa tipologia pode ser aqui ilustrada recorrendo-se a distinções hierárquicas nas interações intra-grupais: aquelas em vermelho representam interações horizontais entre os membros comuns do grupo, e.g, os membros ativos de uma associação de bairro. Tais interações podem incluir discussões acerca de assuntos

¹⁸² Ibid. p.18.

prosaicos do cotidiano do bairro, processos de deliberação, etc. As setas em verde figuram interações entre esses membros comuns e os líderes, diretores, em suma, os detentores de poder decisório no grupo, e as setas em azul, os contatos entre os membros comuns e membros parciais ou eventuais participantes não-membros, como prestadores de serviços, conselheiros, etc.

Sem dúvida, os tipos de interação existentes, mesmo dentro de um pequeno grupo são muito numerosos, e é virtualmente impossível que um indivíduo mantenha interações de todos os tipos disponíveis, ressalva Truman. A quantidade e a intensidade de interações em que um indivíduo se engaja dentro do grupo são, para o autor, problemas de investigação empírica e possuem relevância explicativa, isto é, afetam diretamente o comportamento individual. Esse aspecto, Truman designa-o o problema da *coesão grupal*, o qual por sua vez está sujeito a uma série de fatores, como a existência ou não de incentivos e castigos, de propaganda e comunicação intra-grupal, entre outros.

Da comparação entre as figuras 1 e 2, pode-se depreender um processo de depuração, de redução ao indivíduo levado a cabo por Truman. O primeiro quadro apresenta um *continuum* ativo, no qual se pode empregar a noção de indivíduo apenas como recurso simbólico: ela pode ser atrelada a pequenas frações do fluxo, dotando-as de sentido e conferindo-lhes alguma relevância prática. O segundo apresenta os indivíduos como a matéria bruta depurada do *continuum* acima referido, não apenas como ferramentas simbólicas.

De ambas as ontologias resultam diferentes compreensões da política. Em Bentley, o processo governamental é eminentemente poroso, ou seja, sujeito ao concurso de pressões que determinam as atividades de governo, tais como a elaboração de leis, decretos, a orientação das políticas públicas, etc. Característica básica desse processo é a *transação*, atividade usualmente proscria do mundo política, tida em ampla medida como sua deturpação. Para Bentley, as trocas de favores (*log-rolling*) formam a infraestrutura do processo político, o meio através do qual os múltiplos interesses sociais buscam se fazer efetivos junto aos tomadores de decisões. Todo o resto: discursos, arrazoados, apelos ao “espírito público” formam uma epiderme discursiva desprovida de qualquer relevância para o investigador científico da política. O governo, como qualquer grupo age em vista de um ajustamento de interesses com outros grupos.

A compreensão de Bentley assume que as ações do governo devem ser explicadas observando-se as ofertas dos grupos com mais condições de satisfazer os interesses dos tomadores de decisão, sejam eles uma grande coalizão parlamentar ou um pequeno grupo de burocratas. Truman, embora não despreze a relevância desses expedientes, focaliza a filiação grupal dos tomadores de decisão como fator explicativo primordial. A troca de favores e as transações assumem papel secundário, já que os interesses das autoridades são filialmente determinados. Desse ponto de vista, a inquirição de Bentley pode ser considerada, quando muito, superficial e dotada de pequeno potencial de generalização e previsão, pois se limita a descrever transações, pouco contribuindo para a análise dos fatores que as conduzem ao êxito ou ao fracasso.

A redução ao indivíduo não refletiu idiossincrasias ontológicas de Truman; pelo contrário, este procurou adaptar o aparato conceitual de Bentley aos novos tempos, à emergente tendência comportamental e seu indissociável individualismo. Poucos expressaram com a clareza de Eulau o mecanismo dessa redução:

In choosing the individual as his empirical unit of analysis, the political behaviorist does not deny the reality of institutions (...) institutions can and must be analyzed in terms of the behavior of their molecular units, the individuals whose relations to each other and behavior towards each other are more or less rigidly structured.¹⁸³

O indivíduo aparece como resultado da desagregação operada pela razão analítica, como sugere a metáfora química. Easton, na mesma direção, afirma:

as ciências sociais viram-se compelidas a enfrentar o problema teórico de localizar unidades estáveis de análise que possam desempenhar um papel na pesquisa social semelhante ao das partículas de matéria nas ciências físicas¹⁸⁴

¹⁸³ Eulau, 1963. p. 15.

¹⁸⁴ Easton, 1968, p. 35.

Convém recordar que Bentley também fez uso de metáforas físico-químicas, no contexto de sua desconstrução das noções comuns de indivíduo, meio social, sociedade, etc., e da mesma forma que Truman, Eulau, Easton e seus demais herdeiros comportamentais, buscou reduzir os fenômenos sociais a seus componentes mínimos. Após enumerar algumas atividades políticas, Bentley afirma serem estas “the simple fact given us to examine, not the complex fact for us to build up in interpretation out of simple facts that we hold behind our hands”¹⁸⁵. Da perspectiva de seus herdeiros, porém, Bentley teria ido longe demais em sua depuração, teria ultrapassado os limites prudenciais impostos à razão analítica e teria, de fato, andado em círculo, retornado ao estágio inicial do conhecimento, confundindo a complexidade da ideia de atividade com alguma forma de simplicidade, um pouco como Descartes, que ao cabo de seu percurso dubitativo, acabou por encontrar a certeza.

A redução ao indivíduo convergiu, em grande medida, com um postulado muito caro à tendência comportamental, de *simplificação*, e atendeu também a uma necessidade explícita dos behavioristas, de *sistematização*, como se verá a seguir.

2.2.2: Simplicidade e sistematização

Reduzir um problema não implica, necessariamente, em simplificá-lo. Um objeto pequeno (um cubo mágico, digamos) pode ser infinitamente mais complexo que outro muito maior. Como observou Ludwig Wittgenstein,¹⁸⁶ os conceitos de complexidade e simplicidade encerram irremediável relatividade, e não se referem a atributos das coisas em si mesmas, mas dos jogos de linguagem que lhes conferem sentido. O indivíduo, não fugindo a essa regra, pode ser figurado como infinitamente complexo, portador de paixões, crenças, desejos, sonhos, etc. A tendência comportamental, entretanto, logrou não apenas reduzir os fenômenos sociais aos indivíduos e suas interações, mas inscreveu-os também em jogo de linguagem próprio que os qualificou como extremamente simplificados.

Os processos de redução e simplificação tiveram um impulso comum: a crença de extração cartesiana na conveniência de se lidar, na ciência, com as partes constituintes

¹⁸⁵ Bentley, 1908, p. 280.

¹⁸⁶ Wittgenstein, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. pp. 44-6.

dos fenômenos, de desagregá-los para progressivamente alcançar patamares ampliados de compreensão; uma visão modesta e parcimoniosa do conhecimento, infensa a atalhos e precipitações metodológicas. Recorde-se a sugestão de Eulau sobre a necessidade de um “slow, modest and piecemeal”¹⁸⁷ processo de conhecimento político; ou mesmo o invulgar juízo de Karl Deutsch¹⁸⁸, para o qual a parcimônia na construção de modelos analítico teria não apenas valor científico, sendo capaz de provocar também satisfação estética. Quanto aos grandes problemas políticos, eivados de complexidades, como aqueles genericamente ligados à liberdade, justiça e autoridade, esses não são inatingíveis para a ciência, mas devem ser precedidos pelo “groundwork”¹⁸⁹ das microanálises. Assim, redução e simplificação podem ser vistas como complementares, pois servem ao mesmo propósito. Um problema relativamente simples, porém concernente a um universo por demais amplo, como a mensuração dos fluxos migratórios globais, acarretaria graves dificuldades operacionais ao pesquisador, e um problema pequeno, como o indivíduo, porém muito complexo, apresentaria outras dificuldades, igualmente embaraçosas. A resposta comportamental envolve, assim, desagregação e simplificação.

Esta última, no universo comportamental dos anos 50, manifestou-se no endosso da “teoria do espectador” e na costumeira argumentação anti-metafísica daí derivada. Só frustração e derrota resultam, para Truman¹⁹⁰, da tentativa de se lidar, em ciência, com elementos inobserváveis. Easton¹⁹¹ refere-se à ciência política de seu tempo como irrelevante, atrasada e incapaz de oferecer as respostas esperadas pela sociedade ou mesmo pelo grupo mais restrito da comunidade científica. Essa condição se deve, conforme Easton, à crônica atitude de recusa, de parte dos cientistas políticos, em adotar padrões básicos de “valid thinking, observation and description”¹⁹². Na narrativa de Easton, a persistência dessa atitude remete ao encantamento atávico dos estudiosos da política e da sociedade com as construções abstratas da razão, ou se quisermos, ao tipo

¹⁸⁷ Eulau, 1963, p. 9.

¹⁸⁸ Deutsch, Karl. *The Nerves of Government*. New York: Free Press, 1963. p.18.

¹⁸⁹ Eulau, 1963, p. 10.

¹⁹⁰ Truman, 1951a, p.34.

¹⁹¹ Easton, 1953.

¹⁹² Ibid. p..4.

puro de prazer proporcionado pelo conhecimento (*logismos*) que Platão e os gregos enfatizaram em diversas ocasiões.¹⁹³

Mesmo quando passam a se apropriar do estilo e do vocabulário das ciências naturais, a partir do século XII, os estudiosos do homem permanecem atados, ainda que de maneira dissimulada, à *ratio* especulativa. Almejam, sugere Easton, alcançar os feitos da física e da química em termos de predição e explicação, sem o ônus da modéstia e da parcimônia intelectual, do *groundwork* mencionado por Eulau, da elucidação metódica dos conceitos *vis-à-vis* seus referenciais empíricos.

Outra notável contestação à metafísica aparece na obra de Eulau, com a clareza habitual: “What the behavioral persuasion challenges in the traditional study of politics (...) is the comfortable assumption that theory is the same thing as knowledge”¹⁹⁴. Proposições semelhantes multiplicam-se na literatura comportamental, e o princípio de verificação, assume condição de regra geral subjacente a qualquer estudo científico do comportamento político. Ao dissociar *teoria* de *conhecimento*, Eulau subordina a primeira ao segundo, de modo que a teoria é concebida como uma entre muitas ferramentas mobilizadas à aquisição de conhecimento. O que seria, então, esse conhecimento? Eulau responde: “By knowledge, I mean, of course, a set of verified statements about reality”¹⁹⁵. Paralelamente à crença verificacionista, desenvolve-se um vocabulário próprio, um padrão simbólico que permite ao leitor identificar a natureza comportamental de uma obra e confere ao autor o crédito de transitar nas fronteiras da ciência “confiável” (esse mesmo um termo caro ao behaviorismo). Assim, torna-se recorrente, por exemplo, a menção ao “mundo real”: “Whether [an empirical] proposition is true or false depends on the degree to which the proposition and the *real world* correspond”¹⁹⁶, “if no evidence about the *real world* can possibly disprove a proposition, it can hardly be called scientific or empirical in character”¹⁹⁷; e também aos dados, testes, predições, ferramentas, graus e medidas.

A constante alusão aos três últimos evidencia a relação entre verificação e mensuração no interior da tendência, pois a mensurabilidade configura o critério de

¹⁹³ Cf. Warren, James. *The Pleasures of Reason in Plato, Aristotle, and the Hellenistic Hedonists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

¹⁹⁴ Eulau, 1963, p.10.

¹⁹⁵ Ibid. p.9.

¹⁹⁶ Dahl, Robert *apud* Ball, Terence. *Is There Progress in Political Science?* In: Ball, Terence (ed.) *Idioms of Inquiry*. New York: SUNY Press, 1987. p.26.

¹⁹⁷ Polsby, Nelson, *apud* Ibid. p. 27.

visibilidade no âmbito da tendência, isto é, apenas o mensurável é interpretado como observável, como *empirical data*. Nestas bases, justifica-se o imperativo metodológico (e tecnológico) do refinamento nas medições, que representa simultaneamente o refinamento na percepção da realidade mesma. Parcela considerável da literatura behaviorista dedicou-se ao desenvolvimento de ferramentas e métodos progressivamente mais precisos de medição, seja de opinião pública, sufrágio, coesão grupal, etc. Dos dez ensaios reunidos na representativa coletânea *Essays on the Behavioral Study of Politics*, editada em 1962 por Austin Ranney, pelo menos cinco podem ser qualificados como de orientação primordialmente metodológica, preocupados com questões relacionadas à coleta de dados eleitorais agregados e ao desenvolvimento de ferramentas estatísticas capazes de tratá-los adequadamente.

A circunscrição behaviorista ao reino do mensurável/visível pode causar algumas confusões se a atribuição de visibilidade assume termos essencialistas. Teríamos então duas tabelas, uma de elementos observáveis e outra de não-observáveis, e “opiniões”, “ideias” e “sentidos” figurariam provavelmente na última. Não obstante, inúmeros estudiosos do comportamento lidaram com todas essas categorias aparentemente estranhas ao universo comportamental. Sua estratégia para tanto envolveu um conceito desenvolvido pelos filósofos da ciência para acolher os entes não-observáveis, abundantes na história das ciências, sem violar seus rígidos critérios de demarcação. Trata-se das *regras de correspondência*, que visam atrelar aos não-observáveis referenciais empíricos, de maneira que sempre que os últimos se fazem presentes, os primeiros se fazem também, por força da correspondência estabelecida. As regras realizam uma espécie de tradução de conceitos inicialmente elusivos e obscuros ao rés-do-chão das *protocol sentences*, a parcela da linguagem diretamente associada aos dados dos sentidos.

Opiniões, atitudes e sentidos, por exemplo, foram frequentemente atrelados às respostas possíveis dispostas em *surveys* e pesquisas de opinião política. O emprego das regras de correspondência pode ser ilustrado pelo dilema com que se defronta Robert Dahl¹⁹⁸ ao perceber a necessidade de se medir a intensidade das preferências individuais em um processo decisório igualitário. A ausência de medição torna possível a situação-limite em que uma pequena maioria (alcançada, digamos por um ou por poucos votos) apática e fraca em seu desejo sobrepõe-se a uma minoria intensa, de forte desejo. Para

¹⁹⁸ Dahl, Robert. *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

evitar essa espécie de adulteração do processo democrático, a medição das intensidades se faz imperiosa. Dahl lamenta, porém, que “since we can never directly observe the sensations of others we can never treat sensations as observable variables”¹⁹⁹.

Apesar dessa dificuldade, os homens não deixam em sua vida ordinária, de se referir às sensações uns dos outros com considerável confiança. Dahl conclui que esse processo resulta da criação espontânea, natural, de regras de correspondência – uniformidades no comportamento que se conectam a (supostas) uniformidades de sensação, e não de interpretações que considerem o comportamento e seu contexto. Inspirado nessa trivial, porém útil operação do intelecto, Dahl propugna o estabelecimento de regras de correspondência (*measuring rods*) capazes de dimensionar o grau de preferência individual das maiorias e minorias no processo decisório democrático, de modo a tornar possível a elaboração de mecanismos institucionais capazes de mitigar a supremacia de maiorias apáticas.

Os princípios de verificação, mensuração e correspondência evidenciam como observou Gunnell²⁰⁰, uma acolhida irreflexiva, por parte dos behavioristas, das prescrições metodológicas oriundas da filosofia da ciência, especialmente de autores identificados ao positivismo lógico, como Carl Hempel e Ernest Nagel. A renitente atitude anti-metafísica dos behavioristas não resultou, porém, de investigações sobre a natureza do conhecimento, como no caso dos filósofos da ciência. Enquanto os últimos refutaram refletidamente - concorde-se ou não com suas conclusões – as tradicionais proposições filosóficas de natureza metafísica, os behavioristas, convencidos das virtudes da modéstia e da parcimônia intelectual e respeitosos a um corolário daí decorrente, o da *especialização*, renunciaram ao escrutínio filosófico relativo aos fundamentos de seu campo de conhecimento. Poucas passagens traduzem com tanta exatidão essa atitude, como aquela em que Eulau propõe a abdicação de reflexões sobre a natureza humana, por serem estas “philosophical questions better left to the philosophers”²⁰¹. Não é o caso, por certo, de se propugnar aqui a pertinência do movimento inverso, de “filosofismo”²⁰², i.e, a remissão ilimitada aos problemas de natureza filosófica por parte dos cientistas políticos, a ponto de dissolver a própria

¹⁹⁹ Ibid., p.100.

²⁰⁰ Gunnell, John. *Philosophy, Science and Political Inquiry*. New York: Silver Burdett, 1975.

²⁰¹ Eulau, 1963, p.134.

²⁰² Devo a expressão à profa. Celia Kerstenetzky, que a empregou na ocasião do Exame de Qualificação desta tese.

identidade disciplinar, mas de observar a virtual ausência, na esfera comportamental, de esforços direcionados a essas reflexões.

À escassez de trabalhos de natureza filosófica no seio da tendência comportamental, se soma outro indício de sua deliberada apatia reflexiva, apontado por Gunnell²⁰³: quando, nos anos 60, a correlação de forças no campo da filosofia da ciência foi alterada pela ampla repercussão dada à obra de Thomas Kuhn, os behavioristas não tardaram a adotar seu vocabulário e chegaram mesmo a interpretar como prescrições epistemológicas noções que em Kuhn cumpriam função eminentemente histórico-descritiva²⁰⁴. A assimilação dos argumentos kuhnianos se deu, entretanto, de forma parcial, buscando uma difícil síntese entre sua filosofia e a do positivismo lógico. O que de outra forma poderia ser visto como uma tentativa original de conciliação entre duas epistemologias muito distintas aparece, nesse caso, como tentativa de representação ou espelhamento (no sentido de refletir com fidelidade uma correlação de forças existente em outro campo), cujo resultante é um apanhado desconexo de preceitos discordantes. Essa proposital economia reflexiva conduziu os behavioristas a pelo menos um grave embaraço lógico: acreditando-se livres da filosofia e da metafísica, acataram modelos de natureza flagrantemente filosófica e metafísica.

O gradativo movimento de simplificação na ciência comportamental aqui retratado a expôs a uma série de críticas e objeções, dentre as quais a mais comum relacionou-se à sua incapacidade de lidar com a *big picture*, com os problemas de ordem mais ampla que o comportamento individual, como nacionalismo, relações externas, o funcionamento das instituições, das coletividades organizadas, etc. O sociólogo Robert Lynd²⁰⁵, ao testemunhar a ascensão do ideário simplificador nos anos 30, destacou o positivo efeito moderador por ele provocado nas ciências sociais. A despreensão teria as livrado do conforto das soluções fáceis e redirecionado seu enfoque normativo para as lentas, graduais e seguras melhorias e reformas, seja no âmbito do comércio, do governo ou das relações sociais. No entanto, Lynd antevê o risco de a modéstia, quando desmedida, resultar na procura “cega” por fatos, sem qualquer espécie de elaboração prévia sobre critérios de relevância ou significância.

²⁰³ Gunnell, 1975, p. XVIII.

²⁰⁴ Especialmente as ideias de paradigma e ciência normal.

²⁰⁵ Lynd, Robert. *Knowledge for What?*. Princeton: Princeton University Press, 1939.

A tendência comportamental dos anos 50 não ignorou essas críticas, e alguns de seus adeptos buscaram contorná-las. Maurice Duverger, por exemplo, reconheceu o problema: “A tipologia behaviorista só é utilizável em um setor restrito da ciência política: as tentativas feitas para estabelecer uma teoria geral dos fenômenos políticos sobre base puramente relacional fracassaram”²⁰⁶. O behaviorismo, tal como se desenvolvera até então, fora capaz de investigar apenas fenômenos de inter-relação muito rudimentares, como os determinantes do comportamento eleitoral, omitindo-se, para Duverger, sobre o estudo das instituições. A única forma de incorporá-las à agenda comportamental seria a elaboração de sistemas complexos, capazes de traduzir para o vocabulário behaviorista – indivíduos, interação, comportamento, etc – o tradicional vocabulário da ciência política: Estado, autoridade, partidos.

Pode-se dizer que a obra de Truman contém os rudimentos de sistemas complexos de comportamento. Está presente, por exemplo, a noção de grupos como padrões de interação, mas o interesse primário de Truman se concentra menos na elaboração das características específicas de cada grupo - políticos, sociais, econômicos - do que com o esclarecimento das características que mais acentuadamente influenciam o comportamento individual. Assim, por exemplo, um grupo coeso, dotado de liderança ativa e mecanismo de integração como castigos e prêmios possui, para Truman, maiores possibilidades de determinar as ações de seus membros, mas não está claro o que diferencia um grupo político de outro não político; não há, a rigor, uma teoria do Estado, dos partidos, sindicatos, fenômenos tradicionalmente ligados à reflexão política e que, confirmando a crítica de Duverger, parecem omitidos da análise.

Com Easton, um passo importante é dado à construção teórica de sistemas comportamentais complexos. Easton criticara já em diversas ocasiões²⁰⁷, o déficit teórico não apenas do behaviorismo, mas da ciência política americana de uma forma geral, acusando-a de “hiperfactualismo”²⁰⁸. Como Duverger, Easton já prognosticara a necessidade de sistematização na ciência política, e buscou supri-la em seu *Teoria da Análise Política*, de 1965. Nesta obra, Easton visa preencher a lacuna deixada por Truman, e se ocupa de delimitar os sistemas de comportamento políticos, distinguindo-os dos não-políticos e dos para-políticos.

²⁰⁶ Duverger, op. cit. p. 402.

²⁰⁷ Principalmente em *The Decline of Modern Political Theory e Political System*.

²⁰⁸ Easton, 1953, p. 66.

Em primeiro lugar, Easton enfatiza a natureza analítica dos sistemas sociais, isto é, o fato de não serem dados à percepção direta do observador, cujas únicas funções, se fosse esse o caso, seriam observar e descrever seu funcionamento. Os sistemas sociais não são agregados observáveis de indivíduos, mas - repetindo Truman - padrões de interação analiticamente abstraídos, para os quais não importam as características particulares dos indivíduos envolvidos. São, portanto, construtos, ou, no jargão comportamental, ferramentas para simplificar a realidade, realçando os aspectos relevantes a uma determinada especialização do saber.

Uma vez que não são sistemas estritamente empíricos, suas fronteiras também não o são; daí, a necessidade de, analiticamente, estabelecer quais tipos de interações caracterizam um sistema como político. Essa demarcação encerra, sem dúvida, alguma arbitrariedade, mas Easton indica, como maneiras de mitigá-la, o recurso à História e, especialmente, uma espécie de “ambiente crítico” popperiano, no qual possíveis idiosincrasias analíticas poderiam ser corrigidas e moduladas.

Os sistemas políticos são, assim, formados por interações “orientadas para a alocação autoritária de valores”²⁰⁹. Esses valores abrangem tanto os materiais como os imateriais, e a natureza autoritária das alocações se verifica na percepção, por parte dos comandados, de que o comando emanado pela autoridade é obrigatório – seja pela crença na legitimidade, como descreveu Weber, ou apenas pelo temor de coações físicas.

Tendo essa definição por referência, os sistemas políticos seriam encontrados em praticamente todas as relações sociais. Alocações autoritárias e ações direcionadas a influenciá-las de alguma forma são usuais em múltiplos domínios da experiência social aparentemente não-políticos - igrejas, escolas, hospitais, etc. Preocupado com a dilatação excessiva do conceito, Easton opera uma importante distinção, entre sistemas *para-políticos* e *políticos*. Os primeiros, definidos positivamente, como as interações políticas desenvolvidas no interior de um sub-sistema social qualquer (igrejas, escolas, hospitais...), e os segundos, definidos negativamente, como interações políticas que não se estabelecem no interior de nenhum sub-sistema, mas que se referem a *todas as alocações autoritárias possíveis*, excetuando-se aquelas de natureza particular, i.e, internas aos sub-sistemas. Enquanto os sistemas para-políticos encontram-se severamente limitados em suas possibilidades de alocação, os sistemas políticos se

²⁰⁹ Easton, 1968, p. 79.

diferenciam deles, sobretudo, por sua indeterminação decisória. Qualquer matéria referente à convivência social pode cair sob a jurisdição do sistema político, enquanto os para-políticos legislam sobre questões específicas e severamente limitadas.

Um notável refinamento do sistema eastoniano em relação ao de Truman consiste em sua atenção ao que designa como *meio ambiente* do sistema, seu entorno imediato, fonte de pressões de toda a ordem sobre o sistema político. Essas pressões podem se manifestar na forma, por exemplo, de um processo acelerado de industrialização, que ameaça a sobrevivência do sistema político e demanda dele mudanças de ajuste e adaptação. Easton designa-as *inputs* e as respostas adaptativas *outputs*. O processo pelo qual o sistema político recebe informações sobre os resultados de suas decisões, isto é, o processo comunicativo, sem o qual a avaliação da eficácia dos *outputs* se torna inviável, Easton denomina-o *feedback*.

Convém assinalar que todo o aparato conceitual de Easton se mostra compatível com as premissas comportamentais. A função precípua de seu sistema permanece sendo a de predição e explicação dos comportamentos individuais. O sistema político representa mais uma variável independente – sem dúvida, uma das mais relevantes – para se compreender as regularidades comportamentais, e viabiliza a incorporação de fatores institucionais até então ignorados pelas pesquisas da tendência.

Outra importante sistematização, o modelo cibernético de Deutsch pode ser considerado uma suplementação de certos aspectos pouco explorados no sistema de Easton. Seus esquemas são, basicamente semelhantes. Em Deutsch, se repetem os conceitos de *meio ambiente*, *input*, *output* e *feedback*. Sua originalidade está na introdução dos elementos *aprendizado*, e *memória*, sem os quais o processo de *feedback* se torna efêmero e pouco efetivo. Ao comparar esses sistemas a máquinas modernas, como o radar e a calculadora eletrônica, Deutsch afirma: “we now have an array of self-controlling machines that react to their environment, as well as to the results of their own behavior; that store, process, and apply information; and that have, in some cases, a limited capacity to learn”²¹⁰. Aplicando esse arranjo aos sistemas políticos, Deutsch conclui que a presença e a dimensão de estruturas de armazenamento, processamento e triagem de informações é crucial para se mensurar a capacidade de um sistema fazer frente aos desafios impostos pelo meio.

²¹⁰ Deutsch, op. cit. p. 80.

O aprendizado está implícito no sistema eastoniano, mas de maneira muito simples, como a capacidade de receber e processar os *feedbacks*. Imaginemos um objetivo qualquer, digamos, a adaptação de um sistema político à já referida industrialização, pela adoção de políticas industriais que protejam e estimulem a economia doméstica. Pelo processo de *feedback*, o sistema pode averiguar se seus *outputs* estão tendo o efeito desejado, e, se for o caso, alterar a política industrial. Trata-se de aprendizado relativo a um objetivo específico. Deutsch menciona outro tipo de aprendizado, mais complexo, que concerne à capacidade de o sistema *alterar os objetivos que persegue*, caso isso se mostre necessário para a satisfação de seus interesses ou de sua auto-preservação. No exemplo da industrialização, a busca por desenvolvimento a qualquer custo pode representar graves riscos ambientais e sociais; antes que essas ameaças se concretizem e pressionem o sistema, um adequado processo de aprendizado, associado à existência de sólidos mecanismos de memória coletiva, permitem ao sistema antecipar-se e mudar seus objetivos, sem que tenha de aprender sempre pela forma mais amarga – sentindo a pressão dos danos. O sistema de Deutsch, em suma, ao sublinhar o papel central do fluxo de informação e da capacidade de armazenagem desta nos sistemas, logra lidar com os sistemas políticos como estruturas usualmente dotadas de considerável grau de inteligência coletiva, o que não parecia ser o caso do sistema eastoniano.

2.2.3: A antropologia comportamental

A tendência comportamental não apresentou uma teoria substantiva da natureza humana, pelo menos não de forma explícita. Muito pelo contrário, os behavioristas, em regra se declararam agnósticos a respeito da natureza humana e dos fenômenos da consciência, de forma geral. Não obstante essa urdida afasia, as diretrizes gerais de seu modelo tomaram como pressuposto certa concepção de homem. Alguns behavioristas foram cuidadosos e advertiram para o fato de que suas teorias e métodos operavam, necessariamente, uma simplificação da natureza humana e do mundo social, e que de modo algum os homens poderiam ser reduzidos a seus comportamentos. Deutsch, a respeito de seus modelos cibernéticos, afirma: “None of these devices approach the overall complexity of the human mind (...) But, as simplified models, they can aid our

understanding of more complex mental and social processes”²¹¹. Advertências como essa, porém, não alteram significativamente o fato de que os adeptos da tendência, intencionalmente ou não, fixaram, pelo vocabulário, pelas práticas de pesquisa, pelos direcionamentos teóricos, uma imagem do homem e da sociedade.

Uma distinção preliminar se faz necessária para a compreensão da antropologia comportamental. David Hume diferenciou dois tipos básicos de impressões no *Tratado da Natureza Humana*: impressões de sensação e impressões de reflexão:

Impressões originais ou de sensação são as que surgem na alma sem nenhuma percepção anterior, pela constituição do corpo, pelos espíritos animais, ou pela aplicação dos objetos sobre os órgãos externos. As impressões secundárias ou reflexivas são as que procedem de algumas dessas impressões originais, seja imediatamente, seja pela interposição de suas ideias²¹²

A imagem humana resultante da *doxa* comportamental, além de excluir de seu escopo os estados de consciência, excluiu as impressões de reflexão, também referidas por Hume como “paixões e outras emoções semelhantes”²¹³. O resultante dessa depuração é uma antropologia de metafísica mínima, atenta, especialmente, nas palavras de Hume, às “dores e prazeres corporais”²¹⁴.

Quando lidam com fatores tais como paixões, estados psíquicos e de consciência, os behavioristas o fazem recorrendo às aludidas regras de correspondência. Esse é o caso, por exemplo, dos estudos de personalidade²¹⁵, que, ao atrelarem alguns comportamentos à elusiva categoria “personalidade”, implicam o seguinte modelo: um conjunto fixado de comportamentos (a personalidade) provoca sensações no agente, que, por sua vez, produzem outros comportamentos. A personalidade, embora a concebamos no discurso ordinário, como elemento transcendente, acessado apenas pela interpretação, no interior

²¹¹ Ibid. p. 81.

²¹² Hume, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 309.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ Cf., por exemplo, Snyder, Mark. *The influence of individuals on situations: Implications for understanding the links between personality and social behavior*. Journal of Personality. Journal of Politics, Vol. 51, Nº3 (sep. 1983).

do jogo de linguagem comportamental, assume status de fenômeno concreto, observável.

Uma vez que Hume não se encontrava inibido pelos critérios de verificação atinentes à tendência comportamental, associou as sensações à alma e, por vezes, à mente²¹⁶. Esse procedimento permitiu-lhe também conceber uma interioridade distinta da “constituição do corpo” e dos “espíritos animais” sobre a qual estes últimos atuam como causas das sensações aí produzidas. O behaviorismo, carente de qualquer noção de alma, parece recorrer a uma dupla noção de corpo para lidar com os determinantes biológicos e psico-físicos do comportamento. A usual aproximação da tendência comportamental com a biologia²¹⁷, assim, só se faz possível se a noção de corpo duplicado é assumida, afinal, a relação de causalidade requer a separação entre causa e efeito, i.e, que sejam objetos descontínuos, distintos. Faz-se necessário que a estrutura genética do indivíduo atue sobre outro corpo, que não aquele com o qual guarda continuidade.

A *sensação* e a *vontade* são as categorias metafísicas incontornáveis do behaviorismo. Diante da economia filosófica do movimento, seria de se esperar que adotassem o mínimo necessário de categorias subjetivas, e sensação e vontade nada mais são do que esse mínimo, os fatores que conectam os dois polos principais do arranjo comportamental. Como sintetizou Duverger, “A ciência política (...) visa o estabelecimento de leis, isto é, relações constantes e definidas entre duas séries de fenômenos”²¹⁸. Uma série, no behaviorismo, equivale aos comportamentos, enquanto a outra a seus determinantes. Se não houvesse, entre esses polos a introdução das sensações e das vontades, o modelo lidaria com homens assemelhados a bonecos de papel, inanimados.

Assim como admitiram uma metafísica mínima, os behavioristas, também violando a afasia auto-imposta, sentiram-se impelidos a refutar uma categoria subjetiva em especial e proclamar sua inexistência: a racionalidade, aqui compreendida em seu sentido “fraco”, isto é, aquele que:

²¹⁶ Não é propósito deste trabalho discutir a crítica de Hume às noções de alma e mente, apenas assinalar o uso de uma dimensão distinta - ainda que a ela conectada - da corpórea para lidar com os fenômenos perceptivos.

²¹⁷ A hipótese das influências genéticas sobre o comportamento político remonta ao *New Aspects of Politics*, de Charles Merriam, mas de forma alguma foi abandonada, muito pelo contrário. Um volume recente sintetiza os intentos dessa abordagem: *Predisposed: Liberals, Conservatives and the biology of Political Differences*, da lavra de John Hibbing, Kevin Smith e John Alford.

²¹⁸ Duverger, op. cit, p.383.

ressalta a relação entre os meios e os fins escolhidos de modo autônomo, e se limita a conceber os indivíduos como portadores de uma escala coerente e transitiva de preferências, de modo que o conteúdo destas não é descrito a priori²¹⁹

A ideia de fins escolhidos autonomamente, e de ações baseadas exclusivamente em cálculos otimizadores de meios e fins é especialmente antagônica ao enquadramento comportamental, assemelhando-se àquilo que Wallas designou como “falácia intelectualista”²²⁰, a crença no poder das ideias e do raciocínio puro como guias das ações sociais. O behaviorismo é, com, efeito, uma teoria da heteronomia. O homem behaviorista encontra-se imerso em cadeias de relações causais, tendo sua vontade determinada por variáveis de diversas ordens; segue-se que a ideia de uma faculdade capaz de erguer o homem para além das vicissitudes do mundo sensível encontra na tendência seu anátema.

Wallas foi explícito em sua crítica aos pressupostos racionalistas, como já foi exposto aqui.²²¹ Mas o britânico teve ainda o mérito de, muito antes de o behaviorismo se fixar como tendência, tornar explícita sua antropologia (o que pode ser inferido do próprio título de sua obra magna, *Human Nature in Politics*), de modo raramente repetido por seus herdeiros dos anos 50, muito menos ocupados da discussão sobre os fundamentos ontológicos da tendência. Contra as pretensões racionalistas, Wallas sugeriu o seguinte experimento mental: “If I have a piece of grit in my eye and ask someone to take it out with the corner of his handkerchief, I generally close the eye as soon as the handkerchief comes near and always feel a strong impulse to do so”²²². Nesta pequena passagem, estão condensados os principais elementos da antropologia comportamental: o estímulo, ou causa (o lenço), a sensação e a vontade (o impulso sentido) e o comportamento de resposta (fechar os olhos). Wallas é pródigo em exemplos semelhantes, mas seu propósito principal consiste em evidenciar a correspondência entre o prosaico caso do cisco no olho e as ações e reações encontradas

²¹⁹ Carvalho, Bruno Sciberras de. *A escolha racional como Teoria social e política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 66.

²²⁰ Wallas, op. cit. p. 26.

²²¹ Cf. Capítulo 1, Seção 1.2.

²²² Ibid. p.23.

na experiência política. Esta última, ao contrário do credo utilitário, compõe-se de repetidas manobras de manipulação dos afetos, das emoções, dos impulsos, seja pela propaganda, pela retórica ou através, mesmo, do apelo sensorial: Wallas sublinha, por exemplo, a natureza arrebatadora dos cantos, como A Marselhesa, e seu potencial de insuflar os impulsos políticos. O *insight* de Wallas não deixou de ser retomado posteriormente, no bojo da tendência comportamental, principalmente quanto ao peso da propaganda nas disputas eleitorais, e no comportamento político de forma geral, reafirmando a crença na condição heteronômica do homem.

Não foram poucas as variações léxicas ocorridas no contexto comportamental, mas um traço comum distinguiu-as: a remissão sempre presente ao corpo, aos atributos fisiológicos, assim como a atributos mecânicos, de modo que em paralelo à noção de corpo, estabeleceu-se a noção de *corpo-máquina*; se não houve sempre a menção rigorosa ao quarteto básico *estímulo-sensação-vontade-resposta*, houve às noções de incentivo, impulso, instinto, *drive*, satisfação, objetivo, reação, etc.

Um aspecto notável da tendência foi a coerência mantida na transição da noção de homem à de sistemas. Os modelos sistêmicos elaborados por Easton e Deutsch, por exemplo, repetem ao nível mais amplo da sociedade política o modelo comportamental sobre a natureza humana. Transfigurando a metáfora hobbesiana do corpo político, Easton e Deutsch desenharam seus sistemas como estruturas que nascem e morrem, sujeitos a estímulos (pressões e *inputs*), dotados de vontade (*goal-seeking*) e capacidade de resposta (*outputs*) e no caso de Deutsch, também de memória e aprendizado. O paralelismo entre corpo e sistema político aparece nitidamente no título de *Nerves of Government*, de Deutsch, no qual a metáfora neural representa os canais de circulação de informação no interior dos sistemas políticos, responsáveis pela eficácia dos processos de *feedback*, memorização e aprendizado. O modelo cibernético, diz Deutsch, é aplicável tanto a animais, máquinas e governos, pois se concentra naquilo que lhes é comum, seus corpos e sua relação com o meio. Em qualquer desses modelos, há quatro características fundamentais: “(1) drive, (2) cue, (3) response, (4) reward”²²³. A corporeidade maquinal do modelo é flagrante no conceito de *drive*, um equivalente funcional ao de *sensação*: “drive might be represented by internal tension or, better, by mechanical, chemical, or electric disequilibrium”²²⁴. Os *rewards*, por sua vez,

²²³ Deutsch, op. cit. p.91.

²²⁴ Ibid.

proporcionam reduções no desequilíbrio inicial verificado seja no corpo animal, na máquina ou no corpo político. Há entre os indivíduos e os sistemas, portanto, uma diferença de grau, de magnitude, não de natureza.

2.2.4: A desfiguração do homem político: o hiato entre mundos

Na mensagem presidencial da APSA de 1969, Easton questionou a capacidade de o behaviorismo, tal como se desenvolvera até aquela data, proporcionar respostas satisfatórias às crises sociais e políticas de seu tempo. O progresso prometido parecia não ter chegado; as descobertas de leis causais, embora úteis em alguns casos, pareciam pequenas diante da complexidade dos cenários doméstico e internacional; a ciência política parecia não conseguir acompanhar a dinâmica de seu objeto, se apequenava diante dele. “The agony of the present social crisis is this contrast between our desperate condition and our visible promise, if we but had the time”²²⁵ A nova revolução “pós-behaviorista”, defendida por Easton, assim como Wahlke alguns anos mais tarde, não sugeria o abandono dos pressupostos comportamentais; sua proposta não era de reforma, mas de articulação ainda mais profunda do paradigma, de seu *enforcement*: o aumento da dose do remédio. Dahl²²⁶ avaliou de forma parecida as limitações da tendência, ao chamar atenção para a ameaça da excessiva parcimônia a que esta conduzia os cientistas políticos. À medida que se especializavam em problemas muito particulares, muito específicos, perdiam progressivamente a aptidão para lidar com questões estruturais, de maior amplitude. Dahl enfatizou o perigo de que o behaviorismo produzisse um modo trivial, irrelevante de conhecimento, e propôs um vago retorno à especulação valorativa e ao uso da imaginação, fontes de progressos e descobertas extraordinárias nas ciências naturais, mas sobejamente depreciadas por seus pares na ciência política.

O retrato oferecido por Lindblom da ciência política dos anos 40 e 50 reforça o diagnóstico de trivialidade associado à ciência comportamental: “a weak discipline, hardly worth explicit comment in an account of the great and exciting issues in social

²²⁵ Easton, 1969, p.1053.

²²⁶ Dahl, 1961, p. 772.

science of that period”²²⁷. A virada behaviorista, em sua narrativa, representou a mudança de eixo na disciplina, de reflexões sobre *o que* se investiga - sobre a relevância e urgência política dos problemas, para *como* se estuda, isto é, para o desenvolvimento de metodologias, sem referência necessária às características daquilo que se quer abordar. O resultado teria sido um profundo “desconforto científico”²²⁸, um mal-estar relacionado ao impacto reduzido de suas realizações.

Aqui, dois tipos de irrelevância devem ser distinguidos: um deles remete à utilidade pública, à incapacidade de uma disciplina produzir efeitos sociais reais, informar políticas públicas, fornecer respostas a problemas práticos. Lindblom trata dessa irrelevância, a vê como fonte do desconforto científico, e ao fim propõe que a ciência política se reconcilie com ela, assum-a de vez e tome a forma do debate contínuo supracitado. Outro tipo de irrelevância, porém, pode contribuir para o *malaise* perceptível nas passagens de Easton e Dahl: trata-se da sensação de hiato entre o mundo representado pela ciência comportamental e o mundo tal como percebido na experiência ordinária, na vida comum. O sentido de irrelevância, aqui, não é prático, mas interpretativo, refere-se à percepção de que as teorias comportamentais pouco contribuem para o esclarecimento, a compreensão mais acurada do mundo social e político. Reconciliar a disciplina com esse tipo de irrelevância não parece, como no caso da irrelevância prática, uma proposta viável ou mesmo desejável, por qualquer ângulo que se considere a questão.

A depuração dos problemas e o dogma da simplicidade anteriormente abordados figuram, aqui, como responsáveis diretos pela produção desse hiato entre os mundos da ciência comportamental e da vida comum. Buscando simplificação, o behaviorismo alcançou a desfiguração de seus objetos; a antropologia comportamental produziu aquilo que Bruno S. de Carvalho nomeou “desubstancialização da pessoa”²²⁹, a transfiguração dos indivíduos em “bem econômico, isento de matéria simbólica (...) entidade que é tomada por sim mesma, despersonalizada e assocializada, desprovida de um ambiente cultural significativo”²³⁰. Cesar Kiraly percebeu fenômeno análogo, a miniaturização da natureza humana através de “cegueiras parciais”²³¹ quanto ao estatuto

²²⁷ Lindblom, op. cit. p. 247.

²²⁸ Ibid. p. 251.

²²⁹ Carvalho, op. cit. p.37.

²³⁰ Ibid,

²³¹ Kiraly, Cesar. *Ceticismo e Política*. São Paulo: Giz Editorial, 2013, p. 101.

social e cognitivo das crenças, reduzidas à psicologia individual e à fixação de comportamentos regulares. A natureza insular do homem comportamental se reflete na ideia de comportamento estimulado, provocado por sensações (impressões de sensação); ora, se o que distingue as sensações é sua corporeidade, segue-se que o comportamento, embora afetado por forças externas, responde, em última análise, a necessidades individuais, corpóreas - prazer, dor, satisfação, incômodo, etc.

A medida desta desfiguração pode ser aferida pela parcela pequena de comportamentos que, na vida comum, é atribuída ao influxo bruto das sensações, como o exemplo do cisco de Wallas anteriormente mencionado. Usualmente, as ações são vinculadas a móveis originados das relações sociais, que pressupõem ligações estreitas com outrem: valores, crenças, paixões, ideias, todos excluídos ou secundarizados nos estudos comportamentais.

A exclusão desses elementos, além de fortalecer o sentimento de hiato entre mundos, ocasionou a produção de um cabedal teórico irrelevante para uma das práticas centrais e incontornáveis da existência humana: os julgamentos morais. Uma vez que o behaviorismo concentrou-se em encontrar relações causais e abdicou do exame de estados subjetivos, deixou também de propiciar a matéria-prima dos julgamentos morais. Os sentidos de vício e virtude, segundo Hume, não emergem da atribuição de causas objetivas às ações humanas, mas de seus motivos subjetivos:

É evidente que, quando elogiamos uma determinada ação, consideramos apenas os motivos que a produziram, e tomamos a ação como signo ou indicador de certos princípios da mente e do caráter. A realização externa não tem nenhum mérito. *Temos de olhar para o interior da pessoa para encontrar a qualidade moral* [grifo nosso]²³²

O procedimento comportamental, portanto, pouco colaborou à elucidação das circunstâncias das ações, requisito necessário à apreciação de seus motivos; pelo contrário, visou isolá-las de seus contextos, relacioná-las a ações semelhantes e conectá-las a causas objetivamente estabelecidas, na forma de leis ou tendências probabilísticas. A insignificância moral dos achados comportamentais pode ser ilustrada pela aplicação

²³² Hume, op. cit. p. 517.

de modelos empírico-causais às estratégias do governo americano na Guerra do Vietnã. Segundo Frank Fischer²³³, o planejamento de guerra seguiu orientação próxima à dos métodos comportamentais em vários aspectos, como a busca por máximas simplificação objetividade e quantificação; o esforço analítico, no entanto, deixou escapar as “dimensões morais da guerra”²³⁴ fundamentais para o desfecho malgrado do conflito. Modelos empírico-causais, conclui-se, não são aptos a discriminar vitórias ordinárias de vitórias de Pirro.

Da mesma forma que a alternativa lateral de progresso aqui sugerida toma a erudição por vocação e “método”, a busca por relevância interpretativa encontra na teoria política clássica um notável aliado. Como notou Dryzek, “Reactive individuals under the sway of causal influences have no place in classical politics”²³⁵. O recurso aos clássicos da disciplina, portanto, assume papel pedagógico, pois estes dispõem um estilo de reflexão, um *modus cognoscendi* de reduzido hiato frente à vida comum dos homens. Ao argumentar em defesa da atualidade e relevância dos clássicos nas ciências sociais, Jeffrey Alexander concluiu:

Qualquer generalização sobre a estrutura ou causas de um fenômeno social (...) depende de uma concepção dos motivos envolvidos. Para entender bem os motivos, no entanto, exige-se uma capacidade de empatia, percepção e interpretação altamente desenvolvida (...) as obras dos cientistas sociais que manifestam tal capacidade no grau máximo tornam-se clássicos²³⁶

2.3 - A Persuasão Pluralista

2.3.1: Teoria Moral

²³³ Fischer, Frank. *Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 9-10.

²³⁴ Ibid. p.9.

²³⁵ Dryzek, op. cit. p. 166.

²³⁶ Alexander, Jeffrey. *A Importância dos Clássicos* In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999, p.49.

A tendência comportamental se estabeleceu como um movimento científico. Suas prescrições direcionavam-se à pesquisa empírica sobre a experiência política, e quando recorreu à filosofia, o fez por meio da filosofia da ciência, não da filosofia política. Não obstante, dos mesmos princípios comportamentais relativos à natureza do conhecimento, do homem e da sociedade, erigiram-se uma teoria moral e uma teoria política, por vezes declinadas de forma oblíqua, nas entrelinhas dos estudos empíricos e por outras, pronunciadas de forma expressa.

A teoria moral subjacente à tendência comportamental, segundo sugestão de Jean Elshtein²³⁷, é o *emotivismo*, perspectiva segundo a qual as proposições de natureza ética são basicamente expressivas, isto é, traduzem verbalmente as sensações experimentadas por seus proponentes e nada mais, não possuindo qualquer valor cognitivo ou existência própria, *qua* dispositivo moral elaborado ativamente pelos homens. Os valores, na chave emotivista, constituem meros reflexos, estéreis e impotentes como móveis das ações, sejam de seu enunciador ou de seus interlocutores. É verdade que algumas teorias emotivistas, como a de Charles Stevenson focalizaram a capacidade de as proposições morais atuarem como instrumento de persuasão, mas não por suas qualidades intrínsecas, pela coerência de seus argumentos, e sim por força de sugestão, de um *pathos* performático no qual a proposição se enquadra de forma acessória. Os enunciados morais não seriam instrumentos de convencimento *per se*, não seriam inteligíveis, por não apelarem aos fatos e à razão, mas aos sentimentos dos interlocutores.

Elshtein enxerga na teoria emotivista uma extrema relativização da moralidade que muito se assemelha à posição do relativista radical, ou relativista dogmático, na formulação de Lessa²³⁸. De fato, o emotivismo implica no relativismo moral, pois não se limita a atestar a pluralidade de valores e o fato de que tais valores possuem sentido apenas para aqueles que os professam. A teoria emotivista implica ainda em relativização ontológica e moral, a relatividade é não apenas um fato, mas um *desideratum*, pois a postulação de sua origem emotiva equipara todos os valores e torna-os contaminados por igual quinhão de irracionalidade. Não é possível, nessa

²³⁷ Elshtein, Jean. *Political Theory and Moral Responsibility*. In: Wallach Scott, Joan; Keates, Debra (eds.). *Schools of Thought: Twenty-five Years of Interpretive Social Science*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

²³⁸ Lessa, 1997, p. 238.

perspectiva, indicar uma hierarquia de valores, uma vez que essa hierarquia seria, ela mesma um valor e, como tal, de matriz subjetiva, emocional.

As premissas emotivistas do behaviorismo, por vezes se fizeram explícitas. Duverger definiu “o compromisso, a adesão a tomada de posição”²³⁹ como “atos de vontade, repousando em uma crença extracientífica”²⁴⁰, e propôs a “confissão” das “preferências íntimas”²⁴¹ do pesquisador social, de modo a evitar a deformação de seus objetos. Easton, por sua vez, sustentou que os valores podem ser reduzidos a “emotional responses conditioned by the individual’s total life experiences”²⁴². O fantasma do relativismo já na década de 40 suscitava discussões na ciência política americana; nesse contexto, uma mesa-redonda foi organizada para debater o tema no encontro anual da APSA de 1946. O relator, Arnold Brecht, enumerando as muitas variações do conceito de relativismo exibidas no encontro, não deixou de observar: “Some have gone so far as to say that sentences dealing with what ought to be are no statements at all, but merely express emotional preferences, commitments regarding one’s own behavior, or the like”²⁴³.

O emotivismo não se limitou, na ciência política, à tendência comportamental. Uma de suas manifestações mais significativas ocorreu na tendência que Easton designou “historicismo”, associada aos nomes de William Dunning, Charles McIlwain e George Sabine, entre outros. Para Easton, o aspecto central desta tendência residia no enfoque contextual: importava, para esses estudiosos, esclarecer as circunstâncias históricas nas quais as teorias políticas clássicas haviam emergido, como forma de compreender as motivações e interesses particulares de seus autores, assim como os efeitos históricos dessas teorias – como foram capazes de influenciar o curso dos acontecimentos políticos. Esses influentes *scholars*, em sua maioria anglófonos, direcionaram seu enfoque analítico, portanto, não aos aspectos substantivos das teorias do passado, tampouco as utilizaram como fontes de inspiração para a elaboração de teorias direcionadas aos problemas do presente. Segundo Easton:

²³⁹ Duverger, op. cit. p.37

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Easton, 1953, p.221.

²⁴³ Brecht, Arnold. *Beyond Relativism in Political Theory: A Symposium*. American Political Science Review, Vol. 41, Nº 3 (Jun. 1947), p.472.

The history of political values has led theorists to concentrate on the relation of values to the milieu in which they appear rather than on the task of attempting to create new conceptions of value commensurate with men`s needs²⁴⁴

A tradição de teoria política apresenta-se, no enquadramento historicista, como sucessão de “preferências subjetivas”, associadas a condições sociais concretas e a elas respondentes. As investigações historicistas debruçam-se, assim, sobre os interesses e intenções que animam cada sistema; parte-se do pressuposto de que, sendo as teorias preferências externadas, cabe ao pesquisador investigar os determinantes dessas preferências e os usos dados a cada uma delas. As teorias assumem caráter instrumental, servem a certos objetivos e produzem efeitos, novamente, não pela força de seus argumentos, mas como parte de estratégias retóricas empregadas por seus autores. Easton afirma²⁴⁵, por exemplo, que para os historicistas, as ideias políticas não passam de epifenômenos ou mitos que visam conferir legitimidade e justificação a certas práticas e instituições envernizando-as filosoficamente.

Esse tipo de aproximação se mostra com clareza no relato de Dunning sobre as teorias modernas, de Lutero a Montesquieu. Seu método é basicamente o mesmo para lidar com a ampla gama de teóricos que analisa: uma apresentação estritamente descritiva das ideias do autor, acompanhada da contextualização histórica, da apresentação de alguns motivos para a escrita de suas teorias e dos efeitos práticos alcançados por essas mesmas teorias. Ao comentar a obra de Jean Bodin, por exemplo, Dunning retrata-o como *partisan* do reinado de Henrique III em meios aos distúrbios das guerras de religião na França; essa sua “preferência” teria sido a causa precípua da elaboração de sua teoria da soberania, um mecanismo de reforço da autoridade real no momento em que esta se via severamente ameaçada, seja pela Liga Católica, pelos huguenotes ou por outros conspiradores de ocasião.

A interpretação dos pensamentos de Hobbes e Locke segue o mesmo padrão. Enquanto as ideias do segundo teriam configurado, especialmente no *Segundo Tratado*, de 1689, uma justificação filosófica da Revolução sucedida no ano anterior, Hobbes,

²⁴⁴ Easton, David. *The Decline of Modern Political Theory. The Journal of Politics*, Vol. 13, No. 1. (Feb. 1951), p.40.

²⁴⁵ Dunning, William. *A History of Political Theories: From Luther to Montesquieu*. New York: MacMillan, 1919. p.41.

“like Bodin (...) was identified with the royalist party in a time of civil dissension”²⁴⁶. Como Bodin, Hobbes teria tentado, por meio de sua filosofia, oferecer um dispositivo de sustentação para a Casa de Stuart, acossada pelos *roundheads* no âmbito da Revolução Puritana.

Além do rebaixamento ontológico a que são submetidas, as ideias, crenças e juízos políticas, sob o prisma emotivista, perdem a qualidade de motores das ações ou mesmo das paixões e interesses. As tentativas de explicar eventos históricos e políticos através do exame de crenças, ideias e ideais passa a ser vista como a “falácia intelectualista” apontado por Wallas. Os historicistas, de forma geral, não examinam o conteúdo das teorias, não as relacionam a outras teorias e ideias, tampouco avaliam seus corolários, seus potenciais desdobramentos lógicos, éticos e políticos.

A conformidade das tendências comportamental e historicista aos postulados da teoria moral emotivista pode ser considerada um significativo indício de afinidade entre as duas tendências. É possível que esse aspecto tenha sido obscurecido pelo fato de que um dos textos inaugurais da tendência comportamental, *The Decline of Modern Political Theory*, de Easton, tenha representado uma severa crítica ao historicismo, por sua incapacidade de acessar as teorias de passado visando à reflexão sobre problemas do presente – este, para Easton, o traço distintivo da autêntica teoria política. De certa maneira, a própria identidade da tendência comportamental vincula-se à crítica ao historicismo, uma vez que este representa um movimento, se não propriamente contrário à ideia de ciência positiva, ao menos supérfluo, se recordarmos a conhecida sugestão de Alfred Whitehead: “a science which hesitates to forget its founders is lost”.²⁴⁷

Ocorre que as transformações - tanto na ciência como na política – não revogam ou extirpam necessariamente as práticas, normas e instituições contra as quais se insurgem; em muitos casos, entre os transformadores e a tradição processa-se uma conciliação, um pacto que revela compatibilidades outrora dissimuladas. Este parece ser o caso da transformação behaviorista, que, capitaneada por Easton, propõe-se a romper com o pendur historicista na ciência política, mas, apaziguados os ânimos, institui uma espécie de acordo de convivência com os antigos contendores, relatado por Gunnell:

²⁴⁶ Dunning, op. cit. p. 282.

²⁴⁷ Whitehead, Alfred. *The Organization of Thought*. Science, 22 (Sep. 1919)p. 413.

although behavioralism may have rejected a study of the history of political ideas and institutions as essential to its project, and even designated it as an obstacle to scientific progress, the history of political theory remained a subfield of political science and carried with it the legacy of a belief in the reality of *the great tradition as (...) the past of modern political science*²⁴⁸ [grifo nosso]

O behaviorismo assimilou os estudos historicistas interpretando-os como relatos sobre a “infância” do conhecimento político, a preparação de terreno para a ciência comportamental, na condição de etapas inferiores de um processo evolutivo linear. A aproximação ao historicismo não deixou de produzir também seus efeitos sobre os teóricos do comportamento, principalmente em sua relação com os valores, fazendo-os perceber a adequação dos postulados histórico-relativistas a seu ideário. Esse processo é nítido no posicionamento de Easton, que rejeitara em seu artigo de 1951 um princípio fundamental do historicismo, relativo à natureza circunstancial dos valores, e com base nessa rejeição clamara pela superação do relativismo moral e pela construção de uma *value theory*, uma teoria normativa compatível com as orientações da ciência comportamental. Easton gradualmente percebeu a *aporia* resultante de sua adesão aos princípios behavioristas e de seu desejo de construir uma *value theory* substantiva. Eugene Miller²⁴⁹ ilumina o gradual abandono de Easton de suas ideias anti-historicistas, contidas no texto de 1951, e, por consequência, o abandono de seu projeto normativo. Em sua obra de 1953, *Political System*, a defesa da necessidade de teorias normativas na ciência política ainda aparece, ainda que de forma lateral; daí em diante, praticamente desaparece. Segundo Miller, “His mature view seems to be that the theorist should avoid committing himself to the goals or values of any particular regime”²⁵⁰. A guinada historicista, porém, já está presente no texto de 1953; aí, Easton admite o caráter circunstancial dos valores e deixa de lado qualquer pretensão à universalidade, assumindo um ponto essencial ao historicismo e finalmente selando a paz com essa tendência.

A guinada não se limitou, por suposto, à figura de Easton. Sinal disso é a virtual ausência de adeptos da tendência nos anos 50 e 60 que tenham subscrito explicitamente

²⁴⁸ Gunnell, 1979, p. 23.

²⁴⁹ Miller, Eugene. *David Easton's Political Theory*. *Political Science Reviewer*, Vol. 1 (Fall, 1971).

²⁵⁰ *Ibid.* p. .215.

ou elaborado proposições de natureza normativa. Se poderia argumentar, porém, que o ímpeto normativo de Easton fora uma anomalia, um desvio, devido à comentada correspondência entre a tendência comportamental, o relativismo e o emotivismo. Uma vez que essas três disposições se complementam, Easton poderia ser visto como um pensador excêntrico, confuso e de forma alguma representativo; no entanto, convém observar que a complementaridade lógica-analítica não se traduz, necessariamente em complementaridade factual. Pelo contrário, a conciliação de inconciliáveis, as incongruências, as incoerências são profusas na história do pensamento político. Se é verdade que analiticamente o behaviorismo aproxima-se do relativismo e, *ipso facto*, do emotivismo, não há garantias de que essa cogência se concretize, que haja tomada de consciência dessa conexão.

As obras de alguns behavioristas anteriores à eclosão da tendência nos anos 50 ilustram esse tópico: homens como Harold Lasswell e Charles Merriam distinguiram-se por seu pronunciado cientismo, por acreditarem firmemente na separação entre fatos e valores e por terem antecipado em quase todos os seus preceitos a tendência comportamental; ainda assim, não se furtaram a preconizar o controle e a manipulação dos comportamentos, uma prescrição normativa em flagrante descompasso com suas crenças sobre a natureza do conhecimento e, sobretudo, da política, uma vez que ambos eram defensores declarados dos valores liberais-democráticos.²⁵¹

A influência historicista teve por efeito a adoção pelos behavioristas de uma teoria moral mais coerente com seus próprios princípios, permitiu-lhes perceber a inadequação de proposições como as de Merriam e Lasswell a seu modelo, e ainda forneceu-lhes um meio de acessar as teorias clássicas do passado despido de inclinações especulativas. Esse ajuste foi, porém, um evento *accidental*, histórico. Não há lei de atração física que atue sobre ideias, por mais afins que possamos julgá-las; é preciso que sua aproximação seja urdida, como fizeram behavioristas e historicistas. Essa urdidura certamente foi facilitada pelo fato de que ambas as tendências rejeitaram categoricamente o método especulativo e instauraram projetos empíricos de investigação, contrapondo-se às teorias normativas e almejando o estatuto de ciência, cada uma à sua maneira.

2.3.2: Teoria Política

²⁵¹ Cf. Capítulo 1, seção 1.3.

Os behavioristas tiveram que enfrentar o desafio de construir sua teoria política assentados em uma teoria moral radicalmente relativista, e talvez por isso poucos tenham se aventurado a fazê-lo. Esse *more* relativista inibiu-os de recorrer a noções centrais à teoria política tradicional, tais como bem comum, estado de natureza, direitos naturais, entre outras. Enxergando nestas últimas meros epifenômenos, conceitos vazios de sentido, os behavioristas que se ocuparam de investigar os regimes, sistemas e instituições políticas buscaram avaliá-las objetivamente, como fatos. Isso não significa que a teoria política behaviorista se eximiu de avaliar normativamente os regimes políticos, de descrever o “bom regime”, mesmo porque se assim fosse, não poderia ser considerada uma teoria política no sentido que aqui proponho.

O problema posto aos adeptos da tendência comportamental pode ser sintetizado nos seguintes termos: como avaliar a natureza virtuosa ou viciosa dos regimes sem o recurso às “preferências íntimas” que, segundo Duverger, acabam por deformar a análise científica? A resposta mais comum apoiou-se naquilo que designo “normatividade procedimental”, ou seja, o critério de economia normativa, de retração dos valores e ascendência dos procedimentos como base dos juízos políticos. O *tour de force* comportamental consistiu em inverter a lógica tradicional da filosofia política, imaginando o bom regime (e a boa teoria sobre ele) como aquele cujas normas, mecanismos e previsões nada afirmam sobre o bem, a virtude e a moralidade. Nesse sentido, o bom regime deve constituir-se apenas de procedimentos, deve ser basicamente um *método para tomada de decisões*, não uma imagem de mundo substantiva. Qualquer ideia que extrapole esse limite, isso é, que se afirme como um “bem” extra-procedimental – e, portanto, imune a esses procedimentos incorre, para os behavioristas em um excesso normativo e, *ipso facto*, no anátema comportamental: o autoritarismo.

O conteúdo valorativo da política, assim, não tem seu *locus* na esfera pública, mas nas preferências privadas, subjetivas. A reflexão sobre a justiça das medidas de governo deixa de ter sentido, do ponto de vista tanto do cidadão como do teórico político, uma vez que nada mais fazem do que exprimir as inefáveis sensações do avaliador. A reflexão normativa deve, quando muito, direcionar-se aos métodos, nunca ao mérito das decisões. Discussões de mérito reduzem-se, sob esse ângulo, a tentativas de imposição, pela retórica, de valores subjetivos sobre outros. Essa espécie de elogio da apatia

sustenta-se, sobretudo, na crença de que os valores ordenadores da esfera pública devem constituir-se do amálgama dos valores individuais, de sua costura, operada da forma mais proporcional possível, de modo a refletir fielmente os valores existentes em âmbito particular.

Se o bom regime, portanto, é um método, coube aos behavioristas analisar e comparar os diversos métodos de organização política disponíveis. Essa tarefa teve impulso com as reflexões de Joseph Schumpeter sobre a natureza da democracia. Sua principal contribuição ao projeto comportamental consistiu na crítica às teorias democráticas do século XIX (especialmente o utilitarismo) e na proposta de substituí-las por outra, operacional, atrelada aos fatos e condizente com eles. Ora, se era preciso encontrar o melhor método decisório, um passo anterior e necessário consistia em dar novo sentido às definições tradicionais dos regimes, depurá-las de seus ornamentos metafísicos e encontrar seu *núcleo procedimental*. Afinal, quando falamos em democracia, a quais métodos decisórios estamos nos referindo?

A “doutrina clássica da democracia” se caracteriza, segundo Schumpeter, por subordinar o método decisório democrático à vontade geral e ao bem comum, de tal forma que o primeiro é concebido como meio de se satisfazer a segunda e alcançar o último. A presença dos procedimentos formais democráticos – eleições livres, periódicas e baseadas em sufrágio universal, por exemplo, não preenche todos os requisitos de uma democracia, na doutrina clássica. É preciso, sobretudo, que os representantes eleitos cumpram a função para a qual foram designados: satisfazer a vontade geral e decidir sempre de acordo com o bem comum.

Tanto a ideia de vontade geral como a de bem comum, além de irredutíveis à soma das vontades e bens particulares, são claras, distintas e auto-evidentes, acessíveis racionalmente por todos os homens e só poderiam ser qualificadas de obscuras por “ignorância,(...)estupidez e o interesse anti-social”²⁵². No exame das ideias clássicas, Schumpeter procede de duas maneiras: avaliando a validade lógica de suas proposições em abstrato, e, não havendo nenhum absurdo, submetendo-as ao tribunal da experiência. Este último passo é indispensável, pois como os behavioristas, Schumpeter crê que

²⁵² Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 300.

“essas presunções [democráticas] correspondem a simples declarações de fato, cada um dos quais terá de ser provado”.²⁵³

A refutação à ideia de bem comum apoia-se na constatação da infinita diversidade de concepções de “bem”, ignoradas pela teoria utilitária, ou interpretadas por ela como oriundas da ignorância, da desinformação ou da incivilidade, hipóteses facilmente contestáveis empiricamente, diz Schumpeter. Uma vez que o bem comum é o vértice para o qual converge a vontade geral, a impugnação da primeira alcança a segunda; não obstante, Schumpeter escrutina a possibilidade de que o processo político corresponda, de alguma maneira a uma suposta vontade geral capaz de comandá-lo; não uma vontade de todos, mas ampla o suficiente para compor uma maioria eleitoral. Se esse fosse o caso, a democracia bem poderia ser definida como o governo da vontade da maioria, e de certa forma, de governo da vontade popular.

A objeção a essa hipótese leva em consideração as dificuldades operacionais que qualquer governo teria para computar e dar seguimento à vontade popular referente aos diversos assuntos com os quais lida. Isso demandaria uma rede de comunicações e processamento de informação impensável mesmo nos complexos modelos cibernéticos de Deutsch. Mas o âmago da refutação de Schumpeter refere-se à incapacidade de os indivíduos, e não do governo, formar vontades definidas, claras, ausentes de ambiguidade e fundamentadas a respeito dos inúmeros problemas com que se defrontam em sua experiência social, algo além do equipamento cognitivo humano, tal como o conhecemos.

Na ausência das categorias de bem comum e vontade geral, e da impossibilidade de o governo obedecer à vontade popular, a definição de democracia poderia, de forma mais modesta, vincular-se apenas à aprovação do povo - povo aqui, no sentido de cidadãos aptos a participar da vida política. Schumpeter especula se a substituição do termo *governo do povo* por *governo aprovado pelo povo* poderia indicar uma definição mais aceitável do processo democrático²⁵⁴, mas, ato contínuo, observa que diversos regimes considerados autocráticos contaram, ao longo da história com a aprovação e o entusiasmo popular. Definir a democracia nesses termos ampliaria demasiadamente o conceito, distanciando-o também excessivamente de seu sentido ordinário.

²⁵³ Ibid. p.301.

²⁵⁴ Ibid. p.296.

Schumpeter resolve a questão adicionando à aprovação popular um mecanismo singular pelo qual o povo aprova ou não seus representantes, o voto. A ênfase já não se situa no povo e sua vontade, mas no governo e sua formação. A democracia é, por conseguinte, um meio de formar governos, de selecionar líderes. Esse deslocamento de enfoque aparece com clareza na definição canônica de Schumpeter:

o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor²⁵⁵

A ideia de método se mostra central em seu argumento, e é notável que Schumpeter – e mais tarde os behavioristas – concebam a noção de método de maneira essencialista. Um método é sempre um método e apenas isso, para Schumpeter. A democracia é um método, e qualquer sentido distinto que se atribua a ela parece a seus olhos uma deturpação, uma inadequação às coisas tais como são. Um experimento imaginário é proposto, a título de prova da natureza “neutra” da democracia: se abominações morais serão efeito certo do método democrático e, por outro lado, tais abominações podem ser evitadas por meios não-democráticos, qual das opções preferiremos? Visto que praticamente todos acatariam a segunda opção, Schumpeter deriva desse raciocínio a conclusão de que a democracia é apenas um *modus* pelo qual podemos obter determinados resultados desejados. Schumpeter reconhece que os homens podem se deixar seduzir pelo método e passar a senti-lo como um valor em si, superior a todos os demais, mas isto configuraria um desvio completo da função autêntica da democracia e, ademais, embora os homens possam proclamar a democracia um valor absoluto, Schumpeter põe em dúvida sua capacidade de agir conforme sua proclamação:

É possível sustentar que, embora criminoso ou estúpido o objetivo (...) a norma democrática deve prevalecer (...) Mas, nesses casos, é muito mais natural falar de ralé em vez de povo,

²⁵⁵ Ibid. p. 321.

e combater-lhe a criminalidade ou estupidez por todos os meios disponíveis²⁵⁶

O impacto da revisão schumpeteriana foi quase imediato na ciência política, especialmente entre os autores identificados ao behaviorismo. Sua nova definição foi saudada como realista, operacional e bastante próxima ao sentido mais usual dado ao termo no discurso ordinário, consistindo quase que em uma decodificação de seu uso comum. Além disso, argumentou-se que a nova definição evitava a recorrente desilusão com a democracia provocada pelo assentimento às doutrinas clássicas. Por conferir peso desmedido aos esporádicos e efêmeros momentos de participação ativa e direta dos cidadãos nos assuntos de governo, a doutrina clássica consumara algo como uma falsa promessa, inexecutável no “mundo real”, de ampliação progressiva da participação popular e supressão da lei de ferro da oligarquia.²⁵⁷

A nova teoria de Schumpeter foi profícua para os teóricos comportamentais, cujo relativismo os impelia a procurarem definições procedimentais dos regimes e a avaliá-los como tais, tendo por parâmetro moral a “normatividade procedimental”, a crença na superioridade de métodos decisórios capazes de impedir a imposição autoritária de valores sobre outros. O método democrático foi vagamente intuído pelos behavioristas, desde cedo, como o menos autoritário. Christian Bay relata que: “Even today many political scientists are writing as if democracy unquestionably is a good thing, from which unquestionably good things will flow”²⁵⁸. Nesse contexto, Dahl destacou-se por sua tentativa, em *A Preface to Democratic Theory*, de compreender as razões objetivas da superioridade do arranjo democrático sobre os demais e as possibilidades de aperfeiçoá-lo, apoiando-se em definição inicial muito próxima da de Schumpeter: “at a minimum, it seems to me, democratic theory is concerned with processes by which ordinary citizens exert a relatively high degree of control over leaders”²⁵⁹

Dahl focaliza os aspectos procedimentais da democracia, em especial a americana, tendo como preocupação central os problemas da tirania da maioria e da maximização

²⁵⁶ Ibid. p.292.

²⁵⁷ Cf. Garceau, Oliver. *Research in the Political Process*. American Political Science Review. Vol.45, Nº1 (Mar. 1951), pp. 70-72.

²⁵⁸ Bay Christian. *Politics and Pseudopolitics* In: Eulau, Heinz (ed.) *Behavioralism in Political Science*. New York: Atherton Press, 1969, p. 117.

²⁵⁹ Dahl, op. cit. p. 3.

da igualdade política. Para Dahl, dois modelos democráticos enfatizaram cada um desses problemas, o madisoniano e o populista. O primeiro estabeleceu diversos mecanismos constitucionais limitadores das decisões majoritárias capazes de redundar em violação dos direitos naturais²⁶⁰ dos indivíduos, o que corresponde, nesse modelo, à tirania.

A preocupação de fundo não se direciona, nesse caso, àquilo que Mill intitulou “neutralização total da minoria”²⁶¹, resultante de arranjos institucionais incapazes de assimilar as minorias derrotadas, tornando-as, portanto, sub-representadas. Essa situação, típica dos modelos eleitorais de tipo *winner-takes-all* parece tolerada no âmbito do arranjo madisoniano, contanto que não redunde na supressão dos direitos naturais. A defesa desses últimos, e não a sub-representação constitui o problema básico da teoria, e para equacioná-lo, todo um aparato de *external checks* sobre as autoridades foi idealizado (separação dos poderes, veto presidencial, revisão judicial, etc.), visto que os *internal checks* situados na consciência individual não aparentam possuir força suficiente para refrear o ímpeto tirânico das massas.

Dahl aponta uma inconsistência capital na lógica do arranjo madisoniano. Se os *external checks* devem inibir as investidas tirânicas majoritárias, segue-se que a necessária aplicação de castigos e prêmios deve ser prerrogativa daqueles que, externamente, refreiam a maioria. Adaptando a máxima hobbesiana, podemos considerar que para Dahl, os *external checks* sem a espada são apenas palavras e não protegem ninguém. Se, porém, minoria e maioria raramente se encontram em rigorosa igualdade de forças, cabe a pergunta: por que um dos lados deveria se submeter ao lado mais fraco? A agonística política da versão madisoniana, conclui-se, apresenta um retrato pouco verossímil dos impulsos e motivações que podem produzir e preservar em alguma medida a igualdade política, o compromisso e as liberdades públicas.

Ademais, os freios constitucionais, embora possuam justificação igualitária, muito usualmente servem a propósitos não igualitários, observa Dahl. Com frequência os mecanismos de proteção das minorias são manipulados, de modo a servir à tiranização das maiorias por pequenos grupos poderosos. Esse parece ser o caso da Suprema Corte americana, amiúde considerada um bastião de defesa dos direitos individuais contra os

²⁶⁰ Embora não faça parte do vocabulário original madisoniano, Dahl vê os direitos naturais como sujeito oculto de sua teoria.

²⁶¹ Mill, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: Unb, 1981, p. 74.

arroubos legislativos das maiorias parlamentares. O mecanismo tipicamente madisoniano da revisão judicial, no entanto, foi poucas vezes acionado na história americana; dessas, por setenta e sete vezes o Supremo declarou medidas legislativas inconstitucionais, e dessas, apenas doze envolviam questões não-econômicas, relativas às liberdades civis. Das doze, seis referiam-se a iniciativas do Congresso para ampliar os direitos civis dos negros. Em todos os seis casos, a Corte posicionou-se contrária à igualdade civil entre negros e brancos. Esse episódio traduz a fácil desvirtuação que os *external checks* podem sofrer, quando mobilizados por elites políticas e econômicas.

O recurso à ideia de direitos naturais enseja, também, segundo Dahl, sensível incompatibilidade com o restante do sistema madisoniano. Ora, o objetivo deste último consiste em evitar a tirania, mormente a majoritária; segue-se que para evitá-la é preciso definir os tipos de ações individuais que não podem, em hipótese alguma, ser constrangidas. Muitas poderão sê-lo, de acordo com a vontade da maioria, mas se a esta tudo fosse facultado, teríamos não um compromisso entre valores divergentes, mas a imposição pura e simples de valores quantitativamente superiores. A resolução desse impasse no sistema madisoniano recorre à ideia de direitos naturais, o *nec plus ultra* do sistema, um conjunto de matérias sobre as quais não se pode legislar, ou seja, aquilo que no início desta seção defini como um “bem extra-procedimental”. A incompatibilidade apontada por Dahl reside no que o autor indica ser o “caráter tirânico” implícito na própria ideia de direito natural, que não tendo qualquer referencial empírico de validação, deve ser definida por alguma parcela da sociedade, de maneira arbitrária – sejam os sábios, os juízes, o povo. Fato é que o arranjo anti-tirânico, argumenta Dahl, assenta-se sobre premissas tirânicas, circularidade que lhe enfraquece consideravelmente, do ponto de vista de sua coerência interna.

O modelo democrático populista possui o mérito de renunciar a qualquer proposição relativa a direitos naturais extra-procedimentais e abandonar a tentativa madisoniana de conciliar princípios diametralmente opostos: o da maioria, de se fazer representada e o da menor minoria de todas, o indivíduo, de ter seus direitos respeitados. Ao desincumbir-se dessa conciliação improvável, a teoria populista adota ideal distinto: fazer com que “the goals of every adult citizen of a republic are to be accorded equal value in determining government policies”²⁶². Os *propósitos* básicos da teoria são a maximização (I) da igualdade política e (II) da soberania popular, e o *meio* indicado

²⁶² Dahl, op. cit. p.32.

para alcançá-los é a propagação do método decisório majoritário, desde que cada voto possua o mesmo peso. O ponto fraco da teoria é sua incompletude: Dahl a considera um exercício axiomático, um arrazoado normativo de baixa conexão com o “mundo real”, que estabelece o processo decisório majoritário como desejável em todas as situações, mas nada diz sobre as condições concretas que o tornam mais ou menos provável, que o fortalecem ou enfraquecem.

A ênfase da teoria recai menos sobre os riscos de tiranização majoritária do que sobre as condições de possibilidade para a participação política igualitária, o que não significa que não haja preocupação com a possibilidade de ocorrência de decisões liberticidas. Como observa Dahl,²⁶³ não há teórico da democracia que tenha prescrito a liberdade irrefreada do maior número. O modelo populista, no entanto, não prevê mecanismos formais, institucionais, de limitação das maiorias, o que parece adequado a Dahl, tendo em vista as possibilidades de manipulação já mencionadas, além da incontornável arbitrariedade desses mecanismos. A divisa populista parece ser: os problemas da democracia se resolvem com mais democracia.

Frente às insuficiências da teoria populista, Dahl introduz a noção de poliarquia, que, não se opondo aos princípios gerais da teoria populista, estabelece seus requisitos formais, e visa suprir algumas de suas carências, entre elas, a delimitação de meios informais, de natureza social, que permitam às minorias ativas influenciar o processo decisório político. Esses meios, além de ampliar o raio de participação popular para além das eleições, acabam por cumprir também o papel de *external checks* não-oficiais, pois dão vazão às manifestações de minorias quando estas se sentem gravemente ameaçadas. Dito de outra maneira, o arranjo poliárquico permite que minorias eleitorais transformem-se em maiorias inter-eleitorais, no cotidiano do processo decisório, interferindo de maneira decisiva na deliberação dos assuntos que lhe são caros. Se a teoria populista não era capaz de detalhar as condições concretas em que a igualdade política e a soberania popular poderiam ser maximizadas, é esta lacuna que a teoria poliárquica visa preencher. Dahl conclui que o processo democrático/poliárquico caracteriza-se por ser o governo *das minorias* – nem da maioria, nem da minoria, em sentido monolítico, mas das múltiplas minorias que se manifestam a respeito dos múltiplos assuntos sujeitos à deliberação política, e interferem de forma decisiva em seu

²⁶³ Ibid. p.36.

desenlace. A teoria poliárquica, convém notar, à diferença das outras é não apenas política, mas social, como se pode concluir de algumas condições estabelecidas alhures por Dahl para a concretização do arranjo poliárquico: liberdade de expressão, a existência de fontes alternativas de informação frente às oficiais e a garantia de autonomia associativa em grupos de interesse, partidos, etc.²⁶⁴

Não é de menor importância o fato de que Dahl absteve-se, ao longo da obra, de emitir juízos sobre as vantagens e virtudes da democracia, o que seria incompatível com o relativismo moral inerente ao behaviorismo. Esses juízos nada mais seriam do que “preferências íntimas”, estranhas ao universo científico. Não é por acaso que Seymour Lipset em seu *Political Man*, após mais de 400 páginas de investigação estritamente empírica e explicativa, tenha se reservado a liberdade de emitir juízos sobre o regime democrático apenas em um breve *Post-Scriptum Pessoal*, que, como o título sugere, se inscreve no reino da opinião, da preferência e não do conhecimento. A teoria política comportamental - e a de Dahl talvez seja a principal delas - é uma teoria *sui generis* da democracia pluralista, pois não afirma as qualidades da democracia, mas acredita evidenciá-las de maneira oblíqua, pela crítica às metafísicas do bem comum, do jusnaturalismo e tantas outras. A democracia pluralista aparece como o melhor regime *por exclusão e cogência*. Trata-se de uma teoria política desinencial, elusiva, que só se faz perceptível por aquilo que nega.

E o que exatamente a teoria política de Dahl nega? Basicamente três itens:

(I) *A metafísica dos direitos naturais.*

Os direitos naturais corresponderiam a meras preferências individuais indevidamente hipostasiadas, em concordância com as premissas emotivistas sobre a moralidade. Dahl, a esse respeito, afirma: “the assumptions that made the idea of natural rights intellectually defensible have tended to dissolve in modern times”²⁶⁵, premissas impossíveis de satisfazer os critérios cognitivos de quem, como Dahl, adere a “positivistic or skeptical predispositions”²⁶⁶

(II) *A doutrina clássica da democracia, indicada por Schumpeter*

²⁶⁴ Dahl, Robert. *A Democracia e seus Críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p.351.

²⁶⁵ Ibid. p.45.

²⁶⁶ Ibid.

A democracia, pra Dahl, não efetiva a vontade geral, tampouco o bem comum, mas constitui um procedimento de controle de líderes. Segundo Dahl, “all an election reveals is the first preferences of some citizens among the candidates standing for office”²⁶⁷

(III) *As ontologias supra-individuais*

Essa negação é apenas implícita no *Preface*, com a recorrente menção aos indivíduos e suas preferências, mas aparece com nitidez em outras obras, como *Democracia e seus Críticos*, na qual as visões organicistas sobre as entidades políticas coletivas são descritas como fantasmas a assombrar os debates sobre o bem público desde a Antiguidade.²⁶⁸

Das objeções anti-metafísicas a cada um desses postulados, pode-se inferir a teoria política dahlsiana e, por conseguinte, a teoria política comportamental. Na maior parte dos casos, porém, a democracia pluralista foi assumida como o bom regime, ou a “boa sociedade em funcionamento”²⁶⁹, na expressão de Lipset, que sugere ter perdido sentido a antiga busca filosófica pela boa sociedade, pois ela se concretizara nas sociedades democráticas modernas.

O consenso sobre as virtudes democráticas poder ser considerado responsável pelo aparecimento constante de um tema nas pesquisas comportamentais, principalmente aquelas de orientação sociológica: o das condições sociais necessárias para a consolidação e preservação dos métodos democráticos de governança. Segundo Ball²⁷⁰, a teoria política comportamental emergiu contra o pano de fundo das então recentes experiências anti-democráticas havidas na Europa. Enquanto estudiosos de outras tendências se concentraram em aspectos como as implicações morais e políticas (no sentido clássico) das experiências totalitárias, os behavioristas preocuparam-se, sobretudo, com a falência do método democrático; não que tenham sido insensíveis aos

²⁶⁷ Ibid. p. 125.

²⁶⁸ Dahl, 2012, p. 112.

²⁶⁹ Lipset, Seymour. *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 425.

²⁷⁰ Ball, Terence. *An Ambivalent Alliance: Political Science and American Democracy* In: Farr, James; Dryzek, John; Stephen, Leonard (eds.). *Political Science in History: Research Programs and Political Traditions*. New York: Cambridge University Press, 1995.

horrores do totalitarismo, mas reservaram parcela considerável de horror à revogação dos procedimentos e regras do jogo democrático.

O exame reiterado desse problema levou-os a encontrar uma espécie de resposta comum, uma solução de razoável consenso quanto à sobrevivência dos métodos democráticos. Tanto para Truman, como para Dahl, Lipset, Berelson e outros, a chave para a estabilidade democrática reside na *overlapping membership*, as múltiplas filiações às quais os indivíduos se integram em uma sociedade aberta, de reduzida estratificação. Essas múltiplas filiações produzem, segundo esses autores, uma salutar crise identitária, do ponto de vista individual, que inibe a fixação de interesses coletivos definidos e duradouros, e, assim o fazendo, tendem a substituir a *ideologia* pelo *interesse individual*, pois em meio ao cipoal de filiações que a sociedade aberta permite e estimula, no jogo das muitas e efêmeras identificações, apenas o indivíduo e seu interesse permanecem constantes. O resultante desse estado de coisas, afirmam, é um espaço público de baixa voltagem, no qual os antagonismos se apresentam amenos, pois que limitados a temas como reajustes salariais, questões tributárias, previdenciárias e afins. Ocorre, por assim dizer, uma *diluição de interesses*, pois nunca se é apenas sindicalista, industrial, católico, protestante, civil, militar, etc, mas muitas dessas *personas* simultaneamente.

Os principais óbices à transição da ideologia para o interesse são a estratificação social rígida, e os grupos de interesse formados sobre essa base, mencionados por Truman²⁷¹, especialmente aqueles que se estruturam por critérios de classe. Esses grupos não apenas refletem, mas reforçam as clivagens sociais existentes de maneira desorganizada; exemplos de grupos com essa função são os partidos de integração mencionados por Lipset²⁷², como os partidos católicos e calvinistas europeus, que se orientam por ideologias unitárias e exclusivistas.

Um efeito colateral da diluição dos interesses inerente à sociedade aberta foi cedo percebido pelos behavioristas: a apatia, manifestada na atrofia das associações civis de cunho político e nos altos índices de abstenção eleitoral. Esse foi, porém, um efeito amplamente tolerado e, por vezes, exaltado como sinal de saúde e estabilidade democrática. Assim, segundo Berelson:

²⁷¹ Truman, 1951a, pp. 519-22.

²⁷² Lipset, op. cit. p. 87.

lack of interest by some people is not without its benefits too....Extreme interest goes with extreme partisanship and might culminate in rigid fanaticism that could destroy democratic process if generalized throughout the community²⁷³

Às experiências totalitárias europeias do século XX, Ball acrescenta outro fantasma que teria assombrado as imaginações da tendência comportamental: a República de Weimar e sua alta voltagem política, com índices elevados de participação e comparecimento eleitoral. A trágica ruína dos métodos democráticos em Weimar ao que parece instilou profundas reservas nos behavioristas quanto às virtudes da participação política irrefreada...

2.3.3: O Desvio Tecnocrático

A conquista, o aperfeiçoamento e a estabilidade do método democrático figuraram entre as preocupações principais dos behavioristas. Em narrativas como a de Farr, o compromisso tácito com a democracia pluralista aparece como atributo definidor da tendência. O compromisso democrático assumiu por vezes feição velada, por outras foi explicitado com clareza e distinção. Garceau, um representante desta última atitude, não deixou de perceber, não obstante seu entusiasmo democrático, uma tensão latente entre as orientações metodológicas do behaviorismo e a crença democrática secular na autonomia e racionalidade dos indivíduos, e em sua capacidade de tomar decisões consoantes a seus próprios interesses e crenças.

Garceau não enfrenta, ao menos diretamente, o dilema, e parece deixá-lo em aberto, alegando sem maiores desenvolvimentos que “Students of political behavior need not grasp either horn of such dilemma in order to push on with their immediately pressing work”²⁷⁴. Indiretamente, porém, Garceau parece lidar com esse incômodo deflacionando as expectativas clássicas a respeito do regime democrático e assumindo visão mais

²⁷³ Berelson, Bernard *apud* Ball, op. cit. p. 57.

²⁷⁴ Garceau, op. cit. p.69.

restrita de democracia, próxima à de Schumpeter. Em oposição às teorias centradas na participação direta e na cidadania, Garceau retrata o processo político democrático como fragmentado, descontínuo e fundado em incontornável “divisão do trabalho político”. Esta última, em vez de proscrita, é cogitada como elemento positivo, estabilizador do sistema, e o voto, como na teoria schumpeteriana, assume a função central de disciplinar o processo decisório, servindo de parâmetro para as escolhas das autoridades.

A noção procedimental de democracia parecia apresentar, para Garceau e outros behavioristas, poucos pontos de atrito com suas próprias crenças e práticas sobre o conhecimento, afinal, um método decisório implicaria apenas a existência de certas condições concretas ao lado das quais os métodos comportamentais poderiam coexistir sem maiores constrangimentos morais. No entanto, o método democrático, tal como Schumpeter e posteriormente Dahl o conceberam significava mais do que a mera existência de estruturas decisórias formais; ainda que Schumpeter, Dahl e os behavioristas almejassem uma concepção de democracia isenta de metafísica, como se viu nas seções precedentes, um mínimo metafísico foi preservado, com os conceitos de sensação e vontade; assim, em Schumpeter, a despeito de suas próprias alegações em contrário, o método democrático não se reduz à existência de institutos objetivos, formais, como as eleições periódicas ou o sufrágio universal.

É ostensiva a rejeição, em Schumpeter, da noção de que a vontade geral do povo governaria (ou deveria governar) todas as decisões tomadas por seus representantes. Mais do que apontar a polifonia das vontades, Schumpeter indica sua nulidade em relação à maior parte dos assuntos públicos: os indivíduos, argumenta, simplesmente ignoram, não se interessam ou são incapazes de compreender os problemas que caem sob o escrutínio de seus representantes. A vontade torna-se refém do que Kiraly denominou “forças de agregação do hábito”²⁷⁵, das tarefas mais prosaicas e coladas à experiência rotineira, mostrando-se tibia em relação a assuntos externos a essa dimensão adjacente. A democracia, porém, como Schumpeter a concebe, não dispensa o protagonismo da vontade individual e, por conseguinte, da agência humana, como sugerem diversas passagens de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Se a vontade dos indivíduos não é e nem pode vir a ser a matriz de todas as decisões públicas, ela surge em função mais restrita, mas ainda significativa: de escolha de lideranças. Assim,

²⁷⁵ Kiraly, op. cit. p. 116.

afirma Schumpeter: “o papel do povo é formar um governo”²⁷⁶ e, mais à frente, “A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão”²⁷⁷. Em ambas as passagens, o povo assume papel de sujeito, são-lhe franqueadas agência e vontade substantivas. Conclui-se, portanto, que a democracia não se resume aos métodos, aos mecanismos: é necessário que os métodos e mecanismos assegurem a efetivação da vontade popular *no que concerne à escolha de seus representantes*.

Esse aspecto é evidenciado, posteriormente por Dahl, e sua ênfase na expressão das preferências individuais como requisito da existência de um processo genuinamente democrático²⁷⁸. O voto, embora usualmente traduza preferências individuais, pode, por vezes, representar algum tipo de coação, como nos processos eleitorais viciados dos regimes autoritários. Diante desse dilema, Dahl introduz uma série de condições suplementares ao voto para a instauração de um processo decisório genuinamente democrático, isto é, que reflita fielmente as opiniões individuais. Algumas dessas condições, como o próprio Dahl reconhece, apresentam natureza quase utópica, como a possibilidade de que: “Any member who perceives a set of alternatives, at least one of which he regards as preferable to any of the alternatives presently scheduled, can insert his preferred alternative(s) among those scheduled for voting”²⁷⁹ e a necessidade de que “All individuals possess identical information about the alternatives”²⁸⁰. A liberdade de inserir alternativas não previstas e escolhê-las sem o risco de coerção oficial e a distribuição igualitária das informações, de modo a impedir a manipulação do processo decisório por um grupo que eventualmente detenha seu monopólio tornam, afirma Dahl, o *método do voto* mais apto a expressar desejos íntimos, vontades substantivas e não apenas atos de resignação diante de alternativas autoritariamente dispostas.

A adesão dos behavioristas à formulação democrática schumpeteriana/dahlsiana, como se vê, não os eximiu de lidar com a metafísica da vontade e com a atuação de sujeitos dotados de relativo grau de autonomia frente ao influxo de forças externas. Essa adesão ou compromisso, como descreveu Garceau, mostrou-se inconciliável com a antropologia comportamental, a noção de homem resultante da *paideia* behaviorista. A

²⁷⁶ Schumpeter, op. cit, p.321.

²⁷⁷ Ibid. p.339.

²⁷⁸ Dahl, 1956, p. 67.

²⁷⁹ Ibid. p.70.

²⁸⁰ Ibid.

tensão percebida por Garceau pode ser sintetizada como o contraste entre a antropologia democrática e a antropologia comportamental.

Na obra de Schumpeter, esse contraste se apresenta com especial nitidez. Seu modelo democrático, como vimos, acentua a agência popular na formação do governo; por outro lado, em diversos momentos, fenômeno inverso é assinalado: o papel do governo, ou das lideranças, na formação e articulação da vontade popular, processo que Schumpeter intitulou “vontade manufaturada”²⁸¹. Sua própria análise da vontade individual²⁸² parece embutir uma concepção mista: na esfera adjacente, nos problemas prosaicos com os quais os indivíduos se defrontam, que são de seu interesse imediato e de fácil compreensão, a vontade exhibe natureza autônoma; nos assuntos distantes, relativos à política ou economia em nível nacional, a vontade se presta com facilidade à manipulação e à influência de estímulos externos.

A antinomia entre os homens democrático e comportamental deriva da atribuição da vontade autônoma ao primeiro e da vontade heteronômica, manipulada, ao segundo. A própria posição de Schumpeter não visa de fato a desenvolver uma síntese, uma possível conciliação entre os dois tipos de vontade, mas identificar domínios apartados para uma e outra, evidenciando seu caráter antinômico. Mais do que isso, a antropologia comportamental assume sensível preponderância em seu sistema, uma vez que “abre-se para todos, fazendo parte de um horizonte muito mais largo, campo mais estreito (...) que se distingue por um senso de realidade, familiaridade e responsabilidade”²⁸³. A vontade autônoma se reduz, portanto, a parcela quase insignificante da experiência humana global.

A aposta dos behavioristas na “vontade manufaturada” os distancia, portanto, da própria ideia de democracia que acreditavam patrocinar. Ao focalizarem as regularidades comportamentais, os adeptos da tendência imputaram aos indivíduos o caráter de objetos, cujos movimentos poderiam ser previstos e (re)direcionados com relativo grau de precisão. A ideia de indivíduos-objetos é complementada pela de indivíduos-sujeitos: se há os primeiros, há também os segundos, aqueles capazes de produzir, acolher e aplicar o conhecimento adquirido sobre as variações do comportamento humano. Estes últimos compõem ou subsidiam o quadro de

²⁸¹ Schumpeter, op. cit. p. 323.

²⁸² Ibid. pp 307-316.

²⁸³ Ibid. p. 310.

especialistas voltado à formulação das “technocratic policy analysis”²⁸⁴, políticas públicas orientadas pela racionalidade instrumental, ciosas da otimização de recursos, redução de riscos e eficiência na consecução de fins previamente estabelecidos. Seu *locus* não é exclusivamente o Estado, mas qualquer instituição capaz de mobilizar os recursos necessários à manufatura das vontades. Trata-se de uma camada social antagônica à democracia - tanto a clássica como a de Schumpeter e Dahl, por governar o *demos*, manobrando suas ações, e não o inverso; trata-se da tecnocracia.

Conclusão

Nas seções anteriores, busquei caracterizar o behaviorismo como tendência intelectual, como uma visão particular sobre a natureza do conhecimento científico, da natureza humana e da experiência política, tendo por base o octálogo de Easton, uma das mais completas interpretações dessa visão. Apresentei, ainda três aspectos da tendência ausentes da descrição de Easton, cada qual atrelado a uma expectativa: de progresso científico, de depuração dos problemas políticos, de modo a torná-los manejáveis pelos pesquisadores e de aprofundamento do arranjo democrático-pluralista. Busquei, ainda, compreender as razões de algo percebido por boa parte dos behavioristas mencionados nas seções anteriores: o malogro da tendência em entregar aquilo que prometera.

Enquanto alguns adeptos da tendência viram nesse malogro um acidente, associado à adesão irresoluta a seus princípios, opus a essa percepção a hipótese de que a aplicação do modelo científico comportamental a um universo sensivelmente distinto daquele em que o modelo se originou (o mundo das coisas) seria a principal responsável pelos resultados imprevistos daí ocasionados: estagnação do conhecimento, sensação de desfiguração de seus objetos e reforço das políticas públicas tecnocráticas.

Ao longo do capítulo, visei ainda explicitar outro considerável resultado imprevisto do assentimento à tendência: a fixação de uma metafísica, em oposição ao destacado pendor anti-metafísico nela contido. Não obstante a mobilização de uma gramática empirista, das conclamações ao mundo real ou “phenomenal world”²⁸⁵ e do elogio à parcimônia teórica, os behavioristas tiveram que lidar com categorias de incontornável

²⁸⁴ Fischer, op. cit. p. 5.

²⁸⁵ Easton, David. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley, 1965, p.471.

imaterialidade: vontade, sensação, racionalidade e outras mais. Na dimensão política, a declarada neutralidade também não se observou: os adeptos da tendência compartilharam um mal dissimulado viés à democracia liberal como procedimento decisório e traçaram um desenho pluralista da *politeia*, no qual diferentes interesses cruzados se compõem e contrapõem, permitindo uma configuração pública estável, em que as paixões violentas das identidades unitárias são supostamente aplacadas pela dispersão do *self* político nas múltiplas direções da vontade.

CAPÍTULO 3: Paradigma e Paradoxo

3.1: Anti - Cientismo, Anti - Behaviorismo

A tendência comportamental se estabeleceu na ciência política “sob o signo de Marte”²⁸⁶. Desde antes de sua emergência como tendência expressiva, nos anos 50, o behaviorismo insular de homens como Merriam, Catlin, Lasswell e outros teve de arrostar críticas e contra-argumentos de diversos matizes, que punham em xeque suas premissas de base sobre a natureza da ciência e da política. Esses argumentos não se direcionavam, ao menos de forma direta, à ainda embrionária tendência, mas ao movimento no seio do qual ela foi gestada, o cientismo. Dos anos 50 em diante, as críticas se intensificaram, diante da emergência, consolidação e expansão do behaviorismo na academia norte-americana, em maior medida, mas também em outros centros.

As principais objeções ao cientismo no estudo da política enfatizaram dois aspectos relacionados, porém distintos: (I) a natureza supostamente errática do comportamento humano, carente da previsibilidade distintiva dos fenômenos naturais e (II) a singularidade dos fenômenos sociais, que os faria imensuráveis e impróprios à generalização, também em contraste com o domínio da natureza.

O primeiro aspecto foi realçado por Charles Beard²⁸⁷, um crítico da aproximação desapaixonada e notavelmente indutiva que o *more* científico naturalista inspirara na ciência política já nas primeiras décadas do século XX. Beard, ao avaliar a possibilidade de que as ciências sociais pudessem alcançar o mesmo grau de certeza, precisão e generalidade alcançado pelas ciências naturais explicitou seu ceticismo, sugerindo que o máximo que as primeiras poderiam alcançar seriam leis causais parciais, circunscritas a estreitos limites espaço-temporais. Ainda assim, essas leis teriam por efeito não a previsão de eventos específicos, mas de tendências favorecidas ou não pelas condições

²⁸⁶ A expressão é de Raymundo Faoro, extraída de contexto muito diverso. Cf. Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder. Rio de Janeiro: Globo, 1958, p. 3.

²⁸⁷ Beard, Charles. *The Nature of Social Sciences in Relation to Objectives of Instruction*. New York: Charles Scribner's sons, 1934.

em que se desenvolvem; nesse sentido, as ciências sociais, tais como Beard as vê estariam mais próximas de indicar eventos que *não* acontecerão, isto é, de excluir a possibilidade de ocorrência de certos fenômenos, presentes certas condições específicas, deixando em aberto outras muitas possibilidades, em maior ou menor grau. Essa incerteza congênita das ciências sociais leva Beard a declarar que se as ciências sociais fossem genuinamente científicas, “it would enable us to predict the essential movements of society in the year 2000 or the year 2500 just as astronomers can map the appearances of the heavens at fixed points of time in the future”²⁸⁸.

Beard parece oscilar entre a descrença nas ciências sociais e a atribuição a elas de um papel mais modesto que o de suas congêneres naturais, porém ainda relevante em termos de utilidade pública. Assim, além das leis causais parciais e severamente circunscritas, as ciências sociais seriam aptas, para o autor, a prover descrições rigorosas dos fenômenos sociais, despidas dos erros e preconceitos tipicamente encontrados no saber comum dos homens. O cultivo dessa versão - ainda que modesta - das ciências sociais contribuiria para evitar, diz Beard, a ruína da civilização moderna e sua imersão em um estado de “primitive barbarism”²⁸⁹.

Objecção no mesmo sentido foi apresentada por William Elliott, em artigo no qual contesta posições de dois eminentes adeptos do cientismo: William Munro e George Catlin. A capacidade preditiva e explanatória das ciências sociais é prejudicada, segundo Elliott, pela natureza de seu objeto, as ações humanas, emanadas de agentes capazes de auto-direção e de adaptar-se criativamente às exigências de seu meio²⁹⁰. Elliott, porém, aponta outra dificuldade, a segunda aludida acima, acerca da singularidade dos fenômenos sociais. Ambas as objeções apresentam relativa afinidade, pois de agentes singulares é razoável esperar algum grau de imprevisibilidade; no entanto, convém assinalar a independência dos argumentos. Caso fosse verificada absoluta previsibilidade no comportamento humano em algum contexto, o primeiro argumento teria de ser descartado, mas não o segundo. Ainda que previsíveis, os comportamentos se refeririam a agentes *sui generis*. Qualquer generalização erigida sobre essa base seria inadequada e as regularidades observadas, ilusórias, pois os

²⁸⁸ Ibid. p. 29.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Elliott, William. *The Possibility of a Science of Politics: With Special Attention to Methods Suggested by William B. Munro and George E.G. Catlin* In: Rice, Stuart (ed.). *Methods in social science: a case book*. Chicago, Chicago University Press, 1931, p. 79.

indivíduos guardam entre si profunda dessemelhança. O corolário dessa concepção pode ser encontrado na seguinte proposição de Elliot: “Each personality, each regime, is unique because it is historical, and that, it is claimed, is the case with all political facts, including political institutions”²⁹¹.

Elliott reconhece que a singularidade dos fenômenos não é um problema exclusivo das ciências sociais; dificilmente pode-se afirmar que dois ou mais fenômenos naturais sejam rigorosamente equivalentes. No entanto, o grau de semelhança entre dois objetos macroscópicos é incomparável à costumeira e flagrante dessemelhança entre fenômenos políticos, como instituições, revoluções ou eleições. No primeiro caso, pode haver alguma singularidade residual ou microscópica, mas insignificante em termos práticos, enquanto no segundo, as diferenças são demasiadamente significativas para que sejam ignoradas da análise. Ademais, as ciências naturais contam com um notável expediente de mitigação das singularidades: a redução às unidades básicas, mais simples e receptivas à comparação precisa, como as células na biologia, os elétrons na física ou os anos-luz na astronomia. Esse expediente, segundo Elliott, não é aplicável às ciências sociais, embora tenha sido ensaiado por Catlin, que propôs a redução dos fenômenos políticos ao *political man* e ao *political act*: “that [act] of man in his relation to the wills of his fellows in control, submission and accomodation”²⁹².

Essas abstrações inspiram-se, segundo Elliott, na ideia de *homo economicus*, mas, assim como a última, simplificam indevidamente a realidade, constituindo falsas unidades básicas. O que há são indivíduos concretos, multifacetados, complexos. Atribuir-lhes mais simplicidade do que aquela presente em fenômenos “macroscópicos”, como instituições, revoluções ou eleições constitui grave equívoco, para Elliott, pois “The individual (...) is still too unexplored and uncharted a realm”²⁹³. A conclusão a que chega Elliott aproxima-se à de Beard: o conhecimento científico em assuntos sociais e políticos é possível, mas de forma severamente limitada em comparação ao âmbito da natureza. Suas tarefas se resumiriam à descrição e comparação objetivas, e seus métodos deveriam aproximar-se dos do historiador, não do cientista experimental.

²⁹¹ Ibid. p. 79.

²⁹² Ibid. p. 83.

²⁹³ Ibid. p. 86.

O anti-cientismo de Hans Morgenthau inclui os argumentos expostos por Beard e Elliott, mas destaca-se por sua dimensão paroxística. Às objeções da imprevisibilidade e singularidade, Morgenthau acrescenta as limitações e preconceitos que se impõem ao cientista social na consideração de seus problemas. O mundo político é não apenas objeto inerte de investigação, mas desperta paixões e impulsos sobre os pesquisadores, que resultam na manifestação de tabus, vieses e direcionamentos. Poucos são os cientistas sociais que, segundo Morgenthau, logram atravessar a barreira da boa consciência social e alcançar as verdades científicas por ela encoberta.

À semelhança de Beard e Elliott, Morgenthau concebe as ciências sociais com escopo rigidamente reduzido, mas não se resigna diante desse estreitamento. Recusa-se, em primeiro lugar a situar a verdade como acessível apenas pelas vias da razão e da ciência: “There is only one truth, the truth of science, and by knowing it, man would know all. This was, however, a fallacious answer”²⁹⁴. Uma porção considerável dos problemas políticos escapa à aproximação científica, como forma de equacioná-los – Morgenthau enfatiza o terreno das relações internacionais como especialmente desfavorável ao aporte de propostas baseadas no método científico, mas essa deficiência abrange toda a esfera das relações sociais, uma vez que “any single cause in the social sphere can entail an indefinite number of different effects, and the same effect can spring from an indefinite number of causes”²⁹⁵.

Enquanto os demais anti-cientistas pareciam aceitar que, embora deficientes, as ciências sociais compunham o máximo conhecimento possível a respeito da política, Morgenthau as considera apenas um dos modos de conhecimento possíveis, e certamente, não o mais importante. Mais do que apresentar os equívocos e insucessos recorrentes dos cientistas sociais na aplicação de seu saber, o autor observa os acertos e sucessos de homens desprovidos de conhecimento científico significativo, mas capazes de alcançar *insights* notáveis, sejam de ordem prática ou analítica: Robert Walpole, Aristide Briand, Tocqueville, entre outros. Esse modo alternativo de conhecimento, superior ao racional-científico é descrito por Morgenthau de diversas formas: como uma arte, uma sabedoria, uma força moral, um *insight*, todos associados às figuras do homem-de-estado e do *gambler*, em oposição às do engenheiro e do cientista. Os primeiros distinguem-se pela capacidade de lidar com as contingências por antecipação,

²⁹⁴ Morgenthau, Hans. *Scientific Man Vs. Power Politics*. London: Latimer House, 1947, p. 126.

²⁹⁵ *Ibid.* p. 127.

imaginando prováveis cursos de ações e suas consequências *sem a precisão requerida pelo engenheiro e o cientista*, ou seja, de maneira tateante e intuitiva. O destaque concedido aos atributos não-rationais na obra de Morgenthau levou Popper a defini-la como exemplo de um condenável espírito de “despair of reason”²⁹⁶ no mundo contemporâneo.

Os três autores abordados comungam não apenas o pendor anti-cientista, mas também uma percepção básica sobre o conhecimento científico, uma imagem de ciência social restrita ao escrutínio dos fatos e suas relações, direcionada, prioritariamente, aos exercícios de observação, explicação causal e predição. Elliott, por exemplo, declara: “Whenever facts are capable of being given an organized arrangement, there we have a science”²⁹⁷; e Morgenthau: “scientist conception of nature and society, by concentrating upon the discovery of causal connections between natural and social phenomena, has extended the frontiers of knowledge immensely”²⁹⁸. A premissa implícita nessa imagem de ciência é a de que se trata de um empreendimento basicamente empirista e nomotético.

A consolidação do behaviorismo a partir dos anos 50 ocasionou a aparição de novas contestações, direcionadas, desta vez, diretamente à tendência. Entre as mais conspícuas dessas investidas, motivadora de extenso debate na *American Political Science Review*, figura o volume *Essays on the Scientific Study of Politics*, editado por Herbert Storing. Dos cinco ensaios aí constantes, três visam explicitar as fraquezas e incoerências presentes nas reflexões de Arthur Bentley, Herbert Simon e Harold Lasswell, um se direciona, genericamente, ao sub-campo comportamental dos *voting studies* e o Epílogo visa oferecer uma síntese das críticas apresentadas, além de indicar possíveis caminhos alternativos para a ciência política. Em relação aos argumentos anteriores, a principal novidade contida no volume é o que se pode designar como crítica política e moral ao behaviorismo, em contraposição às críticas anteriores, de caráter basicamente epistemológico.

²⁹⁶ Popper, Karl. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. New York: Basic Books, 1962, p. 340.

²⁹⁷ Elliott, op. cit. p. 77.

²⁹⁸ Morgenthau, op. cit. p. 124.

O Epílogo de Leo Strauss é representativo desse outro padrão de crítica. Ao passo que identifica e reafirma as mesmas deficiências apontadas por Beard, Elliott e Morgenthau, Strauss identifica na nova ciência vestígios do que intitula “dogmatismo ateísta”, pelo fato de que as religiões no *framework* comportamental constituem dados da situação, variáveis sociológicas, restando excluída *a priori* a possibilidade de serem incorporadas à análise na condição de Revelação, como verdade objetiva, tanto para o observador como para os indivíduos observados. Como Morgenthau, Strauss investe contra a noção de exclusividade do conhecimento científico, e aponta as propriedades epistemológicas superiores do *common sense*: trata-se do domínio da evidência irreduzível, da certeza imediata, uma forma primária, fundamental, de conhecimento que alicerça os conhecimentos de segunda ordem, como o científico e o filosófico. Ao senso comum são atribuídas qualidades metafísicas, uma metafísica espontânea, cujas verdades aí apreendidas não admitem dúvidas quanto ao seu conteúdo atual. Dessa perspectiva, soaria equívoco falar-se em crenças, pois o senso comum é o reduto da apreensão objetiva e categórica da realidade. A posição subordinada da ciência transparece: “If a logical positivist tries to give an account of a thing or a formula for a thing in terms of mere sense data and their composition, he is looking, and bids us to look, at the previously grasped thing”²⁹⁹.

A argumentação de Strauss conduz sua crítica à rejeição da visão comportamental de ciência, mas sua prescrição não envolve a simples resignação diante de suas deficiências, ou o uso de faculdades como a intuição e a sabedoria para fins compreensivos e práticos; sua prescrição estabelece a conveniência de se subordinar a compreensão da realidade política tal como se apresenta a imperativos políticos abstratos, imunes ao que Platão designara “vicissitudes da geração e da corrupção”³⁰⁰. O *Ought* assume, portanto, precedência ontológica sobre o *Is*, de modo que: “what is most important for political science is identical with what is most important politically”³⁰¹. Entre as propriedades excelsas do senso comum, encontra-se, segundo Strauss, a de conectar os homens ao todo do qual constituem uma ínfima parte e em relação ao qual as partes adquirem sentido. O behaviorismo, ao distanciar-se do senso comum, em favor de parâmetros analíticos e racionais, distanciou-se também da apreensão dos *wholes*;

²⁹⁹ Strauss, Leo. *An Epilogue* In: Storing, Herbert. *Essays on the Scientific Study of Politics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 315.

³⁰⁰ Platão. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 192.

³⁰¹ Strauss, op. cit. p. 318.

assim o fazendo, priorizou os particulares: ações individuais, opiniões particulares, moralidade subjetiva, etc, violando princípio fundamental da filosofia clássica: só se compreende o menor pelo maior, o inferior pelo superior, não o contrário.³⁰²

À “nova” imagem de ciência política, comportamental, Strauss contrapõe a “velha”, aristotélica, enfatizando a superioridade desta última por não desprezar o senso comum e os *wholes* aí apreendidos; dentre estes, o que interessa diretamente à ciência política é o bem comum, aviltado pelas objeções de Schumpeter, Dahl e outros representantes da nova ciência. A velha ciência política, objeto da nostalgia de Strauss, pode ser descrita como subordinada ao bem comum e incumbida de aproximar a experiência concreta dessa abstração tanto quanto possível. A questão que se imporia, assim, ao pesquisador eleitoral não seria “que fatores determinam o voto?”, mas “como garantir que os votos contribuam para o bem comum, se isto for possível?”.

Se Beard, Elliott e Morgenthau contrapuseram-se ao cientismo e ao behaviorismo lhes prescrevendo ajustes tópicos e mantendo intacta a crença na unidade das ciências sob o modelo nomotético, Strauss por sua vez moveu-se ao extremo, contestando a própria concepção contemporânea de ciência política (e talvez de todas as demais ciências) como atividade dedicada primordialmente à observação, descrição e compreensão, ainda que atravessada indelevelmente por valores. O espaço intermediário entre a aceitação incondicional ao modelo naturalista de ciência e seu completo descarte restou esvaziado no bojo do movimento crítico que, duvidoso das promessas racionalistas, orientou grande parte de sua atenção ao cientismo e ao behaviorismo ao longo do século XX.

3.2 – O debate sem fim

Proposições críticas ao behaviorismo como as acima apresentadas não passaram despercebidas por seus adeptos. Os behavioristas engajaram-se, assim, em um diálogo vivo com seus opositores, que teve entre seus efeitos mais visíveis a conservação, nos escritos da tendência, de traços, por vezes ensaísticos, por vezes tratadísticos e a

³⁰² Cf. Platão, op. cit. p. 182: “Diremos, então, que o filósofo deseja a sabedoria, não nesta ou naquela de suas partes, mas no seu conjunto”.

ausência, ao menos no nível desejado, de testes, experimentos, coleta de dados e outras tarefas aplicadas, continuamente prescritas pelos próprios behavioristas.

A percepção do ensaísmo ou tratadismo comportamental remonta a seus pioneiros: Merriam, ao comentar o legado de Wallas para a disciplina observa:

Seldom systematic in his work, the writings of Wallas have been suggestive and stimulating, and have aroused widespread interest in the fundamental basis of political phenomena. *Essentially a classicist in training and an essayist in style*, Wallas found it difficult to put into actual practice the doctrines he preached, and never made much use of the experimental or statistical methods³⁰³ [grifo nosso]

O próprio Merriam, entretanto, não poderia ser considerado um exemplo de pesquisador sistemático e experimental. Sua obra mais conhecida, *New Aspects of Politics* assemelha-se em muitos aspectos à “tratadística estéril”³⁰⁴ sobre a natureza humana que Merriam identificou nos séculos XVII e XVIII. O tema está presente, sobretudo na asserção de que a natureza humana é suscetível ao exame científico – sobretudo pela psicologia, uma vez que o homem é um ser natural, mundano, e, como tal, observável, sujeito à exploração empírica sistemática. Inúmeras são as recomendações de Merriam para a ciência política: que se adapte aos novos tempos, marcados pelo declínio das tradições, da filosofia moral e dos dogmas religiosos e sequioso por resultados, descobertas significativas do ponto de vista utilitário; que incorpore os métodos estatísticos, pródigos em benefícios nas demais ciências; que adquira uma gramática comum como impulso à cooperação, etc.. Eulau, não sem razões, classificou a obra de Merriam como um “Programmatic Statement”³⁰⁵ da tendência comportamental.

Entre as proposições “programáticas” de Merriam, pode-se observar algumas considerações contrárias às alegações anti-cientistas acima aludidas. A concepção de agentes sociais capazes de auto-direção, como queria Elliott, é contrastada pela visão das interações políticas oferecida por Merriam: “They are reactions, responses,

³⁰³ Merriam, 1931, p. 73.

³⁰⁴ Ibid.p.88.

³⁰⁵ Eulau, 1963, p. 11.

tropisms, that are the result of social situations and of social training and experience”³⁰⁶. Aqui, Merriam aproxima-se do irracionalismo característico da filosofia de Wallas e reafirma a crença na condição heteronômica do homem, despido, afinal, das qualidades transcendentais que lhes atribuíam os anti-cientistas. A atenção dispensada pelos behavioristas a essa questão pode ser interpretada como um meio de afastar as desconfianças anti-cientistas quanto à previsibilidade de seu objeto, o que condenaria a ciência comportamental a um trabalho de Sísifo, sempre desconstruído pelas novas circunstâncias e capaz de prover apenas previsões pouco confiáveis e estreitamente limitadas no tempo e no espaço.

Easton, por sua vez, enxergou os argumentos anti-cientistas como parte de fenômeno mais amplo, um “pessimistic mood”³⁰⁷, caracterizado pela descrença aguda em relação às possibilidades de a razão e seu corolário, o método científico, proporcionarem bem-estar coletivo e reforçarem valores como liberdade, segurança, justiça, entre outros. Easton identifica a origem deste *humour* na percepção social de que ao ostensivo progresso científico alcançado ao longo do século XX não corresponderam progressos comparáveis do ponto de vista moral e, na percepção, ainda, de que em certas ocasiões a relação entre progresso e moralidade se deu de forma proporcionalmente inversa, como testemunham as experiências de Hiroshima e Nagasaki.

A inclinação pessimista, assim, se por um lado modulou o otimismo *naive* dos séculos XVII e XVIII e produziu uma salutar desconfiança quanto à húbri racionalista, por outro, conduziu os estudiosos da política a um irracionalismo regressivo, a um ceticismo radical que rejeitou *ex ante*, qualquer possibilidade de as ciências sociais encontrarem regularidades gerais e duradouras no comportamento humano.

Uma manifestação desse estado de espírito, particularmente nociva para o progresso das ciências sociais é, segundo Easton, o enunciado comum entre os anti-cientistas de que o valor das leis causais em ciências sociais é sempre severamente limitado no tempo e no espaço ou “culture-bound”³⁰⁸. Para Easton, esse enunciado contém apenas uma questão de fato: as generalizações produzidas nas ciências sociais até então se verificaram apenas em contextos particulares; no entanto, essa questão de fato não deveria assumir o falso papel de uma *hipótese corroborada* sobre a particularidade

³⁰⁶ Merriam, 1931. p. 88.

³⁰⁷ Easton, 1953, p. 16.

³⁰⁸ Ibid. p. 31.

inerente das regularidades sociais. Ao assumirem essa limitação como evidente, os anti-cientistas incorreram, segundo Easton, em uma precipitação, pois poucos foram os esforços, no âmbito das ciências sociais, para se alcançar leis universais, permanentes no tempo e no espaço – uma tarefa que Easton considera tão incipiente quanto indispensável. Ecos do otimismo eastoniano podem ser verificados na mensagem presidencial da APSA de 1961, de Emmett Redford. Ao destacar a expansão dos estudos comparativos entre nações na disciplina e a superação do paroquialismo que a marcara até a eclosão da Segunda Guerra, Redford ressalta a oportunidade de, com a internacionalização dos estudos políticos, se alcançar “propositions about universal political realities”,³⁰⁹.

Outro princípio central do anti-cientismo, relativo à singularidade dos fenômenos sociais, foi retrucado por Deutsch. Uma primeira ponderação se assenta em um absurdo contido na ideia de absoluta singularidade: se singulares fossem, os fenômenos não se dariam a conhecer, não interagiriam nem entre si, nem com seus observadores:

if it were radically unique it could be neither observed nor recorded, nor could it be known. Any object or event that can interact with others sufficiently to make a difference to their outcome must have suficiente structural similarities to permit such interaction³¹⁰

Faz-se necessário considerar, portanto, a similaridade estrutural entre os fenômenos e destes com a mente, como evidência da dimensão comunal, não-singular, dos fenômenos. Não obstante, se poderia redarguir que permaneceria, ao lado desta natureza comunal, um considerável “coeficiente de singularidade”, inibidor do conhecimento geral e sistemático. Neste ponto, Deutsch deriva seu argumento da teoria do conhecimento que expõe nas primeiras páginas de *The Process of Government*. A tese da singularidade parece sustentar-se, segundo Deutsch, sobre bases frágeis, isto é, sobre uma concepção de conhecimento que desconsidera a natureza seletiva do conhecimento e reduz os homens a receptáculos inertes dos *sense-data*. Convém recordar que essa concepção foi descrita, nos capítulos anteriores, como a “teoria do conhecimento do

³⁰⁹ Redford, Emmett. *Reflections on a Discipline* In: American Political Science Review, Vol. 55, No. 4 (Dec., 1961), pp. 755-762, p. 756.

³¹⁰ Deutsch, op. cit. p. 14.

espectador”, associada, entre outras tendências, ao behaviorismo. Dois aspectos devem ser realçados aqui: primeiro, nada impede que a teoria do conhecimento que alicerça o behaviorismo sirva como fundamento a tendências a ele opostas, e segundo, a teoria do conhecimento avançada pelo behaviorista Deutsch representa, de fato, um distanciamento em relação à “teoria do espectador”, mas não uma ruptura completa. Vejamos: os anti-cientistas, ao afirmarem que os indivíduos, os grupos, os governos, as revoluções ou as guerras são eventos singulares, e como tal devem ser analisados, descuidam-se de duas operações básicas do intelecto, sem as quais as mais simples formas de conhecimento são inconcebíveis: a omissão e a seleção. Assim, para Deutsch, “To know always means to omit and to select. In this sense, no knowledge is completely objective”³¹¹.

Assim, a mente continuamente seleciona, recorta a realidade, e assim o fazendo, se torna capaz de abstrair de experiências singulares, aspectos comuns, padrões. Esse processo, Deutsch denomina-o conhecer por símbolos ou modelos. A mente humana opera assim, em lógica homóloga à dos mapas e diagramas, que agregam aspectos comuns, em um mesmo plano, de fenômenos muito distintos – como os países concretos em relação aos mapas de referência. Neste ponto, é possível reconhecer o distanciamento moderado de Deutsch à “teoria do espectador”: se é verdade que o sujeito não é espectador passivo, e que a mente atua sobre a realidade, é verdade também que para Deutsch não é questionável a ideia de uma realidade objetiva e unívoca, o “real world” dos behavioristas, mencionado no capítulo anterior. Em relação a essa realidade, o homem é ainda um espectador, embora um *espectador seletivo*.

Dessa perspectiva, a noção de singularidade dos fenômenos perde muito de seu valor originário. Ela pode ser imaginada um suposto atributo da experiência bruta, apartada da percepção humana, mas desde que mente e mundo se encontram, o que se verifica é a percepção constante de padrões, traduzidos em símbolos e modelos abstratos. Ora, se a mente é capaz de atuar sobre os fenômenos, de abstrair seus aspectos comuns, completa Deutsch, eles não podem ser *a fortiori* qualificados como essencialmente singulares, a não ser por uma indevida petição de princípio. Dito de outro modo, a ideia de singularidade só poderia ser compreendida em termos hipotéticos, pois o que a experiência ordinária nos atesta é seu oposto: a comparabilidade geral dos fenômenos.

³¹¹ Ibid. p. 5.

A atenção dispensada pelos behavioristas a seus opositores resultou na permanência do ensaísmo e do tratadismo já mencionados, e deu forma à estrutura dialógica que atravessou a ciência política, pelo menos até os anos 50. Em meio aos inúmeros *programmatic statements*, a disciplina conservou desde o início do século uma destacada tendência ao debate. Lindblom foi dos poucos a reconhecer essa característica sem censurá-la, admitindo a possibilidade de que o debate possa ser o “método” mais compatível com a natureza do conhecimento político, e que tentativas de revogá-lo encontrariam, seguramente, resistências e dificuldades expressivas.

Lindblom³¹² ressalta que o debate não é exclusividade das ciências sociais, mas apenas nestas, seu resultado não é, amiúde, a vitória de uma das partes, mas a continuação e a atualização do debate em novos termos. Os behavioristas, nesse contexto, se viram diante de um dilema: sua filosofia os impelia a rejeitar o debate sem fim, e a defender a necessidade de se proclamar os vitoriosos do debate – as teorias sobre o comportamento testadas e provadas no tribunal da experiência. Os impelia, ainda, a detalhar quantitativamente os seus achados, a refinar suas descobertas, tarefa dependente da prévia aceitação dessas descobertas como verdadeiras. A prática behaviorista, porém, se distanciava de sua filosofia: sendo incapazes de, por decreto, abolir o debate e apontar seus vencedores, nele imergiram; assim, indica Lindblom, ironicamente:

Schumpeter, for example, never constructed anything that could pass for testing, verification, demonstration, or proof of his interpretation of democracy as competition for leadership (...) In the same light, consider, as other examples, the work of David Truman, David Easton, E.E Schattschneider, Lasswell, Almond, Dahl, and Theodore Lowi³¹³

³¹² Lindblom, op. cit. p. 261.

³¹³ Ibid.

Um sinal expresso da atenção behaviorista ao debate, de sua preocupação em adentrá-lo – ainda que visando encerrá-lo – pode ser inferido da presença constante, nas coletâneas de artigos e ensaios produzidos por seus adeptos, de representantes de perspectivas rivais; é o caso, por exemplo, da coletânea *Methods in Social Science*, editada por Stuart Rice, na qual Elliott apresenta suas objeções anti-cientistas; de *Behavioralism in Political Science*, editado por Eulau, contendo ensaio crítico de Christian Bay e de *The Limits of Behaviorism in Political Science*, editado por James Charlesworth, que abriga as objeções de Russel Kirk à tendência.

O incômodo, entre os behavioristas, com a continuidade do debate se fez explícito em diversas ocasiões. Segundo Waldo, na ciência política americana dos anos 50, “Controversy is continuous. What one applauds as a trend, another deplures. What one hopes, another fears.”³¹⁴; e a respeito dessas disputas, “some political scientists regard them as sterile or pernicious – wasting time and energy that might be devoted to substantive research”³¹⁵. Kirkpatrick, por sua vez, identificou como resultante do endêmico dissenso uma aguda crise identitária, um estado geral de insatisfação e introspecção na disciplina, esta última explicitada pelo contínuo questionamento entre seus componentes: “What are we about?”³¹⁶. E Eulau enxergou no “interminable debate”³¹⁷ ao qual os pesquisadores originais são submetidos um ímpeto conservador irrefletido, produto do hábito, do apego cego ao passado.

Entre os efeitos mais nocivos dessa contenda interminável estava, para os behavioristas, a ausência de descobertas e, *ipso facto*, do almejado progresso cumulativo. Se, de dentro do grande diálogo em que se inseriram, parecia improvável a emergência de teorias vitoriosas, de uma língua comum, de compromissos com seus contendores, a alternativa que se apresentava no horizonte era a retirada, a saída do debate e o isolamento dos behavioristas em uma comunidade fechada, direcionada antes à pesquisa sistemática do que à argumentação, ao exercício de sua persuasão.

3.3: A ascensão do paradigma

³¹⁴ Waldo, op. cit. p. 20.

³¹⁵ Ibid. p. 19.

³¹⁶ Kirkpatrick, op. cit. p.5.

³¹⁷ Eulau, 1963, p. V.

O desejo de um *common ground*, de uma gramática e um projeto unificado atravessou as reflexões dos behavioristas desde, pelo menos Merriam, um dos que mais insistiu na necessidade de um prévio *agreement on fundamentals* para que a ciência do comportamento político avançasse e alcançasse resultados notáveis. Merriam questiona:

But if professional students of politics cannot come together to discuss even the fundamentals of political prudence because of the fear of violent disagreement, should not that circumstance cause sober reflection as to their fundamental preconceptions; and might it not suggest remodelling and reorganization of their methods?³¹⁸

Duverger, décadas mais tarde, lamentou a condição ainda babélica da ciência política de seu tempo: “Nenhuma tipologia de base dos grupos sociais é aceita, de um modo geral, pelos especialistas (...) Na falta de uma língua comum, cada um deve efetuar espécies de traduções, sempre difíceis, sempre aproximativas³¹⁹”.

O desejo de aprofundar a ciência comportamental, de retirá-la do irresolúvel “conflito das filosofias”³²⁰, padronizar seus métodos e torná-la cumulativa foi traído em outras inúmeras proposições, como a de Eulau: “The critical characteristic of the scientific culture is its cognitive intersubjectivity: that is, the agreement among scientists that the observed phenomena are, in fact, what they are alleged to be”³²¹. A ênfase de Catlin³²² sobre a necessidade de se construir uma fórmula para a mensuração das relações de controle entre os indivíduos enquadra-se na mesma perspectiva, uma vez que entre as principais atividades de uma ciência aplicada se encontra a chamada articulação do paradigma, a fixação de constantes e leis quantitativas concernentes a problemas por ele abertos. Easton, mais tarde³²³, ofereceu um *framework* comportamental para futura articulação, um modelo orientador para pesquisas ulteriores, sua teoria dos sistemas. Farr assinala, entretanto, o malogro de sua tentativa, que teria sido apenas uma entre as diversas produzidas pela tendência: “Although the

³¹⁸ Merriam, 1921, p. 177.

³¹⁹ Duverger, op. cit. p. 398.

³²⁰ Porchat, op. cit. p. 5.

³²¹ Eulau, 1963, pp.68-69.

³²² Catlin, 1937.

³²³ Easton, 1968.

term ‘systems’ was used quite extensively throughout the discipline, not every behavioral political scientist followed the precise program of ‘system analysis’. Quite the contrary.”³²⁴.

A retirada do debate, da longa e intensa controvérsia ontológica e epistemológica em que os behavioristas se enredaram no correr do século ganhou impulso nos anos 60, com a emergência da obra de Kuhn e dos conceitos de *paradigma* e *ciência normal*. A filosofia de Kuhn foi mobilizada pelos behavioristas, especialmente, como justificacão para o retraimento da tendência. Ao deixar o debate, os behavioristas visavam também assumir como dadas, como *taken for granted* e fora de discussão suas premissas sobre a natureza do conhecimento científico, do homem e da política.

O conceito de ciência normal buscou dar conta dos períodos em que as teorias e métodos, implícitos e explícitos, de um campo de conhecimento estabilizam-se, tornando-se modelos e guias para a realizacão de experimentos padronizados e rotineiros. Já a noção de paradigma encerra inúmeras acepções na própria obra de Kuhn, como atestou Margaret Masterman³²⁵, mas foi interpretado, em geral, pelos behavioristas, como o conjunto de teorias e métodos sobre as quais se fundamenta a prática científica normal. Os behavioristas assumiram, assim, a acepção *artefactual* de paradigma, na classificacão estabelecida por Masterman, na qual eles representam exemplos ou analogias para os praticantes “normais” da disciplina em suas atividades rotineiras de pesquisa. A técnica do *panel survey* pode ser indicada como exemplo de artefato paradigmático da tendência: um método exemplar, amplamente aceito nos estudos de comportamento eleitoral e propício à aplicacão em diversos tipos de pesquisa³²⁶.

Segundo Kuhn, a “anormalidade”, a incapacidade de fixar-se em um paradigma e aprofundá-lo através de experimentos rotineiros, seria endêmica nas ciências sociais, e a distinguiria das *hard sciences*. Esse estágio pré-paradigmático caracteriza-se pela disputa entre inúmeras escolas de pensamento, sem que qualquer uma delas prevaleça e consiga fixar-se na atividade experimental; os esforços de seus adeptos concentram-se na defesa de suas teses e no ataque às teses adversárias – um cenário idêntico ao “debate

³²⁴ Farr, op. cit. p. 213.

³²⁵ Mais exatamente, 21 definições diferentes.

³²⁶ Trata-se de uma amostra populacional (o *panel*) dotada de certas características em comum, entrevistada repetidamente ao longo do tempo, de maneira que o pesquisador possa acompanhar as mudanças e permanências de atitudes, relacionando-as aos diferentes contextos em que se manifestam.

sem fim” da ciência política. Nas ciências naturais, essa condição babélica é superada pela aposta da maior parte dos disputantes em uma teoria, após um ou mais feitos notáveis a ela atribuídos. Tem-se, então, a ascensão do paradigma, o assentimento das partes outrora em disputa a um modelo normativo comum. A partir dos anos 60 um grupo de cientistas políticos procurou falsificar a presunção de Kuhn sobre a anormalidade das ciências sociais, propondo recriar em sua disciplina o modelo de normalidade típico das ciências naturais.

Wolin notou a tendência de seus contemporâneos a se definir como cientistas normais da política³²⁷, e identificou no behaviorismo elementos que acreditava constituírem o núcleo da normalidade kuhniana: rigidez, resistência à inovação e apego ao *status quo*³²⁸. Os *presidential addresses* da APSA nos anos 60 dão boa medida do impacto do vocabulário kuhniano sobre a tendência; dois de seus adeptos evocaram, em 1965 e 1966, as ideias de ciência normal e paradigma para apreciar o estado da disciplina.

Truman, em 1965, ofereceu um diagnóstico da ciência política de seu tempo, cuja principal característica seria a ausência de um paradigma a unificá-la. Entre as décadas de 1880 e 1930, o autor afirma haver existido algo análogo a um paradigma no campo; uma disposição implícita ao empirismo cru parecia guiar as gerações de estudiosos da política formados nesse interregno, como reação ao formalismo dos estudos políticos até então predominantes, e a aposta na observação como fundamento do método científico. A rejeição à teoria e às análises sistêmicas, certo otimismo irrefletido sobre o aprimoramento dos regimes políticos em direção à democracia liberal e preocupações majoritariamente paroquiais completam o quadro sugerido por Truman até os anos 30.

Truman ensaia algumas explicações históricas para dar conta do colapso desse estado de coisas, a partir dos anos 30, mas a de maior impacto parece ser a Segunda Guerra Mundial, que teria sido responsável por esgotar o otimismo reformista e colocar a disciplina diante de novos problemas, sobretudo de ordem moral, omitidos no mundo estável e ordenado anterior às guerras, em que a coleta e cruzamento de dados em busca de relações causais prometia, na política, o já citado aprimoramento

³²⁷ Wolin, op. cit. p. 1064.

³²⁸ Wolin, Sheldon. *Paradigms and political theory* In: Preston King; B.C Parekh (eds.) *Politics and Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 152.

gradual dos regimes. Após o desmoronamento dessa matriz disciplinar quase-paradigmática, Truman julga haver se instaurado um período de desilusão na disciplina, “ a confusion of competing and divergent, if not incompatible, views of the appropriate questions to be asked”³²⁹, prolongado até os dias em que escreve. Essa condição traria consigo a renúncia tácita do cientista político de seu papel público, isto é, a atrofia de sua capacidade de *ter o que dizer* acerca de seu objeto. Sem a estabilização metodológica proporcionada pelo paradigma, comprometia-se a pesquisa empírica especializada, e diminuía-se o poder preditivo da disciplina: “We cannot escape the obligation to predict, and a function of prediction is to sharpen and to broaden moral choice”³³⁰.

Gabriel Almond³³¹, também em discurso presidencial na APSA, no ano seguinte, chama atenção para a rápida expansão dos departamentos de ciência política nas universidades norte-americanas, traduzidos em um acréscimo de mais que o dobro de associados da APSA entre os anos de 1954 (6.000) e 1966 (15.000), números muito superiores às poucas centenas de associados em instituições nacionais europeias e asiáticas. Essa expansão, segundo Almond, é responsável pelo rejuvenescimento do campo, pela formação de uma nova geração de cientistas políticos menos aderente à tradição disciplinar, sequiosa por inovações; essa tradição, porém, não se reduz à orientação empírica, otimista e paroquial que indicara Truman; a estes pressupostos, Almond acrescenta a teoria da separação dos poderes, que, desde os *Federalist Papers* tornara-se virtualmente indiscutível no campo. O desabamento desse pilar paradigmático, em Almond, encontra explicação muito semelhante à de Truman:

It became difficult to believe simply in the idea of progress in a world in which fascism could capture strongholds in Western culture. (...) It became intellectually impossible to accept either a separation of powers approach or a predominantly empirical

³²⁹ Truman, David. *Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline*. The American Political Science Review Vol. 59 Nº4, 1965, pp 865-873, p. 869.

³³⁰ Ibid. p.873

³³¹ Almond, Gabriel. *Political theory and political science*. In: *American Political Science Review*, Vol. 60 Nº4, 1966, pp. 869-879.

Sobre a preocupação com a ausência de um paradigma na ciência política, conferir também Reagan, Michael. *Basic and applied research: a meaningful distinction?* In: *Science*, 155, pp.1383-86, 1967.

approach in the analysis of the unstable phenomena of the new nations of the post-World War II period.³³²

Apropriando-se do vocabulário kuhniano, Almond classifica a Segunda Guerra como a *anomia final*, o golpe de misericórdia no antigo paradigma. A destituição de um paradigma, entretanto, só se completa com o fortalecimento de outro, ao qual as apostas de uma comunidade possam ser direcionadas. Esse espaço é preenchido, segundo Almond, pela teoria dos sistemas, derivada da “revolução behaviorista” então em curso na disciplina. Seu tom é de entusiasmo com a consolidação do novo paradigma, comparável às conquistas alcançadas pelo Iluminismo: “The introduction of the system concept represents a genuinely important step in the direction of science (...) comparable in significance to the ones taken in Enlightenment political theory over the earlier classic formulations”³³³. Convém recordar, no entanto, a observação acima apresentada de Farr sobre a teoria dos sistemas: “not every behavioral political scientist followed the precise program of ‘system analysis’. Quite the contrary.”³³⁴

Dryzek enxergou na apropriação das teses de Kuhn pelos behavioristas um mal-entendido, por estes as terem concebido como instrumento terapêutico de afirmação do campo. Um paradigma, no sentido original, histórico, simplesmente afirma-se espontaneamente, sem que se argumente em defesa na necessidade de sua ascensão. Segundo Dryzek:

First, Kuhn argues that progress from nonscience to science occurs with the articulation and enforcement of a paradigm. Some political scientists have seized on this idea to contend that the increasing professionalization of the discipline is indicative of its progress³³⁵

Ao passo que nas ciências naturais, a ascensão de um paradigma é alcançada pelo mérito de suas realizações (os “feitos notáveis” de Kuhn), nas ciências sociais, essa ascensão é concebida como uma estratégia disciplinar de afirmação pela

³³² Almond, op. cit. p. 875.

³³³ Ibid. p.875.

³³⁴ Farr, op. cit. p. 213.

³³⁵ Dryzek, op. cit. pp 192-193.

profissionalização, a envolver habilidade persuasiva e argumentos em prol da conveniência de se abandonar a “conflito entre escolas”. A justificação secundária, oferecida pelos apologistas da normalização na política, encontra-se na crença de que somente através da aplicação de um paradigma este poderia, a longo prazo, esgotar-se, cedendo lugar a outro, superior. Vê-se que não se trata de uma adesão espontânea; antes, é fruto de um arrazoado epistemológico cuja raiz é uma apropriação – indevida, para Dryzek – da interpretação kuhniana sobre a gênese das ciências.

A necessidade de consenso, mencionada repetidas vezes por Truman, sugere que este não é alcançável, em política, pela força explicativa intrínseca a uma teoria ou método particular, por atributos tais como sua força explicativa, eficácia, etc., mas que deve impor-se *ex officio*. De fato, o paradigma, para Kuhn, possui um componente sociológico ou comunitário, mas este parece ser o único aspecto retido na interpretação de Truman e Almond; de modo que a emergência de um paradigma justifica-se por uma circularidade: deve-se ter um paradigma para haver ciência, e para haver ciência, deve-se haver paradigma. A autoridade do paradigma passa a dotar o campo de coesão e unidade até então desconhecidas, e pode-se falar, enfim, em uma comunidade científica. Essa popular interpretação do conceito de paradigma, no entanto, torna-o muito próximo de um *paradima religioso*, como Watkins³³⁶ o definiu.

O próprio Kuhn acentuou este ponto, em texto endereçado a seus críticos:

I claim no therapy to assist the transformation of a proto-science to a science, nor do I suppose that anything of the sort is to be had. If, as Feyerabend suggests, some social scientists take from me the view that they can improve the status of their field by first legislating agreement on fundamentals and then turning to puzzle solving, they are badly misconstruing my point³³⁷

³³⁶ Watkins, John. *Against Normal Science*. In: Lakatos, Imre; Musgrave, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p.33.

³³⁷ Kuhn, Thomas. *Reflections on My critics* In: Lakatos, Imre; Musgrave, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 245.

A atração dos behavioristas pelos conceitos de paradigma e normalidade explica-se, segundo Jerome Stephens³³⁸, por seus efeitos de libertação: a seu ver, o debate em torno dos requisitos necessários para que uma teoria ou método pudesse ser considerada científica inibiu, até certo ponto, a pesquisa e os ganhos cumulativos da disciplina, por retardar a emergência de um novo paradigma após o colapso da inclinação indutivista precedente. O estabelecimento de critérios hipotético-dedutivos de demarcação científica, reativos à voga indutivista comentada por Truman, absorveu boa parte dos esforços disciplinares no período. A introdução da ideia de paradigma por Kuhn representou, nesse contexto, uma alternativa aos parâmetros rígidos de cientificidade, herdados do positivismo lógico, e das obras de filósofos da ciência, como Popper, Ernest Nagel e Carl Hempel.

A preocupação tardia entre os cientistas políticos com a dimensão teórica do conhecimento científico, contraposta ao indutivismo, deixou em grande medida intacta a crença arraigada entre cientistas – sociais e naturais – na existência de uma província neutra quanto a valores em sua atividade, um espaço marcado por aquilo que Lessa denominou “aversão à ideologia”.³³⁹ Weber foi, nas ciências sociais, o articulador mais explícito dessa crença, ao admitir o papel central das teorias - e dos valores - na ciência, separando-os, contudo, da dimensão objetiva do conhecimento. As questões postas pelo cientista, diria Weber, são direcionadas, inelutavelmente, por elementos subjetivos, mas as respostas que obtém, não são, nem devem ser contaminadas por traços de subjetividade. Foi essa crença que se despojou, em tese, com Kuhn, do paradoxo da *lógica de demarcação prescritiva*. Este pode ser definido como a condição paradoxal de uma atividade tida como neutra, fática, sujeita ao testemunho dos sentidos como instância última de validação, mas fundada em valores, normas e prescrições metodológicas; ou seja, em uma lógica idealizada de demarcação. Uma percepção usual da obra de Kuhn é de que se trata de uma lógica não-prescritiva da atividade científica, apreendida da observação dos fatos, da investigação dos ciclos históricos, ou seja, uma lógica descritiva, que reconcilia a prática científica *soi-disant* neutra a seus fundamentos epistemológicos. Após cotejar as visões de Popper e Kuhn sobre a ciência, Leslie P. Williams resumiu: “it should be

³³⁸ Stephens, Jerome. *The Kuhnian paradigm and political inquiry: an appraisal*. In: *American Journal of Political Science*, 17, 1973, pp. 467-488, p. 468.

³³⁹ Lessa, 2011. p. 18.

noted that both Kuhn and Popper base their systems on what scientists *do* (Kuhn) or on what *ought* to do (Popper)”³⁴⁰

3.4: O Paradoxo

Gunnell chamou atenção para a ironia contida no uso, pelos behavioristas, de um vocabulário mobilizado, com frequência, para contestá-lo:

the cumulative progress of the discipline was proclaimed, often in the increasingly popular terms of Thomas Kuhn’s framework. This was somewhat ironic, since Kuhn’s work would provide much of the philosophical basis for a critique of the behaviorist account of scientific explanation, and his argument questioned the extent to which one could speak meaningfully about some general concept of scientific progress³⁴¹

Wolin com frequência se sustentou nas formulações kuhnianas para avaliar a tendência comportamental, qualificando-a como ciência normal, em contraste com a teoria política clássica, esta interpretada como a ciência extraordinária, produtora de achados e descobertas notáveis posteriormente explorados através dos experimentos rotineiros e triviais da ciência normal³⁴². O acúmulo de dados observados nos estudos de comportamento eleitoral, por exemplo, só se torna possível, nessa perspectiva, após o período extraordinário de invenção da democracia moderna, pelas mãos da teoria política do século IX, especialmente o utilitarismo. Sobre essa matriz, oriunda de um momento político e científico revolucionário que se estabelece, no século XX, o paradigma liberal-democrático e a ciência normal a ele correspondente.

³⁴⁰ Pearce Williams, Leslie. *Normal Science, Scientific Revolutions and the History of Science*. In: Lakatos, Imre; Musgrave, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 50.

³⁴¹ Gunnell, John. *Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2004, p. 255.

³⁴² Wolin, 1968.

O behaviorismo, na narrativa de Wolin, assume papel menos espetacular do que fizeram crer seus adeptos, com a referência constante a sua natureza insurgente, revolucionária. Seu argumento visa reverter o rebaixamento a que os adeptos da tendência haviam submetido a teoria clássica, considerada um estágio inferior, por especulativo, de conhecimento. Há em Wolin, porém, um lugar para a ciência comportamental, ainda que menor, frente ao caráter instituidor das teorias clássicas. Este não é o caso, porém, de abordagens como as de Peter Euben³⁴³ e Alan Ryan³⁴⁴, que, ao comparar behaviorismo à ciência normal, acentuaram sua dimensão ideológica e dogmática.

Esses críticos basearam-se na imagem de ciência normal investida de caráter essencialmente irreflexivo e conservador, estabelecida por Popper³⁴⁵. Este último descreve o cientista normal como vítima de doutrinação, de um investimento pedagógico dogmático, que o transforma em um relutante empedernido, e que, em última instância, adere às revoluções científicas por força de argumentos de autoridade - apenas quando boa parte da comunidade científica, ou de seus membros mais reconhecidos já aderiu. Esse tipo ideal de cientista, Popper designa como *cientista aplicado*, de modo a evitar o *normal* de Kuhn e sua proximidade à tese equivocada de que esse tipo de cientista é o mais comumente encontrado na história da ciência. John Watkins³⁴⁶, na mesma direção, compara a comunidade científica normal descrita por Kuhn a uma comunidade religiosa, e elenca como indícios de tal concepção o uso de algumas metáforas religiosas por este último, como as de fé e conversão (ao tratar da mudança de paradigmas) e iniciação (a educação científica). O próprio Kuhn, é preciso reconhecer, parece, em algumas passagens, subscrever tal interpretação, como na que segue:

A ciência normal esforça-se (...) para aproximar sempre mais a teoria e os fatos (...) seu objeto consiste em resolver um quebra-cabeça, cuja simples existência supõe a validade do paradigma. *O fracasso em*

³⁴³ Euben, Peter. *Political Science and Political Silence* In: Green, Philip; Levinson, Sanford (eds.) *Power and Community*. New York: Pantheon, 1969.

³⁴⁴ Ryan, Alan. "Normal" Science or Political Ideology? In: Laslett, Peter; Runciman, Garry; Skinner, Quentin (eds.). *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: Blackwell, 1972.

³⁴⁵ Popper, Karl. *Normal Science and its Dangers*. In: Lakatos, Imre; Musgrave, Alan (eds.). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. Pp 52-53

³⁴⁶ Watkins, op. cit.

alcançar uma solução desacredita somente o cientista e não a teoria
[grifo nosso]³⁴⁷

Nessa acepção, a ciência normal é caracterizada por uma espécie de mesquinhez intelectual crônica, manifestada na trivialidade dos experimentos, que não buscam grandes feitos, novidades ou invenções de caráter extraordinário. São, em regra, experimentos de pouca relevância, que confirmam previsões, põem à prova a perícia e a destreza dos pesquisadores, e os desafiam a encontrar as soluções previamente estabelecidas de problemas ou *puzzles*, no jargão kuhniano.

As interpretações de Popper e Watkins, porém, exibem lacunas que as distanciam sensivelmente do sentido original, fixado por Kuhn, para os conceitos de paradigma e normalidade. Se os cientistas normais são conservadores inveterados, e se a ciência normal é a atividade historicamente predominante, tornam-se inexplicáveis os momentos extraordinários da ciência, o colapso e ascensão dos paradigmas; se sua gênese fosse localizada no arrojado do temperamento individual, isso não seria o bastante: a amplitude da normalidade hegemônica abafaria com facilidade as novidades.

Kuhn assinalou, por vezes, a dimensão maleável dos paradigmas e da ciência normal, responsável por propiciar a percepção das anomalias, das falhas do paradigma e as revoluções daí decorrentes: “a ciência normal possui um mecanismo interno que assegura o relaxamento das restrições que limitam a pesquisa, toda vez que o paradigma do qual derivam deixa de funcionar efetivamente”³⁴⁸; “é preciso que a pesquisa orientada por um paradigma seja um meio eficaz de induzir mudanças nesses mesmos paradigmas que as orientam”³⁴⁹. Embora o termo “testabilidade” seja usualmente associado não à filosofia de Kuhn, mas ao positivismo lógico e à filosofia popperiana, Kuhn admite ser esse um princípio cardinal dos paradigmas³⁵⁰. Sua divergência em relação aos positivistas reside na faculdade julgadora dos testes; enquanto nos últimos, esse papel cabe aos sentidos, em Kuhn, a linguagem e elementos subjetivos, como a confiança, comparecem inelutavelmente à avaliação dos testes.

³⁴⁷ Kuhn, 1998. p.111.

³⁴⁸ Ibid. p. 45.

³⁴⁹ Ibid. p. 78.

³⁵⁰ Kuhn, 1970, p. 248.

Parafrazeando Giddens, é possível concluir que os paradigmas são “simultaneamente restritivos e facilitadores”³⁵¹, isto é, constroem e habilitam as ações individuais. Enquanto Euben, Ryan, Popper e Watkins desconsideraram essa dimensão central, os behavioristas parecem tê-la compreendido; visavam a normalização da disciplina para, como queria Truman, ter o que dizer, para fazer frente aos problemas políticos de seu tempo. Seu anseio não era de conservação cega, tampouco de insulamento sectário e dogmático, mas de progresso, como enfatizei no capítulo anterior. A ciência normal seria um meio adequado, para alcançá-lo, não uma finalidade.

*

A noção de paradigma é indissociável de outra, acentuada pelo universo filosófico pós-positivista em que a obra de Kuhn se insere: a noção da natureza teóricamente construída (*theory-ladden*) da realidade, segundo a qual mesmo nas observações mais básicas, elementares, aparentemente desinvestidas de conceituação prévia, estas se fazem presentes, sob a sutileza de operações usualmente imperceptíveis, como aquelas indicadas por Nelson Goodman³⁵²: composição, decomposição, atribuição de ênfases, ordenação, exclusão, suplementação e deformação. O paradigma, assim, não descreve uma realidade objetiva preexistente, não se coloca *sobre* ela, mas a constrói. Trata-se de um padrão fixado, porém maleável, de operações como as enunciadas por Goodman.

Nesse sentido, é possível afirmar que a ideia de paradigma é antinômica às de *sense-data*, de *given*, de fatos acessíveis sem a contaminação da teoria e subjetividade – ou coeficiente de deturpação, na formulação de Duverger. Essas últimas categorias podem ser reunidas sob a rubrica da *teoria do conhecimento do espectador*, o fundamento epistemológico do behaviorismo. A questão que se impõe, neste ponto é: se a ideia de paradigma encerra tamanha contrariedade aos pressupostos comportamentais, como foi possível sua assimilação pela tendência?

³⁵¹ Giddens, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.30.

³⁵² Goodman, op. cit. pp. 7-17.

O behaviorismo teria de ser integralmente reformado, de modo a acolher o programa kuhniano, teria de abandonar boa parte de seus princípios ontológicos e epistemológicos, o que, no entanto, não ocorreu. Diversas teorias emergiram, no bojo da tendência, como a escolha racional e a *public choice theory*, mas todas mantiveram intactas as premissas clássicas do behaviorismo sobre a natureza do conhecimento, do homem e da política.

O vocabulário pós-positivista constituiu, segundo Gunnell³⁵³, uma espécie de simbologia, de recurso retórico mobilizado pelos behavioristas para fins de afirmação e atualização disciplinar. Seus conceitos, diz Gunnell, não foram empregados conscienciosamente, isto é, acompanhados do exame epistemológico de sua compatibilidade e pertinência aos estudos comportamentais. Não obstante esse déficit reflexivo, é possível apontar alguns dos efeitos pretendidos com seu emprego: primeiro, adaptar o behaviorismo ao *more* emergente na filosofia da ciência pós-positivista, ainda que de maneira superficial e vocabular; segundo, justificar a retirada da tendência do debate sem fim, do conflito das filosofias e articulá-la verticalmente, pelas pesquisas incrementais e rotineiras típicas da “ciência normal”.

Creio que não haveria prejuízo em se especular, afinal, que desenho deveria ter a ciência comportamental, se lograsse incorporar, de fato, o modelo kuhniano/pós-positivista de ciência. Um problema fundamental a ser equacionado, ao se imaginar uma possível composição entre os dois universos, comportamental e pós-positivista, é o paradoxo que aí se revela, entre (I) conhecimento mediado por construtos teórico-linguísticos, por *frames of reference* através dos quais a experiência adquire inteligibilidade – através dos quais, inclusive, as próprias ideias de *sense-data* e *given facts* se tornam inteligíveis (II) indivíduos que, na condição de objetos de investigação, apenas se comportam, e o fazem reagindo aos estímulos internos e externos encontrados naquilo que Easton denominou “phenomenal world”³⁵⁴. Em (I), o mundo não deixa de afetar os indivíduos, mas sua ação só pode ser compreendida através de uma preliminar investigação sobre como esse mundo é significado pelos indivíduos por ele afetados. Em (II), não se põe a questão dos significados: o mundo afeta os indivíduos à revelia de suas conceituações.

³⁵³ Gunnell, 1975, p.XVIII.

³⁵⁴ Easton, 1965, p.471.

Algumas resoluções podem ser encontradas para esse paradoxo. Uma delas, algo embaraçosa, consistiria em introduzir as excêntricas categorias de *homens-que-significam-o-mundo* e *homens-que-reagem-ao-mundo* e assumir que, fortuitamente, os primeiros ocupam sempre o papel de cientistas políticos, enquanto os segundos, de cidadãos, eleitores, etc. A resolução que interessa aqui, de cariz pós-positivista, reside em ajustar a natureza de (II), dos indivíduos analisados à de (I), dos indivíduos que investigam.

Esse ajuste corresponde a adaptar à ciência política o juízo de Giddens a respeito da sociologia, segundo o qual ela empreende uma “dupla hermenêutica”³⁵⁵, isto é, justapõe suas interpretações às interpretações primárias produzidas pelos agentes reflexivos que toma por objeto. Corresponde, em suma, a estender à ciência política a virada hermenêutica havida nas demais ciências sociais, o que não equivale a importar mecanicamente seus princípios - mesmo porque não se trata de uma tendência unívoca -, mas de afirmar o ponto básico, elementar, de que a ciência política interpreta intérpretes. Para além desse ponto básico, conviria à disciplina avaliar: *qual arranjo hermenêutico nos é mais conveniente?* Assim como conviria retomar minimamente a prática do debate, da deliberação.

A assimilação da hermenêutica pela ciência política poderia encontrar na “tradição” comportamental uma aliada e mediadora. A tendência se fixou na história e na identidade da disciplina, creio, de maneira inapagável. É muito provável que seu relativo triunfo na ciência política tenha algo a dizer sobre as particularidades do campo, como, talvez, uma atenção permanente às contingências, aos acidentes, aos processos dinâmicos, em contraste com modelos direcionados aos aspectos sincrônicos, culturais, estáveis, notáveis na antropologia e na sociologia. Não é sem motivo que conceitos como “escolha” e “decisão” tenham ganhado o proscênio no behaviorismo, e que o indivíduo tenha sido eleito unidade básica de análise. Embora não seja mais o indivíduo autárquico, racional, imaginado pelos iluministas, é ainda, com todas as limitações impostas pelo *more* sociológico contemporâneo, o agente capaz de, inadvertidamente, alterar o curso habitual dos acontecimentos e, como assinalaram Catlin, Deutsch e tantos outros, fazer valer sua *vontade*. O indivíduo, no behaviorismo, é, sem dúvida, atravessado por forças sociais estabelecidas e, portanto, um agente de equilíbrio e conservação; mas é também o agente que, quando o estado

³⁵⁵ Giddens, Anthony. *Novas Regras do Método Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.171.

de coisas se altera, empreende o que Easton e Deutsch denominaram adaptação ao meio.

É possível, portanto, que a noção de comportamento ainda tenha um papel central a cumprir na disciplina. Em um enquadramento pós-positivista, não mais o comportamento como reação ao “mundo objetivo”, mas como produto da estruturação simbólica do mundo. Como observou Hayek: “People do behave in the same manner toward things, not because these things are identical in a physical sense, but because they have learnt to classify them as belonging to the same group”³⁵⁶. O modelo hayekiano de ciência social parece aproximar-se, em certa medida, da possível composição que busquei esboçar entre hermenêutica e behaviorismo, uma vez que seu propósito não se limita à interpretação pura e simples das ideias, conceitos e propósitos subjacentes às ações individuais. Estas figuram como requisitos iniciais das análises, pontos de referência contra os quais é possível discernir os “undesigned results”, de um agregado de ações conscientes e intencionais. O comportamento não é um dado, um indício para se apreender estados de consciência, mas o protagonista da investigação, cujo enfoque recai sobre o momento em que as ações humanas desprendem-se de sua origem deliberada e submetem-se ao jugo das contingências, do acaso, da *fortuna*.

Conclusão

Neste capítulo, busquei apresentar o diálogo em que os behavioristas se engajaram com um conjunto heterogêneo de intelectuais céticos quanto à possibilidade de as ciências sociais emularem adequadamente as ciências naturais e de o behaviorismo fazer frente às demandas políticas e morais de seu tempo. O diálogo, no entanto, foi interrompido pelo processo de retirada, nos anos 60, do debate ontológico e epistemológico em que os behavioristas se fizeram presentes desde suas origens. Sintoma dessa retirada é perceptível na tímida reação às críticas apresentadas no volume de Storing, *Essays on the Scientific Study of Politics*; a principal réplica ao

³⁵⁶ Hayek, op. cit. p. 26.

volume, por sinal, partiu de intelectuais notoriamente afastados do behaviorismo: Wolin e Schaar.³⁵⁷

A retirada do debate foi justificada, pelos behavioristas, como requisito de afirmação disciplinar e profissionalização. O debate, dessa perspectiva, representava um estágio de imaturidade pré-paradigmática que deveria ser prontamente superado e substituído por uma agenda sistemática e incremental de pesquisas empíricas. Utilizando-se do vocabulário kuhniano, os behavioristas afirmaram a necessidade de um consenso paradigmático na disciplina, identificado genericamente ao próprio behaviorismo ou a um de seus sub-paradigmas, como a teoria dos sistemas.

As críticas ao behaviorismo, como notei, oscilaram entre a aceitação do modelo nomotético como sinônimo de modelo científico racional (Beard, Elliott e Morgenthau) e a depreciação desse mesmo modelo, concebendo-o como apenas um dentre muitos outros registros capazes de gerar conhecimento e, sobretudo, inferior perante as verdades morais intuídas no senso comum (Strauss). O espaço intermediário entre esses dois extremos, concluí, permaneceu amplamente despovoado. A recepção da filosofia pós-positivista, em geral, e uma possível readaptação da obra de Kuhn, em particular, poderiam, como indiquei, contribuir para ocupar esse centro, ao delinear uma imagem de ciência ainda preocupada com a observação, o esclarecimento e a compreensão, distinta da “velha” ciência de Strauss, mas distinta também daquela oriunda do modelo naturalista, cujas inadequações foram apresentadas neste capítulo e no capítulo anterior.

³⁵⁷ Houve também uma dura réplica do sociólogo Angus Campbell, simpático aos princípios comportamentais, na *Book Review* da *American Sociological Review*, Vol. 27, nº5 (Oct. 1962).

Considerações Finais

“nada é tão traiçoeiro como o que é evidente”

Joseph Schumpeter

Ao longo desta investigação, insisti na pertinência de se considerar o behaviorismo como uma perspectiva, um *frame of reference* através do qual diversas técnicas, métodos e práticas ganharam sentidos particulares. A interpretação desse enquadramento obedeceu aqui à recomendação wittgensteiniana avançada por Winch: a observação das regras de uso aos quais não apenas técnicas, métodos e práticas, mas conceitos, como “ciência”, “política”, “indivíduo” e tantos outros foram submetidos no bojo da empresa behaviorista. Não se tratam, por certo, de regras formalmente fixadas, mas de *rules of thumb*, preceitos tácitos. A percepção dessas regras obedece a um princípio bastante simples em Winch: toda regra pressupõe sua transgressão, e quando esta acontece, as reações evidenciam não apenas a transgressão, mas a regra transgredida. A ubíqua censura, entre os behavioristas, ao emprego de categorias metafísicas é representativa dessas reações: a menção aos tratados estéreis dos séculos XVII e XVIII sobre o estado de natureza em Merriam³⁵⁸, às especulações metafísicas “hopelessly removed from empirical observation and control”³⁵⁹ em Lasswell, à “concepção primitiva”³⁶⁰ de ciência política como atinente ao bem comum em Duverger e tantas outras em Truman, Eulau, Dahl, Schumpeter, etc. A percepção dessa regra ou padrão anti-metafísico propiciou a identificação de um princípio fundamental da tendência comportamental: a teoria do conhecimento do espectador.

Se, no trajeto aqui percorrido, foi esboçado o universo de crenças, ideias e aspirações que compôs o enquadramento comportamental, foram também retratados movimentos persuasivos produzidos pelos adeptos da tendência, devido a sua inserção no grande debate abordado no Capítulo 3. O behaviorismo foi, portanto, para retornar ao vocabulário winchiano empregado na Introdução, *ideia e interação*, foi um sistema em movimento, em constante contato com outros sistemas, mesmo aqueles com os quais

³⁵⁸ Merriam, 1931, p. 88.

³⁵⁹ Lasswell, op. cit. p. X.

³⁶⁰ Duverger, op. cit. p.36.

guardou profundas divergências, como o anti-racionalismo de Morgenthau, Oakeshott e outros.

A persuasão comportamental foi exercida através do ensaísmo e do tratadismo de seus adeptos; temas como a relação entre ciências naturais e sociais, o papel da Tradição de filosofia política, a natureza da democracia e do poder habitaram o universo comportamental, ao menos no período de seu engajamento dialógico. O terceiro capítulo apresentou os primeiros sinais de esgotamento do ímpeto comportamental ao debate, justificado por uma interpretação singular da filosofia kuhniana, em especial os conceitos de paradigma e ciência normal. Seria certamente temerário afirmar que o behaviorismo esteve desde sempre fadado a retirar-se do debate, a insular-se e transformar-se em uma tendência experimental; não obstante, é possível reconhecer alguns dispositivos teóricos da tendência que favoreceram essa tomada de rumo.

Em primeiro lugar, o caráter progressivo da tendência descrito no Capítulo 2 pressionou-a a descobrir relações causais gerais e duradouras, o que não se verificara na virada dos anos 50 para os 60. A percepção usual era de estagnação e irrelevância dos achados. Em segundo, o behaviorismo assentou-se na crença em um mundo objetivo unívoco, ao qual se teria acesso por meio de seus parâmetros de observação e os já comentados anteparos à especulação metafísica. Desse ponto de vista, o exercício persuasivo, a argumentação e o convencimento se mostravam em conflito com a *rationale* da tendência. Enquanto seu recurso interno para a fixação de verdades era a prova empírica, seu recurso externo era a persuasão. Sobre a prova, estampava-se o sinal positivo da razão e da certeza; sobre a persuasão, o estigma da irracionalidade.

A lida behaviorista com a moral e a política, analisada no segundo capítulo (seção 2.3: A Persuasão Pluralista) ilustra esse ponto. A teoria moral emotivista equiparara valores a preferências subjetivas, irredutíveis à fundamentação racional; a teoria política comportamental visou constituir-se de procedimentos e evitou firmemente a prescrição de regimes, políticas públicas, ações de governo baseadas em noções de bem comum. Convém recordar o comentário jocoso de Ricci sobre a geração de Merriam, Catlin e Lasswell: foram *cheerleaders* da democracia liberal, endossaram tacitamente seus princípios, como sufrágio universal, igualdade civil e o direito de propriedade, mas na condição de politólogos, não sentiram-se aptos a argumentar em sua defesa, afinal, tratavam-se de valores subjetivos. Analisando o *Preface* de Dahl, Bay reparou o acanhamento normativo do autor ao tratar do regime democrático: “Why does the

author never say clearly whether in his view democracy is something to be valued in itself and maximized (...) or as valuable for some specified ends?”³⁶¹.

Na filosofia de Kuhn, os behavioristas encontraram, além de uma fundamentação para sua retirada do debate, a corroboração da ideia de que os testes, as provas empíricas, a verificação das teorias, em suma, a objetividade, só é possível dentro dos limites de um paradigma. Entre paradigmas divergentes, haveria crônica incompreensão mútua, imune à resolução pelo tribunal da experiência. Nesta peculiar e, como propus no Capítulo 3, superficial interpretação behaviorista da filosofia de Kuhn, o paradigma comportamental poderia ser descrito como o “verdadeiro” paradigma, o único capaz de vislumbrar o mundo tal como é, algo de todo estranho ao universo kuhniano e sua postulação da relatividade ontológica. O que importa reter aqui, à parte as dificuldades já mencionadas do *mélange* entre behaviorismo e filosofia kuhniana, é a aparente afinidade entre a ideia kuhniana de que os paradigmas são incomensuráveis entre si e a ideia behaviorista de que o contato com outras perspectivas se dava no registro da persuasão e da irracionalidade.

Ao seguir imersa no “conflito das filosofias”, o behaviorismo, na visão de alguns de seus adeptos, seguiria renunciando a seu princípio fundamental: o progresso cumulativo de conhecimento empírico confiável, em nome da participação em um debate infértil e inconclusivo, posto que irracional. O behaviorismo parecia trocar, então, o reino da razão e da verdade pelo reino da persuasão.

A visão da atividade persuasiva, do discurso e da argumentação compartilhada pelos behavioristas ressalta atributos identificados pela tradição sofística na Antiguidade. A persuasão é entendida, nessa chave, como magia, encantamento, enlevo³⁶², produtora de estados catárticos entre aqueles sujeitos à sua influência. Uma formulação contemporânea fiel à concepção mágica da persuasão pode ser encontrada na interpretação de Israel Scheffler sobre a obra de Kuhn; para Scheffler, a narrativa kuhniana sobre o progresso científico caracterizou este último como produto “not of evidential appraisal and logical judgment, but of intuition, persuasion, and conversion”³⁶³. A persuasão é reiteradamente retratada por Scheffler como um critério

³⁶¹ Bay, op. cit.. p.121.

³⁶² Refiro-me aqui, especificamente, à visão de Górgias, no Elogio de Helena. Cf. Lessa, Renato. *Agonia, Aposta e Ceticismo: Ensaios de Filosofia Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2013, pp.64-68.

³⁶³ Scheffler, Israel. *Science and Subjectivity*. Indianapolis: Hackett, 1982, p. XI.

ilógico, carente de racionalidade e seus efeitos comparados aos de uma “conversão psicológica”³⁶⁴.

Os entendimentos de Scheffler e dos behavioristas, portanto, aproximam-se da concepção sofisticada, encantatória, da persuasão, mas negligenciam outra, também originada na Antiguidade, da persuasão como prática racional, reflexiva, propiciadora de escolhas criteriosas por parte daqueles que se expõem à sua ação. Aristóteles, conquanto não ignore a dimensão encantatória da persuasão, reconhecendo seu apelo ao *pathos*, considera-a também apta a atuar sobre *logos* (raciocínio), produzindo efeitos de prova e a fixação de verdades. Segundo Aristóteles, “a prova por persuasão é uma espécie de demonstração”³⁶⁵; não se trata, por suposto, do modo matemático de demonstração, mas de outro, fundado em critérios como a plausibilidade e a verossimilhança: “ser capaz de discernir sobre o plausível é ser igualmente capaz de discernir sobre a verdade”³⁶⁶.

O próprio Kuhn, retratado por Scheffler e os behavioristas como um irracionalista, cuidou de esclarecer que, ao referir-se à persuasão, aproximava-se da concepção aristotélica: “To name persuasion as the scientist’s recourse is not to suggest that there are not many good reasons for choosing one theory rather than another”³⁶⁷. À ausência de critérios exatos, portadores de certeza matemática, para se julgar teorias em disputa, Kuhn opõe outros critérios, capazes de fornecer boas razões para uma escolha se não exatamente racional, razoável: “accuracy, scope, simplicity, fruitfulness, and the like”³⁶⁸. Goodman, na mesma direção, ao comentar a busca pelas representações do mundo mais próximas da verdade objetiva, assinalou não apenas o caráter relativo e intra-linguístico da noção de verdade, mas sua frequente irrelevância diante de outros critérios:

Rather than speak of pictures as true or false, we might better speak of theories as right or wrong; for the truth of the laws of a theory is but one special feature and is often (...) overridden in importance by the cogency and compactness and

³⁶⁴ Ibid. p. 71.

³⁶⁵ Aristóteles. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 93.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Kuhn, 1970, p.261.

³⁶⁸ Ibid.

comprehensiveness, the informativeness and organizing power of the whole system³⁶⁹

Houvessem levado em consideração essa outra face da persuasão, a *démarche* dos behavioristas provavelmente teria sido outra. Possivelmente, teriam se mantido vinculados à tradição dialógica das ciências sociais, em constante interação com outras tendências. Mas, ao que parece, a noção encantatória da persuasão obteve considerável adesão na disciplina - não só entre os behavioristas -, o que ensejou o relativamente recente diagnóstico de Almond³⁷⁰ sobre o estado da disciplina: dividida, fragmentada em escolas e seitas que não se comunicam, tanto em termos de cooperação e complementação como de interpelação crítica.

*

Dahl, no início dos anos 60, lançou provocativa profecia sobre o destino da recém-estabelecida tendência comportamental: ela iria desaparecer gradualmente³⁷¹. O vaticínio, que poderia sugerir descrença e desilusão com a tendência, no entanto, apontava em direção oposta: Dahl acreditava que os princípios comportamentais tendiam a ser lentamente assimilados pela disciplina, de modo que o behaviorismo deixaria de ser uma tendência distinta, isolável, e seus preceitos se tornariam parte da base comum, naturalizada, da ciência política. O desaparecimento seria, portanto, fruto de seu êxito, não de seu fracasso.

É discutível, por certo, o grau de generalidade alcançado por essa assimilação. Certamente, não atingiu toda a disciplina, mas é possível afirmar que a profecia de Dahl concretizou-se parcialmente. Os princípios comportamentais diluíram-se por parte da disciplina, tornando-se praticamente imperceptíveis, posto que *taken for granted*. O termo behaviorismo, a partir do final dos anos 60, entrou em trajetória acentuada de

³⁶⁹ Goodman, op. cit. p.19.

³⁷⁰ Almond, Gabriel. *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

³⁷¹ Dahl, 1961 p. 770.

desuso. Aparentemente, a tendência rumava à obsolescência, fadada a tornar-se artigo do museu disciplinar; não obstante, suas orientações mais fundamentais mantiveram-se vivas, através de teorias como a escolha racional e o neo-institucionalismo. Um indício notável dessa vitalidade pode ser encontrado em um célebre manual metodológico dos anos 90³⁷². Neste, o vocabulário comportamental é ostensivo; grande parte da obra é dedicada a problemas relativos à identificação e mensuração de variáveis dependentes, independentes e intervenientes, um modelo formal de coleta de dados é delineado e, sobretudo, a teoria do espectador é enfaticamente reafirmada. Os autores, após admitirem alguns méritos do modelo interpretativo nas ciências sociais, destacam a centralidade da pura observação para a validação do conhecimento: “how are we to know if we cannot see?”³⁷³. As interpretações, nessa chave, podem oferecer *insights* valiosos aos pesquisadores, mas o conhecimento só é alcançado pela via da observação metódica e neutra. Nada mais afeito às supostamente superadas crenças comportamentais.

Como alternativa à perspectiva comportamental, propus ao fim do terceiro capítulo a incorporação à ciência política do *more* interpretativo presente na sociologia e na antropologia, não descurando das particularidades que acompanham a disciplina. Se, como observou Lessa, “Quadros e pinturas, por vezes, possuem a força filosófica de proposições”³⁷⁴, essa prescrição pode ser melhor compreendida através do engenho de Velázquez. Em seu quadro *As Meninas*, o pintor produziu um artifício interpretativo que antecipou em alguns séculos as proposições sociológicas e antropológicas da chamada “virada hermenêutica”. Velázquez, na obra, busca retratar não apenas pessoas e coisas, mas uma perspectiva, um modo de vê-las que não o seu. Esse exercício de perspectivismo é revelado (I) pela aparição do próprio Velázquez na cena, ao fundo e (II) pela introdução dos reflexos, em um espelho, das figuras do rei e rainha de Espanha, Felipe IV e Mariana de Áustria, como que a contemplar toda a cena, de um ponto exterior ao enquadramento.

Os reflexos no espelho sugerem ser estes, rei e rainha, os verdadeiros observadores da situação, não o próprio pintor; sugestão reforçada pelo conjunto da cena: o que se vê

³⁷² King, Gary; Keohane, Robert; Verba, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

³⁷³ *Ibid.* p.41.

³⁷⁴ Lessa, Renato. *A Condição Hum(e)ana e seus Ensaios* In: Hume, David. *Ensaios Morais, Políticos & Literários*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. p. 11.

são elementos constituintes da forma de vida dos reis, o que se retrata é sua corte, e os olhares reverentes dos cortesãos ao casal real são perceptíveis. Velázquez parece expor uma experiência que imagina não ser a sua própria, de súdito. Pelo uso da imaginação, põe-se a encarnar os soberanos, e assim o fazendo, segue fortuitamente o ensinamento de Maquiavel, que cerca de um século antes, afirmara: “para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe e para conhecer bem a dos príncipes, é preciso ser povo”.³⁷⁵

³⁷⁵ Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Bauru: Edipro, 2001, p.12.

Referências Bibliográficas:

ALEXANDER, Jeffrey. *A Importância dos Clássicos* In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

ALMOND, Gabriel. *Political theory and political science*. In: *American Political Science Review*, Vol. 60 N°4, 1966, pp. 869-879.

_____ *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*. New York: Viking Press, 1961.

BACHELARD, Gastón. *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance*. Paris: Vrin, Bibliothèque des Textes Philosophiques – Poche, 1993.

BAER, Michael; JEWELL, Malcolm; SIGELMAN, Lee (eds.) *Political Science in America. Oral Histories of a Discipline*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1991.

BALL, Terence. *An Ambivalent Alliance: Political Science and American Democracy* In: FARR, James; DRYZEK, John; STEPHEN, Leonard (eds.). *Political Science in History: Research Programs and Political Traditions*. New York: Cambridge University Press, 1995.

BAY, Christian. *Politics and Pseudopolitics* In: Eulau, Heinz (ed.) *Behavioralism in Political Science*. New York: Atherton Press, 1969.

BEARD, Charles. *The Nature of Social Sciences in Relation to Objectives of Instruction*. New York: Charles Scribner's sons, 1934.

BENTLEY, Arthur. *The Process of Government*. Chicago: University of Chicago Press, 1908.

_____ *Inquiry into inquiries: Essays in Social Theory*. Boston: Beacon Press, 1954.

BLUNTSCHLI, Johann Kaspar. *The Theory of the State*. Ontario: Batoche Books, 2000.

BRECHT, Arnold. *Beyond Relativism in Political Theory: A Symposium*. *American Political Science Review*, Vol. 41, N° 3 (Jun. 1947).

BUTLER, David. *The Study of Political Behavior in Britain* In Ranney, Austin (ed.) *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962.

CAMPBELL, Angus; Converse, Philip; Miller, Warren; Stokes, Donald. *The American Voter*. New York: John Wiley and Sons, 1960.

CATLIN, George. *The Delimitation and Mensurability of Political Phenomena*. *American Political Science Review* 21, Mai., 1937.

_____ *The Function of Political Science*. *Western Political Quarterly* 9, Dec. 1956.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. *A escolha racional como Teoria social e política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CHARLESWORTH, James (ed.). *The Limits of Behavioralism in Political Science*. The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, 1962.

COHEN, Bernard. *Revolution in Science*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

DAHL, Robert. *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

_____ *The behavioral approach in political science: Epitaph for a monument to a successful protest*. *The American Political Science Review*, Vol. 55, N° 4 (Dec. 1961), pp 763 – 772.

_____ *A Democracia e seus Críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DANTO, Arthur. *Connections to the World*. Berkeley: University of California Press, 1997.

DEUTSCH, Karl. *The Nerves of Government*. New York: Free Press, 1963.

DEWEY, John. *The Quest for Certainty: A study of the relation of knowledge and action*. New York: Minton, Balch & Co., 1929.

DRYZEK, John. *Discursive Democracy: Politics, Policy and Political Science*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____ *Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science*. American Political Science Review. Vol. 100, No. 4, Nov. 2006, pp. 487-492.

DUNNING, William. *A History of Political Theories: From Luther to Montesquieu*. New York: MacMillan, 1919.

DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EASTON, David. *The Decline of Modern Political Theory*. *The Journal of Politics*, Vol. 13, No. 1. (Feb., 1951), pp. 36-58.

_____ *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

_____ *Introduction: The Current Meaning of "Behavioralism" in Political Science* In: CHARLESWORTH, James (ed.), *The Limits of Behavioralism in Political Science*. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962.

_____ *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley, 1965

_____ *Uma Teoria da Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____ *The New Revolution in Political Science*. *The American Political Science Review*, Vol. 63, N°4, Dec.1969.

ELLIOTT, William. *The Possibility of a Science of Politics: With Special Attention to Methods Suggested by William B. Munro and George E.G. Catlin* In: Rice, Stuart (ed.). *Methods in social science: a case book*. Chicago, Chicago University Press, 1931.

ELSHTEIN, Jean. *Political Theory and Moral Responsibility*. In: Wallach Scott, Joan; Keates, Debra (eds.). *Schools of Thought: Twenty-five Years of Interpretive Social Science*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

EMPIRICUS, Sextus. *Outlines of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

EULAU, Heinz. *Recent Developments in the Behavioral Study of Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1961.

_____ *The Behavioral Persuasion in Politics*. New York: Random House, 1963.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. Estud. av., São Paulo , v. 1, n. 1, Dec. 1987.

FARR, James. *Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science*, In: FARR, James; DRYZEK, John; LEONARD, Stephen (eds.), *Political Science in History. Research Programs and Political Traditions*. Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

FISCHER, Frank. *Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GARCEAU, Oliver. *Research in the Political Process*. American Political Science Review. Vol.45, Nº1 (Mar. 1951), pp. 69-85.

GIDDENS, Anthony. *Novas Regras do Método Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____ *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOODMAN, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978.

GUNNELL, John. *Philosophy, Science and Political Inquiry*. New York: Silver Burdett, 1975.

_____ *Political Theory: Tradition and Interpretation*. Cambridge: Winthrop Publishers, 1979.

_____ *Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2004.

HAYEK, Friedrich. *The Counter-Revolution of Science*. London: Collier-Macmillan, 1955.

HIRSCHMAN, Albert. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes do seu Triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMANS, George. *Behaviorismo e pós-behaviorismo*. In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Unesp, 2001.

KERSTENETZKY, Célia. *A Lógica da Situação da Economia*. In: *Economia, Selecta*, Brasília, Vol.7, n.4, pp.189–208, (dez.2006).

KIRALY, Cesar. *Ceticismo e Política*. São Paulo: Giz Editorial, 2013.

KIRKPATRICK, Evron. *The Impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science* In Ranney, Austin (ed.) *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962.

KUHN, Thomas. *Reflections on My critics* In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

_____ *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. *Power and Society: A Framework for Political Inquiry* New Haven: Yale University Press, 1950.

LEISERSON, Avery. *Systematic Research in Political Behavior: A Preliminary Report*. *Items*, Vol. 5, n°3, set. 1951.

LESSA, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

_____ *A Condição Hum(e)ana e seus Ensaios* In: Hume, David. *Ensaio de Morais, Políticos & Literários*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____ *O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista*. *Revista Estudos Hum(e)anos*, Rio de Janeiro, n° 2, jan. 2011

_____ *Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, 2011.

_____ *Agonia, Aposta e Ceticismo: Ensaio de Filosofia Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

LINDBLOM, Charles. *Political Science in the 1940s and 1950s*. In: BENDER, Thomas; SCHORSKE, Carl (eds.) *American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

LIPSET, Seymour. *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LYND, Robert. *Knowledge for What?*. Princeton: Princeton University Press, 1939.

MACK, Mary. *Jeremy Bentham: An Odissey of Ideas 1748 – 1792*. New York: Columbia University Press, 1963.

MERRIAM, Charles. *The Present state of the Study of Politics*. American Political Science Review, 15, Mai. 1921.

_____ *New Aspects of Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1931.

MERTON, Robert. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: Unb, 1981.

_____ *On Liberty*. Ontario: Batoche, 2001.

MILLER, Eugene. *David Easton`s Political Theory*. Political Science Reviewer, Vol. 1 (Fall, 1971).

MORGENTHAU, Hans. *Scientific Man Vs. Power Politics*. London: Latimer House, 1947.

OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis: Liberty Press, 1991.

PEARCE Williams, Leslie. *Normal Science, Scientific Revolutions and the History of Science*. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

POLANYI, Michael. *Science, Faith and Society*. London: Oxford University Press, 1946.

POPPER, Karl. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. New York: Basic Books, 1962.

_____ *Normal Science and its Dangers* In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

_____ *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____ *O Mito do Contexto*. Lisboa: Edições 70, 2009.

- PORCHAT, Oswaldo. *Ceticismo e Vida comum*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- QUINE, Willard Van Orman. *Dois dogmas do empirismo* In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- REDFORD, Emmett. *Reflections on a Discipline* In: *American Political Science Review*, Vol. 55, No. 4 (Dec., 1961), pp. 755-762.
- RICCI, David. *The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship and Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- RIKER, William. *The two-party system and Duverger's Law: An essay on the history of political science*. *American Political Science Review*, Vol. 76, nº4, Dec. 1982, pp.753-766.
- RUSSELL, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- SCHAAR, John H; WOLIN, Sheldon. *Essays on the Scientific Study of Politics: A Critique*. *American Political Science Review* Vol. 57 N°1(Mar, 1963): pp. 125–50.
- SCHEFFLER, Israel. *Science and Subjectivity*. Indianapolis: Hackett, 1982.
- SCHORSKE, Carl. *The new rigorism in the human sciences* In: BENDER, Thomas; SCHORSKE, Carl (eds.) *American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SEIDELMAN, Raymond *Disenchanted Realists. Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York Press, 1985.
- SMITH, Rogers. *Still Blowing in the Wind* In: BENDER, Thomas; SCHORSKE, Carl (eds.) *American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SOMIT, Albert; TANENHAUS, Joseph. *The Development of American Political Science. From Burgess to Behavioralism*. New York: Irvington Publishers, Inc., 1982.
- STEPHENS, Jerome. *The Kuhnian paradigm and political inquiry: an appraisal*. In: *American Journal of Political Science*, Vol. 17, 1973, pp. 467-488.
- STRAUSS, Leo. *An Epilogue* In: Storing, Herbert . *Essays on the Scientific Study of Politics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1962.

SULLIVAN, Luke (ed.) *Michael Oakeshott Selected Writings Collection*. Exeter: Imprint Academic, 2004.

TRUMAN, David. *The Governmental Process*. New York: Alfred Knopf, 1951a

_____ *The Implications of Political Behavior Research*. Items, Vol 5, n°4, Dec.1951b.

_____ *The Impact on Political Science of the Revolution in the Behavioral Sciences*. In Bailey, Stephen; Simon, Herbert. *Research Frontiers in Politics and Government*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1955.

_____ *Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline*. The American Political Science Review Vol. 59 N°4, 1965, pp 865-873.

WALDO, Dwight. *Political Science in the United States of America*. Paris: UNESCO, 1956.

WALLAS, Graham. *Human Nature in Politics*. New York: F.S. Crofts, 1921.

WATKINS, John. *Against Normal Science*. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____ *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____ *A "Objetividade" do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política* em Oliveira, Paulo. (org.). *A Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998.

WILDE, Oscar. *The Ballad of Reading Gaol*. New York: Duffield & Co., 1910.

WINCH, Peter. *The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy*. London: Routledge, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WOLIN, Sheldon. *Paradigms and political theory* In: Preston King; B.C Parekh (eds.) *Politics and Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____ *Political theory as a vocation* In: *American Political Science Review*, vol. 63, no 4, (Dec. 1969) pp. 1062-1082, 1969.

